



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

*“Se fosse Normal, Deus teria criado Adão e Ivo!”*

A Homofobia e a produção e regulação do sexo / gênero

Danielle Coenga-Oliveira

Brasília, DF

2011

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

*“Se fosse Normal, Deus teria criado Adão e Ivo!”*

A Homofobia e a produção e regulação do sexo / gênero

Danielle Coenga-Oliveira

Brasília, DF

2011

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

*“Se fosse Normal, Deus teria criado Adão e Ivo!”*

A Homofobia e a produção e regulação do sexo / gênero

Danielle Coenga-Oliveira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, como  
requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em  
Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Orientadora: Angela Maria de Oliveira Almeida

Brasília, DF

Novembro de 2011

*“Se fosse Normal, Deus teria criado Adão e Ivo!”*

A Homofobia e a produção e regulação do sexo / gênero

Dissertação defendida diante e aprovada pela banca examinadora constituída por:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Angela Maria de Oliveira Almeida (Presidente)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações - UnB

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Ana Lúcia Galinkin (Membro)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações - UnB

---

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento (Membro)

Programa de Pós-Graduação em Bioética - UnB

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Gláucia Ribeiro Starling Diniz (Suplente)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

*“De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquela que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar e refletir”*

Michel Foucault – *A História da Sexualidade II*

## AGRADECIMENTOS

Um caminho longo, repleto de angústias, inquietações e muitas, muitas alegrias, descobertas e conquistas, não poderia ser seguido sozinho. Nesse momento, em que mais um ciclo se fecha e que diversas outras estradas desconhecidas, desafiadoras e, por isso, instigantes já podem ser vislumbradas, eu devo agradecer a tod@s aquel@s que estiveram ao meu lado durante esse percurso.

Agradeço à professora Angela Almeida pelo “recado convite” escrito na minha prova e pela, posterior, acolhida no LaPsiS ainda no meu primeiro ano na UnB. Por todos esses anos de formação, de muitos trabalhos [e trabalho] e de companheirismo. Obrigada, professora, por todo carinho, por toda disponibilidade e por todo respeito!

Muito obrigada, também, às professoras e ao professor membros da banca examinadora pela disponibilidade em ler e discutir o meu trabalho. À professora Ana Lúcia Galinkin por estar comigo desde o início desse percurso, ouvindo os meus milhares de questionamentos e reflexões e sempre disponível para ajudar. Ao professor Wanderson Flor e à professora Gláucia Diniz pelos muitos encontros enriquecedores que tivemos e que, certamente, ainda teremos. Agradeço à CAPES pelo apoio financeiro imprescindível para a realização desse trabalho.

As reflexões que trago neste trabalho para discutir a homofobia são baseadas no respeito que eu acredito que deva nortear as relações entre as pessoas. E, por isso, eu agradeço, com imensa gratidão, à minha mãe e ao meu pai por me ensinarem que relações podem ser construídas fora dos domínios de repressão, podem ser construídas com base no respeito e no amor. Agradeço à minha irmã pela amizade e companheirismo, sempre! Ao Ayres, o Grande Amor, por todo incentivo e apoio, todo respeito e cumplicidade.. por todo amor que a cada dia se torna mais forte e mais belo! Muito obrigada, família!

Somente tenho a agradecer, também, às minhas amigas e amigos, companheir@s de jornada que partilharam comigo todos os dilemas, sofrimentos e *aperreios* dos bastidores. Juliana Pacheco, companheira fiel, sempre presente no último ano, muito obrigada pela escuta psicológica, pelos almoços e cafés terapêuticos e, principalmente, por essa bela amizade que, certamente, será para a vida! Ívina Paiva, minha amiga, muito obrigada por todo apoio, por estar ao meu lado desde sempre me fazendo acreditar que era possível, nos momentos em que eu não mais acreditava! Ao Felipe Rosa, à Karina Vasconcelos e à Luiza Mônica, agradeço por todas as discussões e reflexões sem fim durante todos esses anos! Enfim, Ju Harumi, Diva, Flávia, Talita, Alexandre, Rafael, Geralda e tod@s @s

companheir@ do LaPsiS, muito obrigada!

Agradeço às queridas Helena Galvão, Camila Rocha, Larissa Vasques e Hortênsia Souza que estiveram comigo nas discussões teóricas feministas mais instigantes e que compreenderam, respeitaram e me auxiliaram nessa desorganização de final de percurso. Muito obrigada pela companhia! Também agradeço a tod@s @s estudantes que, assim como elas, construíram comigo a disciplina “Tópicos Especiais em Psicologia Social: Gênero e Diversidades Sexuais”.

Por fim, com um encanto e admiração sem palavras, meu muito obrigada a todas as feministas que passaram e modificaram a minha vida, me trazendo as mais belas e libertadoras reflexões.

Sigamos junt@s! Questionando sempre!

**Sumário**

<b><u>RESUMO</u></b> .....	<b>12</b>
<b><u>ABSTRACT</u></b> .....	<b>13</b>
<b><u>INTRODUÇÃO</u></b> .....	<b>14</b>
<b><u>EMBASAMENTO TEÓRICO: PARA PENSAR A HOMOFOBIA</u></b> .....	<b>19</b>
Movimentos Feministas e suas Contribuições.....	19
O Gênero em Questão.....	21
<i>“Ninguém nasce Mulher, torna-se Mulher”. Simone de Beauvoir e a Mulher como o Outro</i> .....	21
<i>Joan Scott e a Concepção Relacional de Gênero</i> .....	24
Corpos Sexuados e Sexualidade.....	26
<i>As Diferenças Sexuais</i> .....	26
<i>Michel Foucault: a Sexualidade como um dispositivo histórico datado</i> .....	28
Desconstrução das Certezas e Destruição das Evidências.....	34
<i>A Teoria Queer</i> .....	34
<i>Sexo, Gênero e Sexualidade: a desestabilização da coerência por Judith Butler</i> ....	41
<b><u>REVISÃO DE LITERATURA</u></b> .....	<b>46</b>
A Homofobia nas Publicações Internacionais.....	46
<i>Um amplo olhar sobre a Homofobia</i> .....	46
<i>A Homofobia nas Publicações Nacionais</i> .....	54
Direitos Humanos de pessoas LGBT.....	56
<i>A Produção sobre Homofobia</i> .....	67
A Homofobia como Objeto de Estudo.....	69
<b><u>A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS</u></b> .....	<b>71</b>
<b><u>MÉTODO</u></b> .....	<b>81</b>
<i>Base documental de análise</i> .....	81
<i>Procedimentos de Coleta</i> .....	82
<i>Procedimentos de Análise</i> .....	83
<i>Articulações teórico-metodológicas</i> .....	85
<b><u>RESULTADOS E DISCUSSÕES</u></b> .....	<b>88</b>
O discurso comum contrário à união homoafetiva.....	89
Eixo – Um Fato Novo a Ser Discutido.....	90
<i>Classe 2 – A Ordem Social e o Direito da Maioria</i> .....	92
<i>Classe 4 – A Ameaça Homossexual</i> .....	99

Eixo – O Posicionamento Religioso.....	105
<i>Classe 3 - Condena-se o pecado e não o/a pecador/a.....</i>	<i>107</i>
<i>Classe 1 - A Criação e o Ciclo Natural da vida.....</i>	<i>112</i>
As Raízes de um Discurso Homofóbico.....	120
<i>Articulando os eixos e respondendo questões.....</i>	<i>120</i>
<i>Homofobia e a produção e regulação do sexo e gênero.....</i>	<i>123</i>
Propostas para investigações futuras.....	128
Considerações Finais: uma proposta para inquietar e fazer refletir.....	129
<b><u>REFERÊNCIAS.....</u></b>	<b>131</b>

## Lista de tabelas

Tabela 1. Palavras significativas da Classe 2.....	92
Tabela 2. Palavras significativas da Classe 4.....	99
Tabela 3. Palavras significativas da Classe 3.....	107
Tabela 4. Palavras significativas da Classe 1.....	113

## Lista de Figuras

Figura 1. Número de artigos publicados por ano sobre homofobia em diferentes áreas do conhecimento.....	47
Figura 2. Número de artigos publicados por ano sobre homofobia nas áreas específicas do conhecimento.....	49
Figura 3. Classificação Hierárquica Descendente do corpus total analisado fornecida pelo programa Alceste.....	89
Figura 4. Eixo 1 da Classificação Hierárquica Ascendente do corpus total analisado.....	90
Figura 5. Bandeira do Brasil.....	91
Figura 6. Eixo 2 da Classificação Hierárquica Ascendente do corpus total analisado.....	105
Figura 7. “A Criação de Adão” - Pintura de Michelângelo no teto da Capela Sistina.....	106
Figura 8. Panfleto de divulgação da Marcha pela Família.....	118
Figura 9. Resumo dos Resultados da pesquisa.....	120

## RESUMO

A homofobia pode ser concebida como qualquer forma de violência, preconceito e discriminação contra pessoas LGBT ou/e que transpõem [ou a quem é atribuída a transposição] das barreiras socialmente estabelecidas entre os sexos e gêneros. Com base em Teorias Feministas, em diálogo com Foucault e a Teoria *Queer*, e na Teoria das Representações Sociais buscamos conhecer os elementos que sustentam a homofobia. Utilizamos como base documental de análise de posicionamentos contrários à união homoafetiva em dois fóruns virtuais de discussão. Os resultados apontam que relações não heterossexuais são submetidas a interdições sociais que variam da privação de direitos básicos até privação da existência social e que as instituições religiosas, científicas, familiares e educacionais sustentam e são sustentadas pela homofobia. Com base nos resultados, propomos que a homofobia seja compreendida como um dispositivo produz e regula as diferenças, estabelecidas como “naturais”, entre os sexos, gêneros e as orientações afetivo-sexuais.

**Palavras-chave:** Homofobia, Diversidade Sexual, Feminismo, Teoria das Representações Sociais.

### **ABSTRACT**

Homophobia can be understood as any form of violence, prejudice and discrimination against non-heterosexual persons and/or persons that transpose [or whoever is perceived to be transposing] the socially established gender barriers. Based on Feminist Theories, in dialogue with Foucault and Queer Theory, and the Social Representations Theory, we seek to know the elements that support homophobia. The analysis data used were opinions against homoaffective union that came from discussions in two Internet forums. The results indicate that non-heterosexual relationships are subjected to social deprivations that vary from deprivations of basic rights to deprivation of a social existence, they also indicate that religious, scientific, educational and family institutions support and are supported by homophobia. According to the results, we propose that homophobia can be understood as a device that produces and maintains the differences, set up as “natural”, between the sexes, genders and affectional-sexual orientations.

**Keywords:** Homophobia, Sexual Diversity, Feminism, Social Representation Theory.

## INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948) traz no primeiro artigo que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. No mesmo sentido, 40 anos mais tarde, a Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) afirma em seu artigo quinto que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. No entanto, a convivência cotidiana dos sujeitos nem sempre se dá dentro do domínio das legislações.

Essa convivência é guiada por experiências pessoais, inserções grupais e culturais ocorridas em um dado momento histórico e contexto psicossocial. Nesse sentido, é imprescindível pensar no modo como os sujeitos dialogam com as legislações e normas sociais. Trata-se, pois, de discutir as negociações que essas mantem com o ordenamento social. Na Modernidade prescrições foram ditadas, principalmente, pela igreja e pela ciência. Inicialmente, sob o pressuposto hegemônico da indubitável *Palavra de Deus* e, em seguida, da fidedignidade e neutralidade dos métodos científicos, supostas “verdades” tenderam e tendem a guiar a ação dos indivíduos nas sociedades ocidentais.

O gênero, o sexo e a sexualidade não escapam a esse controle. “*Se fosse normal, Deus teria criado Adão e Ivo*”, frase que dá título a essa dissertação, é um exemplo desse controle. O normal expresso pelos sujeitos não diz respeito apenas às ditas regras postas por Deus, mas está, também e intimamente, relacionada com as normas estabelecidas pelo campo científico e jurídico que definem os parâmetros do que deve ser considerado no âmbito da “normalidade”. Os movimentos feministas e de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros (LGBT) há tempos questionam normas sociais que, embasadas por estes pressupostos, subjagam mulheres e tod@s<sup>1</sup> aquel@s que se diferenciam do padrão identitário hegemônico. Ou seja, ao que foi construído e posto como norma. Assim, sob o argumento de naturalidade e normalidade mantém-se a coerência do sistema sexo-gênero-orientação afetivo-sexual. É esse sistema que estabelece que um corpo sexuado (concebido como mulher ou homem), define o gênero (identificações dos indivíduos como femininos ou masculinos), que por sua vez define que as relações afetivas e sexuais serão vivenciadas com parceir@s do sexo oposto. Nesse sentido, embora inúmeras transformações tenham ocorrido no contexto social atual, no que diz respeito à liberdade sexual, igualdade de direitos de gênero e de pessoas LGBT, não há de se negar

---

<sup>1</sup> Negando o masculino como linguagem universal, utilizaremos '@' para flexionar palavras no feminino e masculino.

que ainda vivemos em uma sociedade que hierarquiza os sexos e mantém como norma a heterossexualidade.

Alguns exemplos são capazes de evidenciar as disparidades ainda existentes entre mulheres e homens, como as diferenças salariais e o elevado índice de ocorrência de violência doméstica. De acordo com a professora da Unicamp Emma Siliprandi (2011), em entrevista para a Rádio ONU, no Brasil as mulheres recebem cerca de 70% da renda dos homens em trabalho assalariado similar, o que diminui consideravelmente seu acesso a bens e serviços.

A violência doméstica, por sua vez, ainda é uma constante na vida das mulheres. Estima-se que a cada dois minutos cinco mulheres são espancadas por seus companheiros (Fundação Perseu Abramo, 2011). Esses dados que se apresentam em tom de denúncia, mesmo que apenas um exemplo da grande complexidade dessas relações, embasam e reforçam a afirmação de que o sexismo ainda sustenta as relações sociais entre os sexos.

De modo igualmente alarmante encontra-se a situação das pessoas LGBT em nosso país. A Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) aponta que, pelo menos 37 direitos civis são negados às pessoas homossexuais (ABGLT, 2010). Esses sujeitos são também foco de constante violência que varia de insultos à agressões físicas. Podemos evocar aqui casos ainda recentes que receberam a atenção da mídia – como o da agressão, utilizando uma lâmpada fluorescente, a jovens percebidos pelos agressores como homossexuais na Avenida Paulista, em São Paulo (G1, 2010). A ONG do Grupo Gay da Bahia (GGB) realiza pesquisas anuais sobre o número de assassinatos de pessoas LGBT. De acordo com dados apresentados pelo grupo, entre os anos de 1963 e 2010 foram noticiados mais de 3.400 assassinatos, o que mesmo com a subnotificação coloca o Brasil como país com maior incidência de crimes homofóbicos (GGB, 2011a).

Nos últimos anos, o número de assassinatos de LGBT vem crescendo em nosso país. O estudo realizado pelo GGB sobre os assassinatos ocorridos no ano de 2009 aponta que nesse ano foram notificados 198 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil. Em 2010, o número de assassinatos com motivações homofóbicas bate seu recorde no país com mais de 260 casos (GGB, 2011b).

Porém, cabe questionar, quando abordamos a homofobia estamos apenas tratando de assassinatos e violência física? A resposta é negativa. Interessante é pensar que se por um lado a Sociedade Civil Organizada e o Estado implementam formas de combater crimes homofóbicos e reafirmar direitos de pessoas LGBT, por outro piadas e palavrões,

que associam pejorativamente orientações e práticas sexuais, estão presentes em nosso cotidiano como forma de ofensa.

Nesse sentido, para o estudo da homofobia é imprescindível que esta seja apreendida em toda sua amplitude. Trata-se, pois, de um fenômeno complexo e variado que pode ser percebido desde piadas que ridicularizam homossexuais, alcançando formas brutais de violência justificado pela orientação afetivo-sexual e gênero da vítima (Borrillo, 2009).

A partir de estudos sobre o tema, a concepção de homofobia foi sendo expandida e mesmo a utilização e limitação do termo foi sendo questionada. De forma geral, a homofobia refere-se a toda forma de ódio, violência, preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Estudos apresentam que a homofobia pode estar relacionada às concepções estáveis entre sexo, gênero e orientação afetivo-sexual, às concepções essencialistas de mulher e homens, concebendo que estes são definidos por uma essência primeira, às crenças de que a homossexualidade tem bases biológicas, bem como ao posicionamento religioso (Lacerda, Pereira, & Camino, 2002; Ewing, Stukas Jr., & Sheehan, 2003; Haslam & Levy, 2006; Madureira, 2007; Siebert, Chonody, Rutledge, & Killian, 2008).

Sobre o conceito homofobia tem-se hoje uma longa discussão acerca do alcance do termo. Grupos e pessoas dos movimentos LGBT e feministas reivindicam o uso dos termos lesbofobia, travestifobia e transfobia por afirmarem que o uso do vocábulo homofobia pode visibilizar apenas as violências cometidas contra gays, deixando lésbicas, travesti e transexuais na invisibilidade. Embora a relevância de tal discussão seja reconhecida, neste trabalho, a homofobia será concebida como toda forma de preconceito, discriminação e violência que atinge pessoas LGBT e/ou pessoas que transpõem, ou que se sugere a transposição, das barreiras socialmente estabelecidas para os sexos e gêneros.

Diante do exposto, é importante ressaltar que questões relacionadas à igualdade de gênero e diversidade sexual vem sendo amplamente discutidas no cenário atual. No Brasil, no que tange a legislações e projetos que visam garantir os direitos de pessoas LGBT, tivemos no ano de 2004 a elaboração *Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania de Homossexuais*. A partir de uma articulação entre Sociedade Civil Organizada (ativistas LGBT) e Governo Federal, este Programa foi lançado pela, então, Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal e implementou diversas ações para serem executadas por instâncias estatais no âmbito da Educação, Saúde, Justiça e Segurança (Brasil, 2004). Cinco anos

mais tarde, fruto da Primeira Conferência Nacional LGBT, foi elaborado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais que traz as diretrizes para a elaboração de políticas públicas voltadas essa população (Brasil, 2009).

Outras importantes ações em âmbito nacional foram a criação da Coordenação Geral dos Direitos de LGBT na Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, ainda em 2009, e a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD-LGBT) em 2010.

Dentre outros projetos relacionados a esse tema, está o Projeto de Lei 122/06 que dispõe sobre a criminalização da homofobia e encontra-se em tramitação no Congresso Nacional. Um fato interessante é que por prever punição para as pessoas ou instituições públicas ou privadas, por exemplo, por “impedir, recusar ou proibir o ingresso ou a permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado aberto ao público” (Brasil, 2006, p. 38854), este Projeto é denominado por religiosos e parlamentares, de maioria pertencente à bancada evangélica do Congresso Nacional, de “*Lei da Mordaça Gay*”.

Para além das discussões que envolvem esses posicionamentos, que serão posteriormente aprofundadas, a existência deste Programa e deste Projeto é a expressão de um conflito social e um movimento de enfrentamento da exclusão por grupos minoritários. Nesse contexto, a proposta de um estudo sobre homofobia faz-se relevante.

Assim, partiremos do campo dos Estudos Feministas que, conforme aponta Francine Descarries (2011), é considerado como um campo pluridisciplinar de conhecimentos que se dedica, não apenas aos estudos centrados nas mulheres, mas na análise da “dimensão sexuada das relações sociais de hierarquização e de divisão social, assim como nas representações sociais e as práticas que as acompanham, modelam e remodelam” (p. 1). A partir dos Estudos Feministas e da abordagem psicossocial da Teoria das Representações Sociais concebemos que a realidade social é pensada, interpretada e construída a partir de conhecimentos partilhados e constituídos socialmente. Nesse sentido, preconceitos e ações discriminatórias seriam permeados por correntes de saberes e modos de pensar do senso comum profundamente enraizados na vida coletiva dos sujeitos.

Deste modo, em consonância com a abordagem teórica adotada, o foco deste trabalho não se concentra apenas nos processos cognitivos dos sujeitos – atenção geralmente dada por psicólog@s sociais no estudo da homofobia. Com base em nossos

pressupostos teórico-epistemológicos de que o sujeito é concebido em seu caráter dialético, como um ser ativo. Nesse sentido, compreendendo que as atitudes preconceituosas e comportamentos de discriminação são sustentados e sustentam saberes socialmente partilhados que orientam práticas, esta pesquisa centra-se nos processos psicossociais relacionadas às vivências desses indivíduos. Assim, sob enfoque teórico das Representações Sociais e dos Estudos Feministas e de gênero, esta pesquisa tem como objetivo geral investigar os elementos que sustentam a homofobia.

Buscamos, especificamente, (a) identificar ideias, crenças e valores que embasam a homofobia; (b) conhecer a que tipos de interdições sociais as relações entre pessoas LGBT são submetidas; (c) identificar instituições sociais – pensadas como organizações e mecanismos que regulam e controlam o funcionamento da sociedade, tais como família, religião e Estado – que podem sustentar e serem sustentadas pela homofobia e (d) refletir sobre possíveis funções sociais da homofobia.

De modo geral, a questão que orienta este trabalho é: *Que elementos sustentam a homofobia?* Para responder esta pergunta, questionamos:

- Que ideias, crenças e valores estão associadas às relações não-heterossexuais que as diferenciam de relações heterossexuais?
- Que práticas não-heterossexuais são socialmente permitidas? Quais são interdidas? De que modo tais concessões e interdições são justificadas?
- Que instituições sociais dialogam com a homofobia?

Como hipóteses temos que a homofobia visaria a manutenção dos lugares socialmente instituídos como “naturais” para os sexos e gêneros, a família heterossexual como norma e, desta forma, a regularidade do sistema de coerência entre sexo-gênero-orientação afetivo-sexual e, nesse sentido, a manutenção da ordem social tal como ela se encontra – em um regime de dominação.

## EMBASAMENTO TEÓRICO: PARA PENSAR A HOMOFOBIA

*“Problematizar, questionar as evidências da ciência, esta é tarefa das feministas na academia. Transformar os campos disciplinares, sacudir os pressupostos rançosos, quebrar os vidros das estufas que fazem proliferar o preconceito e a normatividade”*

Tânia Navarro-Swain (2011)

Antes de nos posicionarmos sobre a concepção de homofobia que será adotada neste estudo, é imprescindível refazer o percurso teórico-epistemológico que possibilitou a compreensão deste fenômeno. Este capítulo é dedicado, então, às contribuições dos Movimentos e Estudos Feministas e de Gênero. Estes serão tratados no plural pois ocorreram em diferentes contextos sociais e históricos, havendo entre eles inúmeras e diferentes demandas e reivindicações. Longe de traçar uma história única e contínua destes movimentos, iremos ressaltar mulheres e acontecimentos importantes que os construíram.

### **Movimentos Feministas e suas Contribuições**

Há muito crenças e valores que justificariam a inferioridade das mulheres são difundidos. Filósofos e cientistas, ao longo do tempo, compartilharam seus pensamentos e suas verdades para embasar tal concepção. Conforme demonstram Lourdes Bandeira e Deis Siqueira (1997), sob a dualidade filosófica grega entre feminino e masculino, Platão classificava as mulheres como o obscuro enigma do caos em contraposição à ordem própria do homem. Simone de Beauvoir (1970) aponta que para Aristóteles as mulheres eram definidas pela falta de algumas qualidades, assim, sofreriam de um 'defeito natural' devendo ser determinadas pelo princípio masculino. Ainda nessa direção, de acordo com Bandeira e Siqueira (1997), Diderot (1713-1784) afirmava que as mulheres eram dominadas por seus úteros, sendo desta forma, dominada por emoções e paixões. Da mesma forma, Comte (1789-1857) acreditava que a incapacidade das mulheres de pensar ao mesmo tempo em que cuidavam de suas casas advinha da inteligência localizada em seu útero.

Dentre vários outros exemplos de posicionamentos misóginos, como os de Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Hegel, a concepção de mulher apresentada por Rousseau, vale ser apresentada. Para ele, o único destino possível para as mulheres era de “reinar em seu próprio interior” (Bandeira & Siqueira, 1997, p. 267). Assim as mulheres, sob pena de serem infelizes e consideradas anormais, deveriam abdicar do mundo exterior

ao homem. Importante saber a concepção defendida por Rousseau já que ele foi um dos ideólogos da Revolução Francesa e, é sabido que os resultados dessa Revolução provocaram mudanças sociais e ideológicas profundas nas sociedades ocidentais.

No ano de 1789, os ideais de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* da Revolução Francesa foram concretizados na *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen* (DDHC) que visava expor os direitos naturais, sagrados e inalienáveis do homem (Assemblée Nationale Française, 1789). Poderíamos hoje argumentar, como de costume nos é dito, que *direitos do homem* estavam posto no sentido de *ser humano*. Porém – de modo semelhante às análises atuais onde esta forma de linguagem é concebida como uma das maneiras de invisibilizar, ou ao menos negligenciar, as mulheres como participantes e sujeitos da história – Olympe de Gouges experienciava e estava ciente das concepções que embasaram esta Declaração.

Assim, com base na DDHC, dois anos mais tarde, Olympe de Gouges escreve a *Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne* onde reivindicava a igualdade de direitos civis e político para mulheres e homens. Certamente Olympe de Gouges estava à frente de seu tempo – já falava sobre divórcio, supressão do casamento religioso e abolição da escravidão de pessoas negras. Por toda sua atuação, foi levada à guilhotina em 1793 (Gouges, 1791).

Este é apenas um exemplo que demonstra que as Feministas e os Movimentos Feministas surgiram para contestar a posição imposta às mulheres – por meio de ações e movimentos contra a opressão das mulheres em inúmeros momentos da história. Conforme afirma Guacira Louro (1998), quando nos referimos ao feminismo como movimento social organizado, o situamos no século XIX. A começar do final do século XIX, autoras e autores dividem os Movimentos Feministas em três ondas.

A *primeira onda*, datada do final do século XIX, de movimentos contestatórios da discriminação sofrida pelas mulheres foi voltada para a luta pela extensão do direito ao voto para as mulheres, por isso intitulada de Sufragismo. Louro (1998) aponta que, além do direito ao voto, as mulheres tinham reivindicações relacionadas à oportunidade de estudos, ao acesso a algumas profissões e à organização familiar. Estes movimentos foram compostos, principalmente, por mulheres brancas e de classe média.

Por volta do início dos anos 1960, como indica Louro (1998), ressurgem os Movimentos Feministas. É a *segunda onda*, *La Nouvelle Vague*, que traz, além das preocupações de ordem social e política, a atuação das mulheres voltada para as construções teóricas e problematizações do fazer ciência (e de seus pressupostos

androcêntricos) e da 'categoria mulheres'. Esse momento é muito influenciado pelos trabalhos da francesa Simone de Beauvoir e da americana Betty Friedman. Assim, passa-se das discussões em que as mulheres são unidas por seu sexo para considerar a categoria social de mulheres, por meio do que foi intitulado de Estudos de Gênero.

Sob o efeito das contestações trazidas pela *Nouvelle Vague*, dos anos de 1960, e embasada pelas discussões pós-modernas e pós-estruturalistas, está a *terceira onda* dos Movimentos Feministas. De acordo com Oliveira e Amâncio (2006) os movimentos da terceira onda vão de encontro com concepções essencialistas, diferencialistas e com caráter apolítico de algumas correntes feministas. Criticam, sobretudo, a construção do projeto da ciência moderna – projeto político-ideológico que contribuiu para a exclusão de determinados grupos sociais – e põem em xeque a categorização das mulheres enquanto categoria ontológica.

Para compreendermos e analisarmos as características da segunda e terceira ondas dos Movimentos Feministas, em que as produções teóricas ganharam força e espaço, conforme dito anteriormente, analisaremos os Estudos de Gênero em suas diferentes perspectivas.

## **O Gênero em Questão**

### ***“Ninguém nasce Mulher, torna-se Mulher”. Simone de Beauvoir e a Mulher como o Outro***

Em 1949, Simone de Beauvoir publica o livro intitulado *O Segundo Sexo*. Este livro torna-se referência e um marco para as Feministas. Em suas primeiras páginas, Beauvoir (1970) traz uma série de questionamentos: *O que é uma mulher? Por que as mulheres não contestam a soberania do macho? Como tudo começou? Por que este mundo sempre pertenceu aos homens e só hoje as coisas começam a mudar?* Com o intuito de responder tais questões, Beauvoir investiga os pensamentos que embasam a concepção de mulher e o modo como as mulheres foram sendo estabelecidas como o *segundo sexo*.

No que tange às diferenças entre o 'ser mulher' e o 'ser homem', ela chama atenção para o fato de que “um homem não teria a ideia de escrever um livro sobre a situação que ocupam os machos na natureza” (Beauvoir, 1970, p. 9), pois o ser homem está posto; figura como natural. As mulheres, porém, para serem definidas necessitam declarar “sou mulher”. Diante do inquestionável Homem, às mulheres somente coube, de acordo com Beauvoir (1970), o lugar do Outro. E este Outro, explica a autora, não é apenas um outro, mas um segundo. Para explicar esta relação, Beauvoir faz uma analogia com os polos de

uma pilha, afirmando que o homem seria o positivo e o neutro, enquanto a mulher seria o negativo. Ser o negativo traz em si a concepção de limitação, de falta, de incompletude – de modo que determinação e diferenciação da mulher somente poderiam acontecer com relação ao Homem, ao Absoluto, ao Sujeito.

É importante ressaltar, como mostra Beauvoir (1970), que mais uma vez essas concepções misóginas foram apresentadas e sustentadas por intelectuais, filósofos, políticos e religiosos no decorrer dos séculos. Nesse sentido, ela contesta os escritos dos homens sobre as mulheres por serem estes ditados apenas por seus interesses.

Diante de inúmeros argumentos que, teoricamente, atestariam a inferioridade das mulheres, Beauvoir (1970) investigou, passo a passo, as origens dessa hierarquização. Para isso, ela apresenta os posicionamentos da Biologia, da Psicanálise e do Materialismo Histórico acerca das mulheres e, em seguida, evidencia a definição da mulher como o Outro e as consequências do ponto de vista masculino. Assim, a partir da perspectiva das mulheres, como afirma Beauvoir, ela descreve o mundo que lhe é proposto e as dificuldades enfrentadas ao tentar superar o que lhe é imposto.

Foi percorrendo o processo de formação da mulher – das vivências e imposições desde a infância até a velhice – que Beauvoir (1967) vai afirmar que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (p. 9). Esta célebre frase, que ainda hoje ecoa entre feministas e outras mulheres, traz o que seria a tese da sua obra: a negação da natureza, do biológico a favor da construção, ou se pode dizer, condicionamento do 'ser mulher'. Nesse sentido, Beauvoir afirma que “as condutas [...] não são ditadas à mulher pelos seus hormônios nem prefiguradas nos compartimentos de seu cérebro: são marcadas pela sua situação” (p. 363).

A situação, pontuada por Beauvoir (1967), refere-se ao modo como as mulheres foram condicionadas social, histórica e economicamente para se tornarem mulheres. O fato de não pertencer ao mundo dos Homens, de acordo com a autora, fez com que as mulheres fossem a eles subordinadas. Cientes de sua inferioridade, as mulheres teriam sido criadas para aprender, desde cedo, a serem passivas, não criticar ou examinar, mas para obedecer, aceitando, assim, a autoridade masculina.

Após percorrer as diversas fases e maneiras de ser mulher, passando por aquelas de certo modo transgrediriam o modelo tradicional da época – como a lésbica, a prostituta e a mulher independente – Beauvoir (1967) conclui que na relação entre macho e fêmea nenhum destino fisiológico impõe eterna hostilidade. Ela argumenta que, se em um tempo passado a mulher somente visse possibilidade de libertação por meio da destruição da superioridade masculina, naquele momento a solução pretendida para este problema era a

evasão para a própria busca de liberdade. Assim, ao invés de diminuir o homem, a dita mulher moderna de Simone de Beauvoir procura se inserir no mundo do pensar, trabalhar, conquistar seu espaço para se igualar a eles.

No entanto, para o surgimento dessa nova mulher, Beauvoir (1967) pontua que é preciso mais que modificação das estruturas econômicas. É preciso principalmente, que haja alterações de cunho moral, social e cultural que a possibilitem emergir. Nesse sentido, seriam semelhantes formas, para mulheres e homens, de educação, exigências etc para que houvesse a oportunidade de serem reconhecidos como iguais. Mais do que isso para Beauvoir, “reconhecendo-se mutuamente como sujeito, cada um permanecerá, entretanto, um *outro* para o outro; a reciprocidade de suas relações não suprimirá os milagres que engendram a divisão, dos seres humanos em duas categorias separadas” (p. 500).

É incontestável a importância dos escritos de Simone de Beauvoir. Como mulher, ela escreve com propriedade sobre as vivências femininas e torna visíveis as experiências de mulheres que, durante muito tempo, permaneceram ocultas. Ela apresenta os mecanismos pelos quais as pessoas do sexo feminino, sendo o Outro a partir do homem como referência, tornam-se mulheres.

Naquele período, a partir de Beauvoir e outras autoras feministas, inauguram-se os *Estudos das Mulheres*. Louro (1998) relembra que a exclusão social e política a que as mulheres foram historicamente submetidas tiveram consequências para a (in)visibilidade da mulheres enquanto sujeito e, deste modo, também como sujeitos da Ciência. Nesse sentido, esses estudos iniciais apresentaram as descrições sobre as vivências e trabalho das mulheres em diversos contextos, denunciaram opressões e contestaram características difundidas como sendo naturalmente femininas.

É interessante, como afirma Louro (1998), que os Estudos das Mulheres tiveram o significativo papel de tirar as mulheres das notas de rodapé dos escritos masculinos, tratadas como exceção, para colocá-las como tema central. Louro afirma que, desde então, uma das mais importantes marcas dos Estudos Feministas se faz transparecer: o seu caráter político. Na fala da autora, nos estudos feministas a “objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se construído convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos” (p. 19).

Embora reconhecendo a importância política de enquadrar as mulheres em uma categoria, os Estudos das Mulheres foram contestados por algumas autoras. Retomando a obra de Simone de Beauvoir, Berenice Bento (2006) questiona a perspectiva oposicional /

binária e de caráter universal utilizada pela autora ao interpretar a subordinação das mulheres. Bento afirma que, apesar de Beauvoir efetuar uma desnaturalização do ser mulher, colocando-a como produção em contexto histórico, cujos processos de subordinação das mulheres foram legitimados, ela não as destituiu de uma essência.

De acordo com Bento (2006), ao tratar de dois corpos diferentes e dois gêneros diferentes Beauvoir parte da concepção moderna de sujeitos universais, assumindo que cada grupo compartilhe semelhantes características. Nesse sentido, ao conceber a mulher (no singular) enquanto um Outro em relação ao homem/sujeito universal, e ao partir da concepção binária dos gêneros, Beauvoir estaria fixando não apenas o sexo ao corpo, mas as identidades femininas e masculinas.

### ***Joan Scott e a Concepção Relacional de Gênero***

Os Feminismos, seguindo sua característica de auto-reflexão, neste período questionavam as categorias de análises universais utilizadas nos estudos sobre as mulheres. É assim que, influenciadas pela concepção foucaultiana de poder e pela proposta desconstrutivista de Derrida, os Estudos de Gênero entram em cena. Como afirma Berenice Bento (2006), esse momento marca a ruptura teórica com concepções que localizavam as mulheres enquanto seres de natureza universalmente subordinada que teria dado origem ao binômio mulher/vítima - homem/inimigo.

De acordo com Louro (1998), a partir dos estudos feministas, o gênero foi concebido como construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Assim, a fim de negar o determinismo biológico implícito em nos discursos baseados nas diferenças sexuais, houve a tentativa de afastar o conceito de gênero das proposições essencialistas e localizá-lo como um processo de construção inserido nas relações sociais. É nesse sentido que Teresa de Lauretis (1994) já havia ressaltado, em 1987, os perigos de conceber o gênero como diferença sexual. De acordo com esta autora, a ênfase na diferença sexual entre mulheres e homens possui limitações ao manter o pensamento feminista ancorado aos termos patriarcais, que se insere no campo das oposições naturalizadas – seja pela Biologia, Medicina, Literatura ou por questões legais – bem como não possibilitar, ou dificultar, que o pensamento crítico feminista articule as diferenças entre mulheres, superando, deste modo, as oposições universais.

Em consonância com as críticas de Lauretis (1994), está a historiadora Joan Scott que se apresenta como um dos grandes nomes deste modo de pensar relacional. Em seu trabalho *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicada originalmente em

1988, ela vem criticar a domesticação do conceito gênero e propor uma nova forma de utilizá-lo, como categoria analítica. De acordo Scott (1995), grande parte d@s historiador@s utilizavam um dos dois tipos de abordagens de gênero: essencialmente descritiva, sem a pretensão de interpretar ou explicar, e outra de natureza causal, na qual buscavam compreender o como e o porquê dos dados investigados.

Scott (1995) critica alguns modos de conceber e estudar o gênero. A primeira delas é que o conceito passou a figurar nos estudos como sinônimo de 'mulheres', seria esta uma forma de apresentar-se com conotação mais neutra e objetiva que 'mulheres' e, assim, um ajustamento aos moldes científicos, pois se dissociaria do caráter político feminista. O gênero foi, ainda, utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, porém, pontua Scott, que mesmo o supondo no âmbito das relações sociais, esta abordagem não se ocupava de responder as razões pelas quais essas relações eram estabelecidas como são, nem mesmo como elas funcionam ou se modificam.

É nesse espaço que as reflexões feministas ganham força. Scott (1995) aponta que o conceito de gênero surge em um momento em que as feministas reivindicavam um campo de definição para evidenciar a incapacidade de explicação das desigualdades existentes entre mulheres e homens nas teorias existentes. Nesse período de mudanças epistemológicas, Scott afirma que as feministas começam a alcançar posicionamento teórico próprio e encontram importantes aliad@s polític@s e acadêmic@s – como @s pós-estruturalistas que criticavam o humanismo e o empirismo e as humanidades que efetuavam críticas à Ciência. Como afirma Bento (2006), o instrumental analítico do gênero permitiria que fosse retirada a aparente estrutura natural da relação binária e hierárquica das relações de gênero, a partir do foco nos processos históricos.

Apontamentos e críticas postas, Scott (1995) pontua que é de suma importância reformular as formas de fazer pesquisa e examinar métodos utilizados, pois o que deveríamos investigar são os processos inter-relacionados ao gênero e não suas origens únicas. Nesse sentido, por meio do conhecimento dos processos teríamos acesso a como os fatos se passaram para, assim, chegarmos a seus porquês. Seria a investigação da inter-relação entre sujeito individual e organização social, já que esses são imprescindíveis para compreender o modo como o gênero funciona e como se modifica.

Scott (1995) propõe, então, que gênero seria um elemento que constituiria relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos. Tal definição implicaria quatro elementos inter-relacionados: 1) símbolos disponibilizados pela cultura e que evocam representações simbólicas; 2) conceitos normativos que expressam os significados dos

símbolos – expressos na religião, educação, ciências, política ou direito e que geralmente tomam forma de típica oposição binária; 3) questionamento às noções rígidas sobre a natureza do debate ou da representação que aparenta ter permanência intemporal na representação binária; 4) a identidade subjetiva – investigar de que modo as identidades de gênero são substantivamente construídas para assim relacionar esse achados com representações sociais específicas, atividades e organizações. Assim, o gênero deve ser pensado quanto ao seu efeito nas relações sociais e institucionais.

Scott (1995) afirma, ainda, que o gênero pode ser concebido como uma forma primária de significar relações de poder – seria ele o campo no qual e do qual é possível significar as relações de poder. A autora afirma que o conceito de gênero estrutura a percepção e organização simbólica de toda vida social, já que estabelece relações de poder. O gênero está implicado na construção do próprio poder. Assim, Scott ressalta que ao se tratar as oposições entre mulheres e homens como construídas, deve-se questionar que elementos estão envolvidos quando essa oposição é utilizada para justificar posições, bem como de que forma as compreensões implícitas do gênero são invocadas e reescritas. Nesse sentido, como afirma Tânia Navarro-Swain (2002), a categoria gênero seria, de início, uma categoria analítica do social que, posteriormente, passou a sustentar as práticas políticas dos movimentos das mulheres.

## **Corpos Sexuados e Sexualidade**

### ***As Diferenças Sexuais***

Não há dúvidas que as proposições de Joan Scott (1995) trouxeram grandes contribuições para conceber o gênero para além das essências e do caráter universal, bem como novas formas de pensar os Estudos Feministas. No entanto, algumas autoras trazem importantes reflexões sobre este trabalho. Tânia Navarro-Swain (2002) pontua que o aspecto relacional do gênero invisibiliza a construção assimétrica e hierárquica dos gêneros, além de não questionar e, por consequência, naturalizar as bases binárias em que esses são pensados – bases essas que da mesma forma se localizam como construções sociais.

Bento (2006) chama a atenção também para a proposta de Scott (1995) de estudar o gênero ancorado nas diferenças entre os sexos, o que poderia estar o retirando e/ou não considerando a construção histórica dos corpos sexuados. Assim, a partir do pressuposto das diferenças sexuais, Scott localizaria essas diferenças em nível pré-social / pré-discursivo, ou seja, algo posto no plano da natureza e que, portanto, não passaria pela

intervenção do contexto social e histórico. Ao questionar este pressuposto, Bento ressalta, então, que ao propor um conceito a partir das 'diferenças entre os sexos', Scott poderia retornar, por outros caminhos, à cristalização do binarismo que ela visou desconstruir.

Ainda sob essa lógica problematizadora, a teórica feminista Monique Wittig (1992, citada por Katz (1996), também já havia contestado o caráter natural das diferenças sexuais. Wittig afirma que considerar as diferenças sexuais no campo da biologia, da natureza, presume-se que essa distinção está isenta das influências das práticas e julgamentos humanos. Nesse sentido, ao pressupormos diferenças naturais entre os sexos deixaremos de indagar suas bases sociais e seus objetivos em contextos históricos e sociais distintos. Wittig chama a atenção para o modo como a distinção entre mulher e homem, embasada em características biológicas particulares, faz as diferenças entre esses parecer natural e, assim, incontestável, o que efetiva a manutenção do poder social dos homens sobre as mulheres.

É nesse sentido que Navarro-Swain (2002, p. 4) aponta que algumas perspectivas feministas que trabalham com categoria gênero poderiam “afirmar e perpetuar a realidade que criticam, pois tudo se passa em um quadro binário de pensamento; o desvelamento da construção social das relações assimétricas que [a categoria 'gênero'] possibilita, trabalha assim, no sentido de reforçar a estrutura polarizada da sociedade”. Retomando Tereza de Lauretis (1994), é imprescindível que imbricação entre gênero e diferenças sexuais seja desfeita para o desenvolvimento de estudos que superem as dicotomias.

Vale, aqui, ressaltar que assim como as relações de gênero e as diferenças sexuais encontravam-se ainda sob o patamar das dicotomias, com a sexualidade não foi diferente. De acordo com Wittig (1992, citada por Katz, 1996), seria a diferenciação entre os sexos que sustentariam a oposição entre hetero e homossexualidade. Se as diferenças sexuais são aqui consideradas como naturais, a sexualidade e as práticas sexuais seguem o mesmo rumo. E é nesse sentido que, como afirma Wittig, o contraste entre heterossexualidade e homossexualidade oculta e presume a clássica oposição entre homens superiores e mulheres inferiores socialmente. Estamos, pois, frente à socialmente presumida coerência entre sexo-gênero-orientação afetivo-sexual, em que a heterossexualidade é posta como natural e, assim, é estabelecida como norma.

O marco implicitamente heterossexual, calcado sob as diferenças sexuais, é mais um dos limites apontados por Bento (2006), do que ela denomina de perspectiva de gênero “relacional de dois”. Assim, Bento aponta que o heterossexismo das teorias feministas não permitiu que as diferentes formas de vivenciar a sexualidade fossem postas em questão.

Para a análise das questões referentes às diversidades sexuais seria, então, necessário desenvolver modos de investigação outros capazes de problematizar a matriz heterossexual que até então guiaram as reflexões feministas. Era, pois, preciso encontrar formas de estudos que estivessem relacionadas ao gênero, mas independentes dele.

Nesse contexto, os estudos e movimentos feministas voltam a questionar os pilares e categorias de seus pensamentos. As críticas dirigem-se ao gênero, surgindo a demanda de ultrapassar os limites impostos por essa categoria. Navarro-Swain (2002) sublinha que, neste momento, lésbicas, mulheres negras, mulheres vindas de países colonizados passam a denunciar a representação hegemônica dos feminismos relacionados à mulher branca, heterossexual e de classe social favorecida e, assim, abrem caminho ao múltiplo. É nesse sentido, de acordo com a autora, que essas críticas demandaram e proporcionaram o desencadeamento de reformulações dos fundamentos epistemológicos e dos pressupostos que guiavam a produção e atuação feminista.

### ***Michel Foucault: a Sexualidade como um dispositivo histórico datado***

Antes de seguirmos com as propostas feministas, abordaremos as contribuições de Michel Foucault – principalmente no que se refere à sexualidade – já que estas serviram tanto de base às reflexões de Joan Scott (1995) ao formular novas formas de conceituar e analisar o gênero, quanto para muitas das contestações vindouras. Seus escritos proporcionaram novas formas de pensar e questionar os pressupostos sociais e, assim, trouxeram instrumentos e reflexões valorosas para as discussões e críticas feministas.

Michael Foucault iniciou sua produção teórica com o objetivo principal de investigar as condições histórico-filosóficas da existência das ciências humanas, situando-as em relação a outros saberes da modernidade. Em seguida, na década de 1970, o autor buscou completar essa análise do saber com uma genealogia do poder. Seus trabalhos posteriores se concentraram, ainda, no âmbito das relações entre poder e governamentalidade e das práticas de subjetivação.

Neste primeiro momento, fixaremos nossa atenção nos questionamentos realizados por Foucault no que diz respeito à *História da Sexualidade* para que possamos compreender as reflexões que o levaram a propor novas formas de conceber a sexualidade e as relações de poder, bem como nos modos outros de submetê-los à investigação.

Ao pensar sobre o foco dado à sexualidades por Freud e a Psicanálise, Foucault (2004) questiona a contradição existente entre a proposição básica da Psicanálise – do desconhecimento do sujeito de si mesmo, de seus desejos e de sua sexualidade – e outro

fenômeno que ele denomina de supersaber sobre a sexualidade. Este supersaber seria, nas palavras de Foucault (p. 58), “um saber de qualquer forma excessivo, um saber ampliado, um saber ao mesmo tempo intenso e extenso da sexualidade, não no plano individual, mas no plano cultural, no plano social, em formas teóricas ou simplificadas”. Em outras palavras, “uma espécie de desenvolvimento, de hiperdesenvolvimento do discurso da sexualidade, da teoria da sexualidade, da ciência sobre a sexualidade, do saber sobre a sexualidade”. A inquietação de Foucault parece circular a intrigante coexistência de uma hiperprodução de um saber social, cultural e coletivo acerca da sexualidade e do desconhecimento do sujeito de sua sexualidade.

Foucault (2004) relata, então, que as questões relacionadas à sexualidade na sociedade ocidental são comumente analisadas em três momentos: na antiguidade grega e romana, onde as vivências sexuais seriam livres, não sofrendo qualquer tipo de repressão; com o advento do cristianismo, que teria imposto inúmeras interdições à sexualidade; e com o surgimento da burguesia, a partir do século XVI, que aplicaria com mais veemência a recusa cristã da sexualidade. Neste processo, apenas no final do século XIX as concepções relativas à sexualidade apresentariam modificações a partir das reflexões trazidas por Freud.

No entanto, Foucault (2004) contesta este esquema histórico. A partir das análises de Paul Veyne sobre a história romana, Foucault argumenta que valores morais que sustentariam a suposta repressão sexual existente nas sociedades ocidentais e que são atribuídos ao cristianismo – como a monogamia, a função reprodutiva das práticas sexuais e a desqualificação/demonização do prazer sexual – já estavam presentes no mundo romano anteriormente ao Cristianismo. Nesse sentido, o que haveria sido introduzido às sociedades pelo pensamento cristão não seriam os princípios morais, mas sim novas técnicas e mecanismos de poder para impor a moral pré-existente.

Por um lado temos um discurso que sustenta fortemente que o sexo e a sexualidade são tratados nas sociedades ocidentais em termos de repressão, por outro, neste mesmo contexto temos a ampla produção dos supersaberes e de verdades sobre o sexo. A pergunta que se faz é: como podemos falar em repressão se ao mesmo tempo há uma incitação ao discurso sobre [a verdade da] sexualidade? É essa contradição que é posta em análise.

No livro *História da Sexualidade: A Vontade de saber*, Foucault (2006) retoma a burguesia vitoriana para tratar da sexualidade 'encerrada' / confiscada, em que o sexo tinha como fim a reprodução e as formas de sexualidade não reguladas eram negadas e reduzidas ao silêncio. A repressão teria sido, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação

entre poder, saber e sexualidade. Eis o que Foucault denomina de *a hipótese repressiva*.

Foucault (2006) propõe, então, que o discurso sobre a opressão do sexo é o responsável pela obstinação em falar do sexo em termos de repressão. A afirmação de uma sexualidade dominada com rigor foi acompanhada pela ênfase de um discurso destinado a dizer a verdade sobre o sexo. Nesse sentido, a questão que Foucault (p. 15) coloca é que “não é por que somos reprimidos, mas por que dizemos com tanta paixão, com tanto rancor contra nosso passado próximo, contra nosso presente e contra nós mesmos, que somos reprimidos?”.

O século XVII é apresentado como o início de uma época de repressão própria das sociedades burguesas. Foucault (2006) afirma que como para dominar o sexo teria sido necessário reduzi-lo à linguagem, as proibições se cumpriam nos mutismos, na censura. A partir do século XVIII houve certa fermentação discursiva, uma incitação institucional a falar [cada vez mais] e obstinação para ouvir do sexo. As novas técnicas de controle dos discursos sobre o sexo são postas com a evolução da pastoral católica e do sacramento das confissões que tiveram uma especial atuação por meio das exigências de se falar do sexo. Com a Contrarreforma, acelera-se o ritmo da confissão anual e se atribui mais importância à penitência – aqui tudo deve ser dito. É nesse sentido que o autor afirma que “sob a capa de uma linguagem que se tem o cuidado de depurar de modo a não mencioná-lo diretamente, o sexo é açambarcado e como que encurralado por um discurso que pretende não lhe permitir obscuridade nem sossego” (Foucault, 2006, p. 26).

É, então, que no século XVIII surge a incitação política, econômica e técnica para falar do sexo. A partir da necessidade de superar moralismos, a política do sexo deve regulá-lo por discursos úteis e públicos, não pelo rigor das proibições. Desse modo, as tentativas de regulação dependerão de quais objetivos buscam alcançar e, assim, oscilarão em direções natalistas ou antinatalistas. Foucault (2006) ressalta que por volta do século XVIII e XIX surgem outras atividades para suscitar os discursos sobre o sexo: a Medicina, a Psiquiatria e a Justiça Penal.

É nesse sentido, que de acordo com Foucault (2004), em torno do sexo e a propósito dele foi construído um grande aparelho de produzir verdades. Se nas sociedades orientais, bem como na Grécia e Roma antiga, os discursos “*verdadeiros*” produzidos sobre o sexo tinham a função de instituir uma arte [*Ars Erotica*] que visaria intensificar o prazer sexual por meio dos órgãos e das relações sexuais, nas sociedades ocidentais foi a *Scientia Sexualis* que governou. A *Scientia Sexualis*, ao contrário, não diz respeito aos prazeres proporcionados pelo sexo, mas sim às *verdades* sobre a sexualidade das pessoas.

Aqui, é interessante perceber, como propõe Foucault (2006), que o método da confissão seria o procedimento de ordenação, em função de uma forma de poder-saber, para a produção de verdades sobre o sexo. Essa prática de confissão, que vem desde a Idade Média, como um dos rituais mais importantes na produção de *verdades*, pouco a pouco perde sua situação ritual e exclusiva e passa a fazer parte das mais diversas relações entre indivíduos, como se pode observar nas relações entre *médic@-paciente*, *mãe/pai-filho*, *professor/a-alun@*, entre outras.

Vê-se, então, que na tarefa de produção de discursos de verdade sobre o sexo, o rito da confissão foi sendo desvinculado do sacramento de penitência e ajustado às regras do discurso científico. Assim, foi sendo instaurado um complexo dispositivo (que vincula a prática da confissão aos métodos da escuta clínica) para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo (Foucault, 2006). Seria por meio desse dispositivo que a sexualidade apareceria como verdade sobre o sexo e sobre seus prazeres. É nesse sentido que o autor ressalta que por meio de dispositivos tão diferentes da repressão – dispositivos de saber-poder e verdade-prazer – é possível perceber que a repressão não é sempre fundamental e presente. Ele propõe, então, que o foco da análise da [dos discursos sobre a] sexualidade passe a considerar “os mecanismos produtores de saber, multiplicadores de discurso, indutores de prazer e geradores de poder” (p. 83).

A partir dessa retomada histórica, Foucault (2006) argumenta que a história das sociedades ocidentais não mostrava a atuação de um poder essencialmente repressivo. Nesse sentido, ele propõe que para dar prosseguimento as suas análises é preciso ir além da concepção jurídica do poder, cuja base seria a enunciação da lei e, assim, seria essencialmente repressivo, e seguir “para uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo” (p. 92). Nas palavras do autor, seria “pensar, ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei” (p. 101).

Eis uma das grandes contribuições de Foucault para os estudos de sexualidade e gênero, a proposta de analisar a formação de saberes sobre o sexo em termos de poder, não em termos de repressão ou lei. Ele pontua que o poder não é uma instituição ou estrutura, mas diz respeito a uma “multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização” (2006, p. 102).

O poder perde, então, seu *status* de coisa, de algo pertencente a um ou a outro, de algo relacionado às instituições. Seriam, ao contrário, as “estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na

formulação da lei, nas hegemonias sociais” (Foucault, 2006, p. 103). Poder seria, portanto, onipresente por se produzir a cada instante em todas as relações, por provir de todos os espaços. É interessante que Foucault pontua que por ser um “suporte móvel das correlações de forças” (p. 103), por sua desigualdade, o poder pode induzir a estados de poder, que poderiam ser tidos por algumas pessoas como uma espécie de materialização do poder. Porém, ele ressalta, também que ele é sempre localizado e instável.

É nesse sentido que Foucault (2006, p. 104-105) traz algumas proposições sobre o poder:

- O poder não é algo que se adquira, arrebatado ou compartilhe. Ele se exerce a partir de inúmeros pontos em meio a relações desiguais e móveis.
- As relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações econômicas, sexuais, etc. Elas lhes são imanentes e possuem um papel diretamente produtor.
- Não há, no princípio das relações de poder, uma oposição binária e global entre dominadores e dominados. As correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. As grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade e todos os afrontamentos.
- As relações de poder são, ao mesmo tempo, intencionais e não subjetivas. Não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos.

Onde há poder há resistência. Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso, que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles. Também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais.

Assim, a análise das questões sobre a sexualidade não deveria ser elaborada a partir de questionamentos sobre as repressões relacionadas ao sexo, mas sim emergir na exaustiva produção discursiva sobre o sexo, para investigá-la no campo das relações de poder, móveis e diversas.

Neste contexto é que Foucault (2006) retira a sexualidade do campo da natureza, das essências e a localiza como um dispositivo histórico que atravessa as relações de poder – seja entre mulheres e homens, pobre e ricos, jovens e idosos entre outras. Em uma entrevista concedida a Alain Grosrichard, após a publicação do primeiro volume da

*História da Sexualidade*, (Foucault, 2009a) ressalta que um dispositivo deve ser compreendido como um tipo de formação – um conjunto heterogêneo que engloba desde discursos, leis, instituições, enunciados científicos até organizações arquitetônicas, discursos filosóficos e morais – que objetivou responder a uma urgência em determinado momento histórico.

Nessa via, o dispositivo da sexualidade, especificamente, seria uma “grande rede da superfície onde a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder” (Foucault, 2006, p. 117). Assim, este dispositivo teria como função “proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar populações de modo cada vez mais global” (p. 118).

Ao chamar a atenção para as transformações dos mecanismos de poder ocorridas desde a época clássica, Foucault aponta que o poder de morte (naquele momento exercido pelo soberano que detinha o direito de causar a morte de seu subalterno ou deixá-lo viver) passa a ter um complemento de um poder que se exerce sobre a vida – que exerce sobre ela controles precisos e regulações em conjunto.

O poder sobre a vida das pessoas e sobre as próprias pessoas teria se desenvolvido por volta dos séculos XVIII e XIX não se centrava na interdição, mas na disciplinarização para multiplicação e intensificação da produção. Conforme afirma Foucault (2006), estavam centrados, pois, no corpo como máquina – por meio da utilização de procedimentos de poder disciplinar (anátomopolítica do corpo humano), e no corpo-espécie – assegurado por uma série de intervenções e controles reguladores (biopolítica da população). Inicia-se, assim, pela “explosão de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações” (Foucault, 2006, p. 152), a era de um *Biopoder*.

Dessa forma de agenciamentos concretos que constituirão a tecnologia do poder do século XIX, o dispositivo da sexualidade será, de acordo com Foucault (2006), um [dos mais importantes] deles. Ele ressalta que um poder centrado na vida terá a necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos, o que resultaria em uma sociedade normalizadora.

Por fim, eis o pano de fundo para a compreensão da importância assumida pelo sexo como foco de disputa política. Ele se situa na articulação entre dois eixos onde a tecnologia política da vida foi desenvolvida; como parte da disciplinarização dos corpos e

pertencente à regulação das populações. Deve-se, assim, Foucault (2006) ressaltar, “não acreditar que se dizendo sim ao sexo se está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral da sexualidade”. Mas compreender que o “contra o dispositivo da sexualidade, o ponto de apoio do contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres” (p. 171).

A partir de tais colocações é possível compreender o questionamento inicial de Foucault (2006, p. 88): “escondido, o sexo? Escamoteado por vários pudores, mantido sob o alqueire pelas mornas exigências da sociedade burguesa? Incandescente, o contrário [...] pois somos forçados a saber a quantas anda o sexo, enquanto ele é suspeito de saber a quantas andamos nós”. O autor, então, buscou recolocar as questões relacionadas à sexualidade, retirando-as do campo das supostas proibições e interdições sociais, e pontuando os como e porquês este dispositivo da sexualidade foi construído historicamente.

Esta análise genealógica da sexualidade, o que significa que busca não a origem do fenômeno, mas, como afirma Foucault (2009b), escavar até localizá-los onde nenhuma verdade pode os encobrir; onde seja possível localizar saberes locais, descontínuos, não legitimados, não inseridos na lógica da ordenação e hierarquização do conhecimento científico Foucault (2009c), permitem nos uma ampla e diferenciada compreensão da sexualidade, das verdades produzidas sobre o sexo.

Assim, para Foucault (2006) o estudo sobre a sexualidade deve ser iluminado por meio de questionamentos que visem determinar, em seu funcionamento, os porquês e o regime de poder-saber-prazer que sustenta o discurso sobre a sexualidade humana – tal como Scott (1995) com o gênero. Trata-se, mais uma vez, de ter o foco de análise no processo para que, deste modo, descubra-se sobre que formas, por meio de que canais, através de quais discursos o poder alcança as condutas individuais.

## **Desconstrução das Certezas e Destruição das Evidências**

### ***A Teoria Queer***

Foucault, como vimos, contesta inicialmente a repressão sexual. A partir daí, contesta e interroga o que é posto como evidência / como verdade seja ela científica, jurídica ou religiosa. Os alicerces que antes davam ao saber o *status* de verdade inquestionável foram postos em xeque e os regimes de saber-poder foram revelados. Uma nova, se é que seja possível ou mesmo viável tal datação, forma de pensar a produção do conhecimento, que chama a atenção para as discontinuidades da história e as fissuras das

verdades é apresentada por Foucault.

Ao considerar a verdade como “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”, (Foucault, 2009c, p. 14) afirma que esforços devem ser despendidos no sentido de “desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento”.

A partir das proposições e questionamentos levantados por Michel Foucault e frente à demanda de novas formas de pensar as questões de gênero e sexualidade, a articulação entre feministas e as propostas pós-estruturalistas se fortaleceu. Longe de este ser um passo linear e contínuo da história feminista ou um consenso entre elas, o fato é que feministas e pós-estruturalistas compartilhavam algumas críticas.

Como aponta Guacira Louro (1998), ambos problematizavam os sistemas globais de explicação social, o modo como são produzidos e divulgados o suposto saber científico, a concepção central e unificada de poder que regeria o todo social entre outros. Navarro-Swain (2002) pontua também o caráter contestatório e denunciador das supostas verdades essenciais, da existência de um sujeito estável e coerente, expresso sobretudo em uma prática sexual intimamente relacionada ao sexo biológico.

A noção de dispositivo da sexualidade, trazida por Foucault (2006), fomentou os questionamentos que ganhavam força entre feministas, pesquisador@s das questões gênero e dos estudos lésbicos e gays. A concepção hegemônica da coerência natural entre sexo-gênero-orientação afetivo-sexual, pautada na lógica heterossexista com seus papéis sociais femininos e masculinos pré-estabelecido com base nas diferenças sexuais, o crescente discurso acerca de uma suposta repressão sexual, bem como a centralidade das diferenças sexuais e dos diversos modos de vivenciar a sexualidade na definição identitária dos indivíduos foram postas em análise.

De modo semelhante, a proposta derridariana da desconstrução, como visto anteriormente, teve espaço já nas proposições de Joan Scott que buscou desconstruir o caráter permanente da oposição binária entre masculino e feminino, situando-os como construções sociais inseridas em uma rede complexa de relações. Porém, como afirma Louro (1998), se aprendemos a pensar e a nos situar dentro da lógica dicotômica, não é possível que esta seja facilmente abandonada.

Louro (2001) retoma Derrida para pontuar o caráter dicotômico em que o pensamento moderno é operado. Na lógica binária de pensamento há, de acordo com Derrida, a eleição e fixação de um sujeito, uma ideia ou uma entidade como central a partir

da qual será definida a posição de 'outro', seu oposto e subordinado. A proposta é que essa lógica poderia ser abalada por meio do processo de desconstrução que desestabilizasse, revertesse e separasse os pares.

De acordo com Louro (1998), essa desconstrução se daria pela problematização da constituição de cada um dos polos e, a partir daí, seria possível demonstrar que cada um supõe o outro, que cada polo não é uno, mas plural, que é, internamente, fraturado e dividido. A desconstrução nega o que se apresenta como fixo ou natural; trabalha com a lógica de que essa oposição e hierarquização são construídas; e busca os processos e condições de estabelecimento desta polaridade. Assim, “desconstruir um discurso implicaria em minar, escavar, perturbar e subverter os termos que afirma e sobre os quais o próprio discurso se afirma” (Louro, 2001, p. 548).

Retomemos, brevemente, as questões levantadas anteriormente sobre o tratamento das questões feministas e de gênero em articulação com as reflexões sobre orientações e práticas sexuais. Citamos um possível heterossexismo das teorias feministas que foi contestado por feministas lesbianas e pelo, na época, crescente número de estudos lésbicos e gays. Assim, de modo semelhante ao que foi feito com relação às questões feministas, é importante contextualizar, aqui, o desenrolar dos movimentos homossexuais / LGBT e dos questionamentos por eles trazidos. Se entre as feministas o conceito de *mulher* estava sendo discutido, entre militantes e teóric@s LGBT diversas categorias também foram postas em análise.

O primeiro ponto a ser pensado é que a homossexualidade e, portanto @ homossexual, é uma invenção recente, datada do século XIX (Foucault, 2006; Louro, 2001). O que antes era tido como uma prática – a sodomia que estava relacionada a um ato pecaminoso ou indesejável à qual tod@s estavam propensos a sucumbir, neste período passa a ser critério para definição dos sujeitos (Louro).

Como trazem Júlio Simões e Regina Facchini (2009), as teorias biomédicas do século XIX relacionaram as múltiplas formas de vivenciar a sexualidade às condições biológicas e constituições corporais pensadas como inatas e imutáveis. Nesse sentido, envolto em discussões sobre sua normalidade/anormalidade e inferioridade, estava a pessoa homossexual que, de modo geral, configuraria um tipo específico de constituição corporal com características psicológicas singulares.

No início da década de 1970, essas questões ainda rondavam a homossexualidade. Louro (2001) aponta que neste período os movimentos de organização de grupos homossexuais ainda eram tímidos e quase restritos à invisibilidade. De acordo com a

autora, com o tempo a homossexualidade passa a ganhar visibilidade por meio de revistas, teatro, artigos em jornal, principalmente nos Estados Unidos e Inglaterra. No Brasil, surge em 1975 o Movimento de Liberação Homossexual no Brasil que, com a participação de intelectuais, artistas e outras personalidades trazem questionamentos políticos feministas, raciais e sexuais para o seio do movimento.

O debate, de acordo com Louro (2001), se move, então, para o questionamento da universalidade e uniformidade cristalizada com que era considerada a homossexualidade – podemos ressaltar a possível influência dos Relatórios Kinsey<sup>2</sup> para essas contestações no que tange à visibilização, a partir de dados referentes ao *continuum* de práticas sexuais que variava entre exclusivamente heterossexual a exclusivamente homossexual, da elevada frequência de relacionamentos sexuais, nem sempre exclusivos, entre pessoas do mesmo sexo (Sena, 2007).

Assim como os questionamentos da universalidade, a heterossexualidade normativa é também combatida e a intersecção entre [homo]sexualidade e raça, classe, nacionalidade é posta em evidência. Louro (2001) afirma que as reivindicações homossexuais, a partir das críticas d@s militantes, seguiram dois caminhos: o daquel@s que se voltaram para a integração social, embasada pela concepção da possibilidade de construção de uma sociedade diversa, podendo mesmo ser andrógina; e de outr@s que lutavam pela separação social radical – ação empreendida principalmente pelas feministas lésbicas. É interessante notar a consonância entre os debates feministas da época e os trazidos pelo movimento, representando, como já explicitado, a articulação entre esses acontecimentos paralelos e retroalimentados.

Outro fato importante que viria marcar as ações dos Movimentos Homossexuais foram os protestos de Stonewall, iniciados no dia 28 de Junho de 1969. Neste dia, na cidade de Nova Iorque, o bar Stonewall Inn foi ameaçado de interdição pela polícia. Naquele momento os frequentadores, maioria homossexuais, reagiram com pedras, garrafas, atearam fogo em carros, entre outras ações. Este evento representou a luta de pessoas LGBT contra as diversas formas de opressão sofridas e, assim, teve forte impacto no Movimento marcando a emergência do *Gay Power* e sendo até hoje a data que representa mundialmente o “*Dia do Orgulho Gay e Lésbico*”, como apontam Simões e Facchini (2009).

O episódio de Stonewall não representou apenas um dia de luta, mas impulsionou também mobilizações políticas importantes para o Movimento Homossexual. Stonewall

---

2 Alfred Kinsey realizou pesquisas sobre os comportamentos sexuais de homens e mulheres, entre os anos de 1938 e 1953, com mais de 11 mil pessoas.

trouxe a concepção de que homossexuais assumidos e unidos teriam mais condições e forças para lutar contra as opressões que @s limitavam. Nesse contexto, Louro (2001) indica que aos poucos a noção de comunidade homossexual foi sendo constituída e o pertencimento a essa comunidade estava condicionado ao fato de assumir a homossexualidade, a “sair do armário”. Assim, lésbicas e gays passaram a assumir e afirmar uma identidade homossexual e lutar pela igualdade de direitos na ordem social já estabelecida.

É, então, neste período que surge a epidemia de HIV e AIDS e renova e agrava o preconceito e discriminação contra as pessoas LGBT. Cabe lembrar que os primeiros casos de HIV e AIDS foram diagnosticados, nos Estados Unidos, entre homens homossexuais. Este fato fez com a AIDS fosse vista como uma “doença gay” e também passasse a ser concebida como um 'castigo' sob essa população. Como afirma Simões e Facchini (2009), mesmo após a descoberta de que o vírus era transmitido através da troca de fluidos corporais entre pessoas – independente de sua orientação afetivo-sexual – a doença ainda se mantinha relacionada à homossexualidade, reascendendo, assim, a associação homossexualidade e doença.

O advento do HIV e AIDS além de reavivar os preconceitos e discriminações contra a população LGBT trouxe novas pautas para as discussões políticas sobre a sexualidade. De acordo com Simões e Facchini (2009), práticas relacionadas ao sexo – como uso de preservativo, sexo anal e oral – começaram a ser aberta e amplamente, bem como a presença das práticas homossexuais passou a ser vista no exterior da população homossexual.

Simões e Facchini (2009) salientam que nesse ínterim os conflitos e rearticulações do movimento que giravam em torno da “verdadeira homossexualidade” – ou, simplesmente, de uma identidade homossexual. Corroborando este argumento, Louro (2001) explicita que por meio dessa política de identidade homossexual, a partir dos anos 1970, lésbicas e gays recebem visibilidade, porém críticas e tensões internas surgiam ao ser colocado em xeque a amplitude alcançada por esse movimento identitário. Neste momento, as questões raciais, étnicas, de sexo, gênero e de classe perturbavam o movimento, além do fato de bissexuais, travestis e transexuais afirmarem que essa política identitária @s mantinham excluíd@s. O que estava sendo contestado, como pontua Louro, era se a concepção de uma identidade homossexual unificada servia de base para tal política de identidade.

Assim, fica explícita a diversidade existente no interior o movimento dito

homossexual. Como afirma Louro (2001) enquanto alguns grupos lutavam por reconhecimento, legitimação e inclusão em uma perspectiva igualitária, outros desafiavam as barreiras tradicionais do gênero e da sexualidade e problematizavam as dicotomias de mulher/homem, homo/heterossexual, feminino/masculino e alguns ainda reivindicavam o direito de não serem estabelecidos por parâmetros dicotômicos, mas sim viver as ambiguidades fronteiriças.

Neste momento, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexos passam a valorizar a marginalidade às normas, perturbar e negar as normas e hierarquizações que as delimitações pelo sexo biológico, pelas identidades sexuais e de gênero e pelas orientações sexuais impõem. Esses, como pontuam Simões e Facchini (2009, p. 53), contribuem para “repor ambiguidades, ambivalências e passagens, no lugar de definições, fronteiras e gavetas referentes a corpos, desejos e comportamentos”. Assim, o movimento homossexual de lésbicas e gays passa a ser plural, se volta para a discussão não apenas a sexualidade e as orientações sexuais, e passa a contestar as normas de gênero e, de modo geral, a reivindicar liberdade. O Movimento Homossexual se torna, então, o Movimento LGBT.

É neste contexto histórico de divergências e questionamentos entre militantes LGBT e feministas e estudios@s que, a partir das propostas de Foucault e Derrida, ou mais amplamente, como aponta Miskolci (2009), no diálogo entre o pós-estruturalismo francês e uma corrente da Filosofia e Estudos Culturais norte-americanos, que surge a *Teoria Queer*.

*Queer* em seu idioma original, o inglês, pode ser traduzido como estranho / ridículo e é um termo pejorativo dirigido para pessoas LGBT ou, simplesmente, para aquelas que escapem às normas de sexo e gênero. No entanto, em um momento em que os movimentos feministas e homossexuais estavam divididos – como bem pontua Louro (2001), entre a busca de inclusão em termos de igualdade, de contestação as dicotomias mulher/homem, feminino/masculino, homo/heterossexual ou na busca do direito de permanecer nas fronteiras dessas categorias – uma vertente de teóric@s e dos movimentos homossexuais traz este termo negativo para afirmar o caráter opositor e contestador de sua perspectiva. Como afirma Louro, *queer* passa a significar um posicionamento contrário às normalizações.

De acordo com Miskolci (2007), as teorias feministas e os estudos lésbicos e gays, tendo os estudos de Foucault sobre a sexualidade como ponto de partida, foram articulados de modo a organizar o que hoje é conhecido como *Teoria Queer*. Eve Sedgwick é uma das principais autoras que contribuíram para a formação do arcabouço teórico da teoria *queer*.

Essa autora, em seu estudo *Between Men – English Literature and Male Homosocial Desire* (1985, citada por Miskolci), ressalta a necessária superação das diferenciações entre mulheres e homens, pelas teorias feministas, e da categorização como minorias feita pelos estudos lésbicos e gays. Essa afirmação tem como base a concepção de que tanto mulheres quanto homens, independente de suas orientações sexuais, estão inseridos nesse jogo complexo dos processos sociais regulados pela sexualidade. Assim, de acordo com a autora, a ordem social hoje estabelecida não se diferenciaria de uma norma sexual.

A estrutura dessas ordens e normas estaria pautada na dicotomia homo/heterossexual que, por sua vez, é marcada pelo favorecimento do segundo em relação ao primeiro. Assim, a heterossexualidade é construída como norma e estabelecida como natural. Trata-se do que é denominado de heteronormatividade. De acordo com Miskolci (2007), corroborando Louro (2001), este é uma das importantes contribuições dos estudos *queer*, retirar da heterossexualidade seu caráter de normalidade para localizá-la como construção histórico-social. Ao retirá-la do âmbito da natureza, e localizá-la como norma, evidencia-se o padrão compulsório com que a heterossexualidade foi e é estabelecida em nossa sociedade: como sendo o caminho legítimo para as pessoas serem reconhecidas como sujeitos de direitos e integrem as principais instituições sociais.

Não foi apenas à heteronormatividade que @s teóricos *queer* direcionaram suas críticas. Louro (2001) aponta aproximações entre ess@s, embora muitas divergências possam ser encontradas, tais como: utilizar a desconstrução como método de crítica social e literária; escapar de modelos sociais e políticos pragmáticos positivistas por meio de estratégias desconstrutivas e descentradoras; e contestar conhecimentos e hierarquias sociais dominantes por meio da percepção do social como um texto passível de críticas e interpretações.

Outra proposição interessante foi acrescentada por Eve Sedgwick (2007), em seu importante trabalho *“A Epistemologia do Armário”*. A autora pontua que as discussões acerca da homossexualidade foram, desde o século XIX, relacionadas às díades segredo/revelação e privado/público. Assim, o “armário”, no qual pessoas poderiam se manter reservadas e do qual poderiam escapar, passa a ser um potente regulador de corpos e condutas. Como diria a autora, “o armário é a estrutura definidora da opressão gay no século XX” (p. 26). Nesse sentido, Sedgwick combate as proposições feitas a partir de Stonewall – de que a “saída do armário” daria forças ao movimento e às pessoas homossexuais – e salienta que essa condição a qual a figura do armário submete as pessoas é problemática por fixar de modo opressivo certa caracterização d@ homossexual –

caracterização que atinge e ameaça as estruturas sexuais, de gênero e econômicas da cultura heterossexista. É nesse sentido, como Foucault (2006) havia apontado que Sedgwick afirma que a sexualidade que antes era ato sexual passa a ser conduta e, assim, definidor de identidades estáveis.

As identidades fixas e imutáveis continuam a ser criticadas, no bojo da teoria *queer*, pela teórica feminista Judith Butler. É sobre os “*problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*”, título de seu livro, que Butler inicia [aqui] sua contribuição.

### ***Sexo, Gênero e Sexualidade: a desestabilização da coerência por Judith Butler***

Nos moldes desconstrutivistas que guiavam as reflexões feministas, alimentadas pelas proposições foucaultianas e principalmente no contexto de discussões pós-modernas e pós-estruturalistas, o nome de Judith Butler chama atenção para problematizações ainda mais desestabilizadoras.

Para explicar e contestar as categorias fundacionais de sexo, gênero e desejo, Butler (2003) se propõe a fazer uma crítica genealógica na qual “investiga as apostas políticas, designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (p. 9). De modo geral, pode-se dizer que Butler trabalha com as categorias de identidade, por meio da apropriação e deslocamento dessas, buscando problematizá-las permanentemente em suas mais diversas formas.

No rumo das críticas feministas, anteriormente apresentadas nas formas concretas dos questionamentos realizados pelas feministas Navarro-Swain (2002) e Bento (2006), Butler (2003) propõe a reformulação da noção de gênero, de modo a alcançar as relações de poder que geram sexo como natural/essencial e ocultam sua produção no âmbito dessas relações. Nos caminhos de Foucault e considerando que o campo contemporâneo de poder situa-se nas estruturas jurídicas da linguagem e da política, Butler (2003) irá formular críticas às categorias de identidade que tais estruturas engendram, naturalizam e imobilizam.

Ao situar o gênero como socialmente construído, a autora assume que este não é substantivo – remetendo à essência, àquilo que supostamente é – que em diferentes contextos históricos nem sempre é coerente e que estabelece interseções com outras modalidades de identidades construídas discursivamente. Desse modo, como significado cultural assumido por um corpo sexuado, o gênero não seria resultado do sexo – podendo ser concebida até uma descontinuidade radical entre corpo sexuado e gênero culturalmente

construído.

Assim, o gênero é o meio cultural / discursivo por meio do qual o sexo natural é concebido como pré-discursivo, ou seja, concebido “como anterior à cultura, como uma superfície politicamente neutra *sobra a qual* age a cultura” (Butler, 2003, p. 23). Nesse sentido, a autora afirma que a relação binária em que são estabelecido sexo e gênero reflete a crença da relação mimética entre eles, em que a teorização do gênero independentemente do sexo, este se torna um *artifício flutuante*, podemos dizer, um conceito sem amarras. Como já propunha Monique Wittig, citada por Butler (2003), a dualidade do sexo pré-discursivo seria, então, a responsável por assegurar a estabilidade da estrutura interna do binarismo sexual. Butler traz para a reflexão que se a imutabilidade do sexo é contestável, pode ser que o sexo seja, também, construído culturalmente – ela infere, assim, que talvez sexo tenha sido sempre sinônimo de gênero.

Ao problematizar o caráter substantivo do sexo, Butler (2003) não nega as diferenças biológicas entre os corpos de mulheres e homens. Vale, aqui, abrir parêntesis para tratar dessa crítica equivocada, mas comumente atribuída a Judith Butler, de que ela negaria as diferenças sexuais. Para essa acusação, ela se posiciona afirmando<sup>3</sup> que “*I do not deny certain kinds of biological differences, but I always ask under what conditions, under what discursive and institutional conditions, do certain biological differences*” (Butler, 1993, p. 3).

Assim, de acordo com Butler (2003), independente da relação entre sexo e gênero, importante é observar a função do discurso de estabelecer limites à análise ou mesmo manter o essencialismo como pressuposto das análises do gênero. Desta forma, são os limites dessa análise quem definem as configurações de gênero possíveis na cultura. Tais limites são estabelecidos em termos do discurso hegemônico, que tem como base as estruturas binárias como reflexo da racionalidade, denotando forte relação coercitiva.

De acordo com Butler (2003), é também um discurso hegemônico que institui e mantém relações de continuidade e coerência entre sexo, gênero e orientação afetivo-sexual. Nesse sentido, seriam as mesmas leis que buscam estabelecer a causalidade entre sexo biológico, gênero cultural e manifestação do desejo pelas práticas sexuais.

As práticas reguladoras são responsáveis por gerar identidades coerentes por meio de uma matriz de normas de gênero coerentes – como a heterossexualização do desejo (produzindo oposições assimétricas entre feminino e masculino). Nessa via, Butler (2003)

---

3 “Eu não nego algumas diferenças biológicas, mas eu sempre questiono sob que condições, sob que condições discursivas e institucionais, são produzidas algumas diferenças biológicas” [Tradução livre da autora].

aponta que a instituição da heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero nos moldes de uma relação binária, na qual o masculino se diferencia do feminino por meio da prática do desejo heterossexual. E é por essa matriz cultural que a identidade de gênero torna-se inteligível e ao exigir que identidades incoerentes não possam existir, denotam a “*relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade*” (Butler, 2003, p. 39). Aqui, a persistência e proliferação de identidades incoerentes criam a oportunidade de crítica aos limites reguladores e, assim, a possibilidade de semear matrizes rivais e subversivas para desordem do gênero.

A autora também chama a atenção para pressuposição de um corpo, preexistente à aquisição de significado sexuado, trazido pela distinção entre sexo, gênero e mesmo categoria sexual. Nesse sentido, o corpo seria tido como anterior ao discurso e passivo em sua suposta natureza. Sendo assim, Butler (2003) afirma que qualquer teoria do corpo culturalmente construído tem a obrigação de colocá-lo em suspeita e questioná-lo.

Este modo de conceber o corpo como pré-discursivo seria produto de uma estruturação do campo social, difusa e ativa. Nesse caminho de problematização da construção dos corpos, Butler (2003) retoma Foucault ao mencionar que as leis não são internalizadas, mas incorporadas e, conseqüentemente, produzem-se corpos que expressem no corpo e por meio dele essas leis que se manifestariam como essência, algo relacionados a suas almas e consciência – essa essência / alma seria constantemente produzida no corpo por um poder que se exerce sobre os que são punidos. Assim concebido, o gênero pode ser considerado como uma produção que se desenvolve por meio da disciplinarização dos corpos.

Butler (2003) ressalta que a produção disciplinar do gênero, no âmbito da heterossexualidade compulsória, por meio de inúmeras proibições e sob o interesse da construção e regulação heterossexual da reprodução, induz a uma falsa estabilização do gênero. Como já trazido ao longo desta dissertação, a construção da suposta coerência entre sexo, gênero e orientação afetivo-sexual, aponta Butler, oculta as descontinuidades do gênero que circulam nos contextos heterossexuais, bissexuais, gays e lésbicos, nos quais o gênero não está necessariamente em consonância com o sexo e onde a sexualidade não decorre do gênero. Somente para pontuar, Butler se refere aqui apenas às orientações sexuais. No entanto, podemos certamente acrescentar as identidades transgêneras, cujo sexo não se apresenta em correspondência à identidade de gênero.

Nesse sentido é que Butler (2003, p. 194) ressalta que, no momento em que a

“desorganização e desagregação do campo dos corpos rompem a ficção reguladora da coerência heterossexual [...], o ideal regulador é então denunciado como norma e ficção que se disfarça de lei do desenvolvimento a regular o campo sexual que se propõe descrever”. Assim, não seria coerente afirmar que existe uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, mas sim que essa identidade de gênero é performaticamente construída pelas expressões tidas como seu resultado.

A performance do gênero, de acordo com a autora, requer ações repetidas. Tais ações encontram-se legitimadas por um conjunto de significados pré-estabelecidos socialmente. Assim, o gênero seria uma identidade construída tenuamente por meio de uma série de atos repetidos, regulações políticas e as práticas disciplinares que o produzem em aparente coerência com o corpo sexuado.

Nesse contexto, Butler (2000) chama a atenção para a importância de pensar também o modo como e a finalidade para a qual esses corpos são, e não são, construídos. Em se tratando de corpos que se formam fora do que é estabelecido pela norma – os corpos abjetos, aqueles que perdem ou não conquistam seu *status* de humano, que se localizam, portanto, fora do que é entendido como humanidade – deve-se questionar “como os corpos que fracassam em se materializar fornecem o 'exterior' – quando não o apoio – necessário, para os corpos que, ao materializar a norma, qualificam-se como corpos que pesam?” (p. 15). Ela, então, pontua

Como, pois, podemos pensar a matéria dos corpos como uma espécie de materialização governada por normas regulatórias – normas que tem a finalidade de assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual na formação daquilo que pode ser legitimamente considerado como um corpo viável? Como essa materialização da norma na formação corporal produz um domínio de corpos abjetos, um campo de deformação, o qual, ao deixar de ser considerado como plenamente humano, reforça aquelas normas regulatórias? Que questionamento esse domínio excluído e abjeto produz relativamente à hegemonia simbólica? Esse questionamento poderia forçar uma rearticulação radical daquilo que pode ser legitimamente considerado como corpos que pesam, como formas de viver que contam como 'vida', como vidas que vale a pena proteger, como vidas que vale a pena salvar, como vida que vale a pena prantear? (Butler, 2000, p. 15).

Esses questionamentos, sem dúvida, são de extrema importância para pensar a homofobia. Neste momento histórico afirmamos que a grande luta para legitimação de

direitos de toda e qualquer pessoa é a luta pelos Direitos Humanos. Em se tratando de seres abjetos, estamos ainda requerendo os direitos desses seres? Essas são as inquietações trazidas por Butler e, certamente, demandam reflexão.

Por fim, Butler (2000) afirma que é no âmbito das reiteraões que fissuras são abertas denotando a instabilidade dessas construções e evidenciando o que não cabe na norma, o que não pode ser definido por ela, o que não pode ser fixado pelo efeito repetitivo da norma. Esse é um ponto central de seu pensamento, pois seria essa instabilidade a “possibilidade desconstitutiva no próprio processo de repetição, o poder que desfaz os próprios efeitos pelos quais o 'sexo' é estabilizado, a possibilidade de colocar a consolidação das normas do 'sexo' em uma crise potencialmente produtiva” (p. 10).

Essas são, então, as teorias e conceitos que embasarão a nossa investigação e discussão acerca dos elementos que sustentam a homofobia. Buscaremos, agora, conhecer o modo como esse fenômeno vem sendo estudado, por diferentes áreas do conhecimento, ao longo dos anos.

## REVISÃO DE LITERATURA

A fim de investigar o modo como a homofobia é concebida e investigada por diferentes campos do saber, efetuamos a revisão da literatura internacional e nacional publicada sobre o tema. Esta etapa do trabalho é de suma importância para ampliar o conhecimento dos possíveis elementos que sustentam a homofobia e das relações que esta estabelece com diferentes variáveis e em contextos diversos. Os resultados dessa revisão e a análise das publicações encontradas serão apresentadas, em suas especificidades, a seguir.

### **A Homofobia nas Publicações Internacionais**

Para um contato amplo com a literatura produzida sobre o tema da homofobia optamos por realizar a revisão de artigos científicos em uma base de dados multidisciplinar, a *Web of Science*. Esta está localizada na plataforma de pesquisa *Web of Knowledge* e possui informações da área de ciências, ciências sociais, artes e humanidades. Além de multidisciplinar, esta base oferece importantes ferramentas de análise de dados, como a elaboração de gráficos e planilhas por variáveis (ano de publicação, áreas e periódicos de produção) e o cruzamento dessas informações.

A *Web of Science* agrega três bases de dados, nas quais realizamos a revisão, são elas: Science Citation Index Expanded (1945 - presente), que possui 8.060 revistas científicas e percorre 173 disciplinas; Social Sciences Citation Index (1956 – presente), com 2.697 revistas, em 55 disciplinas das Ciências Sociais; e Art & Humanities Citation Index (1975 – presente), que acessa 1.470 revistas de artes e humanidades e outras seis mil das Ciências Sociais e Ciências (*Web of Knowledge*, 2011).

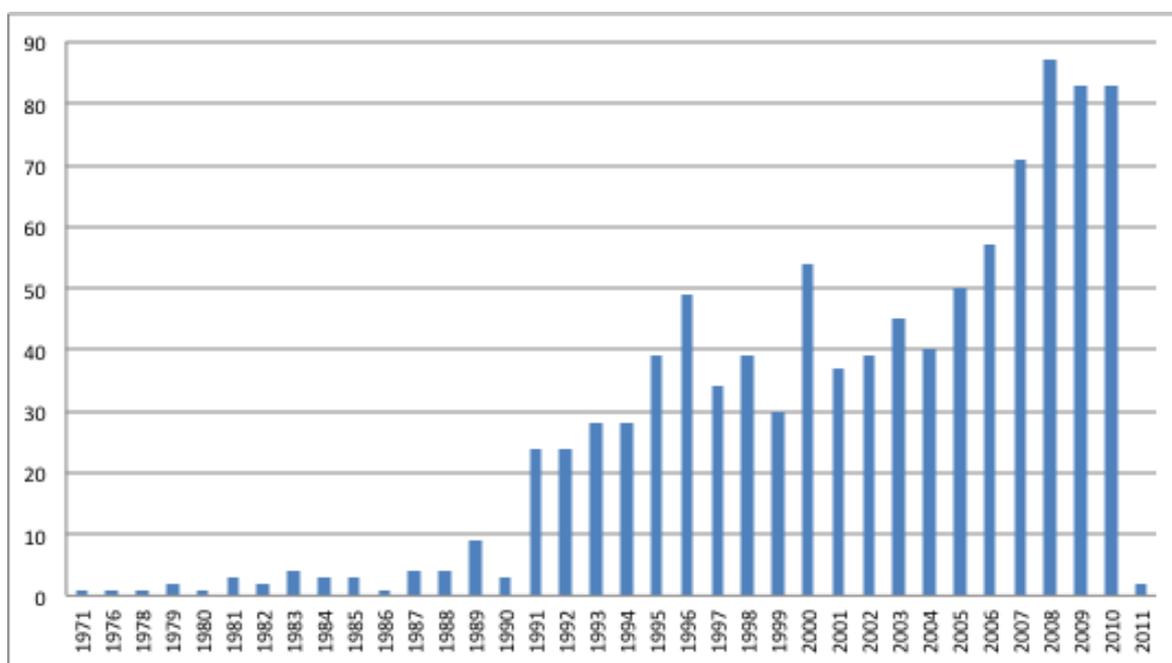
Além da possibilidade de percorrer diversas áreas do conhecimento, a *Web of Science* também possui excelentes ferramentas de análise quantitativa dos artigos encontrados. Por meio dessas ferramentas tivemos acesso a uma série de informações que embasaram nossas análises, tais como: número de artigos publicados por ano, áreas e revistas com os maiores números de artigos sobre o tema e, dentre os artigos encontrados, os que foram mais citados.

### ***Um amplo olhar sobre a Homofobia***

Na primeira busca, realizada nos dias nove e dez de março de 2011, objetivamos conhecer o modo como os estudos relacionados à homofobia se distribuíram ao longo do

tempo e em diferentes áreas do conhecimento. Para tal definimos a pesquisa com base nos seguintes critérios: homofobia como tópico (busca no título, resumo e palavras-chave); artigos como o tipo de documento; inglês, português, francês e espanhol como idiomas; e não sendo imposta limitação de intervalo de tempo para a busca. Um total de 985 artigos foi localizado. A análise desse resultado foi efetuada com o auxílio da ferramenta de elaboração de gráficos e tabelas por variáveis.

De modo geral, conforme apresentado pela Figura 1, podemos afirmar que os artigos relacionados à homofobia são cada vez mais publicados desde a inauguração do tema com o artigo de Smith (1971). No ano de 2008 acontece a produção do maior número de artigos, com a publicação de 87 trabalhos. Esse número segue praticamente constante com 83 artigos publicados nos anos de 2009 e 2010.



**Figura 1.** Número de artigos publicados por ano sobre homofobia em diferentes áreas do conhecimento.

As áreas denominadas pela *Web of Science* como Psicologia – Multidisciplinar, Ciências Sociais – Interdisciplinar e Psicologia Social foram, respectivamente, as de maior publicação de artigos relacionados à homofobia. As revistas científicas de maior divulgação sobre o tema foram: *Journal of Homosexuality* (n=159), *Journal of Applied Social Psychology* (n=24) e *Sex Roles* (n=23).

A fim de refinar a pesquisa dos artigos, realizamos uma nova busca utilizando como filtros a incidência da palavra homofobia no título dos trabalhos, artigos como o tipo de

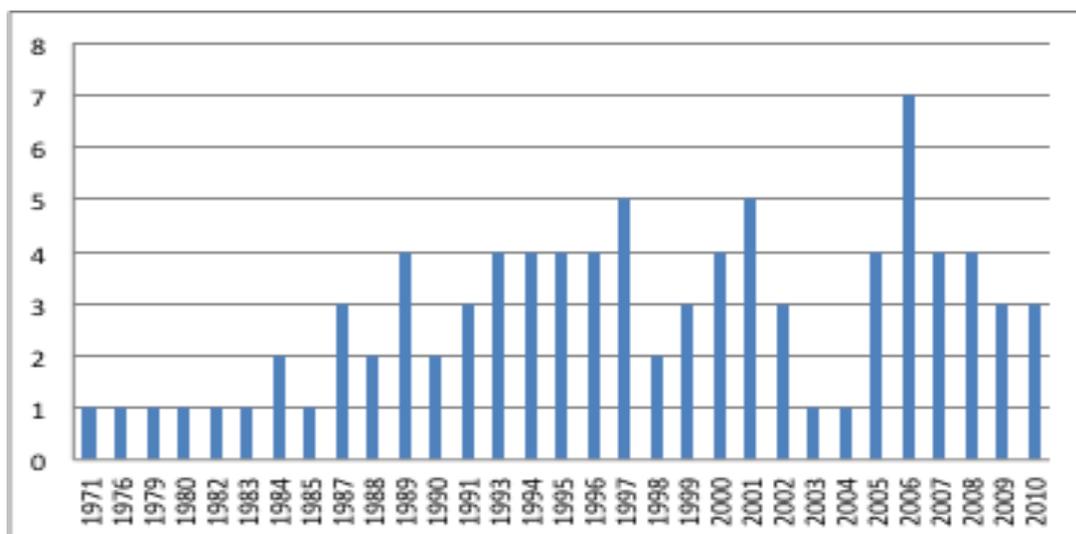
documento e como idiomas o inglês, português, francês e espanhol. Nessa pesquisa 248 artigos foram localizados. A queda do número de trabalhos publicados, quando comparado ao resultado da busca anterior, pode indicar que muitos trabalhos citam ou são relacionados à homofobia, porém apenas cerca de 25% a abordam como objeto de pesquisa.

Nesta busca, as áreas de maior produção continuaram sendo a Psicologia – Multidisciplinar, as Ciências Sociais – Interdisciplinar e a Psicologia Social. O *Journal of Homosexuality* (n=35) e o *Journal of Applied Social Psychology* (n=7) se mantêm como as revistas de maior publicação sobre o tema, sendo seguidas pela *Psychological Reports* (n=23). No ano de 2007 ocorreu o maior número de artigos publicados sobre o tema (n=21).

### ***As especificidades nos trabalhos publicados sobre Homofobia***

Para investigar de forma minuciosa o modo com a homofobia vem sendo concebida ao longo do tempo, delimitamos ainda mais nossa busca pelos artigos. A pesquisa foi refinada de modo a termos acesso a artigos em inglês, português, francês e espanhol, que traziam *homofobia* em seu título e pertencessem às áreas da Psicologia – Multidisciplinar, das Ciências Sociais – Interdisciplinar e da Psicologia Social. Esse filtro teve como justificativa as bases teóricas deste trabalho – Psicologia Social, fazendo interface com as Ciências Sociais e os Estudos Feministas e LGBT, bem como os resultados das buscas anteriores onde essas áreas se apresentaram como as que mais produzem sobre o tema.

Foram encontrados 88 artigos que datam do período de 1971 a 2010. Esses foram publicados pelo *Journal of Homosexuality* (n=35), *Journal of Applied Social Psychology* (n=7), *Psychological Reports* (n=7), *Sex Roles* (n=3) entre outros. A análise desse material buscou conhecer as concepções de homofobia utilizadas nos trabalhos, bem como os objetivos dos estudos. Para tal, uma leitura minuciosa dos artigos completos e/ou resumos foi efetuada. É importante pontuar que a *Web of Science* é uma base de dados que traz em sua maioria o resumo dos artigos encontrados. Reconhecemos que esse fato limitou a profundidade da análise, no entanto não a inviabilizou. Na distribuição dos artigos ao longo dos anos (Figura 2), podemos observar nuances teóricas e acontecimentos históricos que influenciaram a concepção e o tratamento da homofobia.



**Figura 2.** Número de artigos publicados por ano sobre homofobia nas áreas específicas do conhecimento.

O primeiro registro de publicação sobre o tema é o artigo *Homophobia: tentative personality profile* do psicólogo Kenneth Smith (1971). Neste artigo o autor busca analisar traços de personalidade homofóbica, tida como uma aversão psicológica à homossexualidade, por meio de sua *Homophobic Scale*.

O conceito nasce sobre o peso do sufixo 'fobia', relacionado à aversão a pessoas homossexuais, e sendo concebida e investigada como uma atitude. A partir da década de 1980, o termo homofobia começa a ser questionado. Hudson e Ricketts (1980) propõem ampliar o conceito, inserindo a homofobia como um dos componentes do homonegativismo (que se refere ao caráter de aversão e ansiedade trazido pelo termo homofobia, mas acrescente a ele um conjunto de atitudes cognitivas negativas relacionadas à homossexualidade) e apresentam um novo instrumento de mensuração, o *Index of Homophobia*. Este artigo teve um importante papel na produção acadêmica sobre o tema por colocar em pauta o conceito de homonegativismo – que poderia ampliar a concepção do fenômeno para além da fobia, mas principalmente pela elaboração da escala que desde sua publicação foi um dos instrumentos mais utilizados para investigação da homofobia. Dentre os 88 artigos, este consta como o mais citado por outros autores – de acordo com dados da *Web of Science*. Até o momento final da busca, foram 213 citações.

Fyfe (1983) propôs que o termo homofobia fosse alterado para preconceito relacionado a homossexuais. De acordo com a autora, essa reformulação auxiliaria e possibilitaria estudos mais aprofundados das reações negativas dirigidas a homossexuais em nível individual e também social. É nesse sentido, também, que Plasek e Allard (1984)

criticam pesquisas anteriores que estariam dando ênfase no componente cognitivo da atitude homofóbica e, assim, negligenciando os componentes afetivos e comportamentais.

Assim, é interessante que até a primeira metade dos anos 1980 o conceito sofre diversas críticas e propostas de reformulação. A partir daí, parece haver a aceitação do termo homofobia que é concebido, para além do sufixo, como uma atitude negativa com relação à homossexualidade, ainda privilegiando seu componente cognitivo, e grande parte das pesquisas passam a investigar fatores correlacionados ao tema. Uma observação relevante, nesse sentido, é o amplo uso de escalas da mensuração de atitudes para as investigações.

Ainda na década de 1980, Malyon (1982) publica um artigo no qual analisa as implicações da homofobia internalizada para a abordagem psicoterapêutica com homens homossexuais. Este importante conceito de homofobia internalizada (HI) nasce no campo da Psicologia Clínica e está relacionado à homofobia que as pessoas homossexuais sentem em relação a si mesmas. Este conceito teve um amplo impacto na produção e modo de investigação sobre o tema. Em nossa busca, cerca de 25% dos artigos investigaram a homofobia internalizada e suas relações.

Foi por meio de discussões sobre estratégias terapêuticas para o trabalho com homofobia internalizada que as mulheres lésbicas se apresentam pela primeira vez nesses estudos (Sophie, 1987). Os estudos que associavam lésbicas à HI foram amplamente desenvolvidos. Em 2001, Szymanski e Chung, elaboraram uma escala para investigar a HI em mulheres lésbicas. No mesmo ano, McGregor e cols. (2001) apontam que em lésbicas com câncer a HI promove baixa autoestima e está relacionada com uma menor busca aos recursos de saúde.

Em pesquisa que investigou a relação entre HI e tendências psicosssexuais, os resultados indicam que os homens que aceitam sua homossexualidade relatam menores taxas de ansiedade, depressão sexual e medo da sexualidade (Dupras, 1994). Rowen e Malcolm (2002) por sua vez, associaram a homofobia internalizada a uma [suposta] identidade homossexual. De acordo com seus achados, altos níveis de HI estariam correlacionados com: baixos níveis de autoestima, baixos níveis de autoconceito de aparência física e estabilidade emocional, a altos níveis de culpa e ao baixo estágio da formação da identidade homossexual.

Esta concepção de identidade homossexual, que aparentemente se desenvolve e concretiza-se, embora questionada há tempos por diversas autoras e autores que trabalham com as questões de identidade (Hall, 2006), e como visto anteriormente acentuada pelas

críticas pós-identitárias (Butler, 2003), pode ser pensada como uma das bases para a ampla produção sobre homofobia relacionada a um fato que altera atitudes e comportamentos no final do século XX: a AIDS e o HIV.

A partir do ano de 1987, quatro anos após a descoberta do vírus nos EUA, surgem os primeiros artigos que investigam as ligações entre homofobia e AIDS. De modo geral, esses estudos buscaram compreender a relação entre o medo de adquirir a doença e/ou o conhecimento sobre a AIDS. Embora os artigos sobre este tema ainda no ano de 2010 tenham seu espaço entre as publicações, é interessante ressaltar que a alta incidência de trabalhos produzidos se manteve constante até o ano de 1998. Podemos supor que fato da diminuição de publicações sobre o tema esteja relacionado ao abrandamento da percepção dos danos causados pelo HIV e AIDS trazido pela descoberta e popularização do coquetel de medicamentos antirretrovirais.

Sobre a relação entre homofobia, empatia com pacientes com AIDS e medo de contrair a doença, o estudo efetuado por Royse e Birge (1987) apresentou a existência de correlação negativa entre homofobia e empatia e evidenciou que a homofobia é melhor preditora de medo de adquirir AIDS que a idade ou sexo d@s participantes da pesquisa. Corroboram esses resultados, o trabalho de Young, Belasco, Barr, Gallaher e Webber (1991) – no qual também foi encontrada alta correlação entre a homofobia e atitudes relacionadas ao medo de contrair AIDS – e o estudo de Scherer, Wu & Haughey (1991) onde o cuidado com o paciente com HIV foi comprometido por esses indivíduos serem homossexuais.

Entre as variáveis envolvidas com altos níveis de homofobia e medo de adquirir HIV/AIDS, estão ainda, posicionamentos políticos e religiosos conservadores (Bouton et al., 1989), o sexo masculino (Young, Gallaher, Marriott, & Kelly, 1993), bem como, a percepção da transmissão do vírus se deu por contato sexual (D'Angelo, McGuire, Abbott & Sheridan, 1998).

No ano de 1994, um artigo, publicado na área da Filosofia, investigou as expressões e a legitimação de valores homofóbicos por profissionais de Medicina no tratamento de pessoas com AIDS (Wilkerson, 1994). O autor aponta para o modo como a suposta “objetividade” médica no tratamento desses pacientes reforça uma visão moral hostil de mulheres e homens homo e bissexuais. Ele conclui que a noção médica de objetividade e as concepções tradicionais de ética no cuidado da saúde escondem formas de presumir e perpetuar valores homofóbicos.

A análise da crítica trazida por este artigo é de suma importância. A partir de 1987

os artigos começam a ser produzidos associando homofobia e HIV/AIDS e, por consequência, fazendo a articulação entre homossexualidade e AIDS. Essa associação foi realizada sem questionamentos sobre porque ou como essa relação foi estabelecida.

Retomando o processo histórico do impacto desse vírus e dessa doença, importante é lembrar que quando da descoberta do HIV e da epidemia de AIDS, esta foi por muito tempo designada pelo senso comum de “*A Peste Gay*”. Vale lembrar, que como ressaltam Simões e Regina Facchini (2009), a AIDS reacendeu a ligação entre homossexualidade e doença.

Podemos, então, supor que esse dado traz em suas entrelinhas uma pré-concepção de que, de fato, a AIDS era a *Peste Gay*, a doença que acometia e era transmitida por homossexuais – justificando, assim, os achados de Wilkerson (1994). Não podemos negar que, no início da epidemia, a doença tinha, em sua maioria, visibilidade pelas mortes de pessoas LGBT. No entanto, é importante ressaltar que o não questionamento da associação HIV/AIDS e pessoas LGBT, mesmo depois de anos de estudos e pesquisas sobre o tema, traz em si preconceitos e, mesmo, formas de sustentar a homofobia.

De volta à análise da produção bibliográfica, tem-se que até o ano de 1994 a homofobia foi investigada prioritariamente no que diz respeito à temas correlacionados – com o destaque para os temas da *homofobia internalizada* e as relações com pessoas com HIV/AIDS. A partir desse ano, tal como Wilkerson (1994) que questiona a atuação dos profissionais da Medicina, os artigos iniciam investigações sobre elementos que reforçariam ou sustentariam a homofobia, bem como formas de combate e diminuição da mesma.

Em pesquisa com mulheres universitárias, Matchinsky e Iverson (1996) apontam que a homofobia estaria correlacionada negativamente com crenças em causas biológicas da homossexualidade (ex.: um gene) e positivamente com crenças em causas psicológicas da homossexualidade (ex.: um trauma ou transtorno). Klamen, Grossman e Kopacz (1999), em investigação entre estudantes do segundo ano de Medicina, mostram que um terço d@s participantes do estudo consideram a homossexualidade como imoral e como um perigo para a instituição familiar; expressam aversão à socialização com pessoas LGBT; 9% consideram a homossexualidade como um transtorno mental; e 14% afirmaram que sentem mais homofobia desde o surgimento do HIV/AIDS.

Aqui, não podemos deixar de reconhecer a força da heteronormatividade. A norma que privilegia a heterossexualidade em detrimento das outras formas de vivência da sexualidade e a coloca em patamares de normalidade e, por isso, é utilizada como

parâmetro para pensar o que é assumido como diferente. Como afirma Guacira Louro (2009), o privilégio à heterossexualidade é garantido a partir da construção e manutenção do status de normalidade e do caráter de natural lhe garantido. De acordo com Louro, bem como com as propostas anteriormente apresentadas de Foucault, Judith Butler e outr@s autor@s, essas concepções são engendradas de forma múltipla e contínua por diferentes instâncias e instituições, tais como a família, a escola, igreja, medicina, leis e mídias. Podemos, assim, ressaltar, que os resultados das pesquisas citadas corroboram as afirmações dess@s autor@s.

A partir do ano de 2001 cresce o número de artigos publicados sobre mulheres lésbicas – principalmente em se tratando da homofobia internalizada, como apresentado anteriormente. Neste período percebe-se que os estudos passam a analisar também as possíveis funções sociais da homofobia de manutenção dos papéis tradicionais de gênero, do sexismo e da heterossexualidade como norma.

Nessa direção, Murphy (2006) analisa o discurso feminista sobre o sexismo e homofobia enquanto instrumentos que visam manter os papéis tradicionais de gênero e as diferenças sociais. Outro estudo nesses moldes é o de Tigert (2001) que, ao investigar casos de violência doméstica entre casais de lésbicas, sugere que este ciclo de agressões pode ser uma resposta a (e uma sanção da) opressão cultural heterossexista – além de estar relacionado a traumas adquiridos pela homofobia internalizada e ser agravada pela humilhação sexual e religiosa.

A busca pela ampliação da compreensão do fenômeno *homofobia* é evidente por parte de algumas autoras e alguns autores. No entanto, ao analisarmos a produção sobre o tema na última década constatamos que as pesquisas ainda, em sua maioria, centram-se ainda em investigações sobre: homofobia internalizada e suas relações (Gaines & cols., 2005; Gold, Dickstein, Marx & Lexington, 2009); HIV e AIDS (Long & Millsap, 2008; Walch, Orlosky, Sinkkanen & Stevens, 2010); e elaboração ou crítica de escalas como instrumento de mensuração da homofobia (Gencoz & Yuksel, 2006; Rosik, 2007).

De modo geral, na literatura internacional analisada, a homofobia é concebida como uma atitude negativa direcionada às pessoas homossexuais. O primeiro ponto a ser ressaltado está no fato de que os artigos trazem, em sua maioria, que a homofobia está relacionada a lésbicas e gays. Em um contexto histórico, que bem reflete nas discussões acadêmicas, em que as diversidades sexuais e de gêneros são problematizadas, a inexistência de estudos sobre ou relacionados a pessoas bissexuais, transexuais, travestis e mesmo intersexos é intrigante.

Em 88 artigos analisados, apenas um estava relacionado a travestis e transexuais, tratando da chamada *transfobia* (Nagoshi e cols., 2008). A invisibilidade de pessoas LGBT e a manutenção das discussões sobre homofobia em parâmetros dicotômicos (mulheres – lésbicas e homens – gays) podem contribuir para ocultar a complexidade e as diversas intersecções do problema da homofobia.

Outro ponto, é que alguns estudos sobre homofobia trazem o reflexo, ou mesmo a concepção – do sufixo *fobia* e ainda muitos privilegiaram o componente cognitivo das atitudes, conforme apresentado anteriormente. Esse ponto pode ser evidenciado pelo fato de os cinco trabalhos mais citados (Hudson & Ricketts, 1980; Smith, 1971; Bouton e cols., 1987; Weinberger & Millham, 1979; Royse & Birge, 1987; respectivamente) terem sido produzidos ainda nos anos de 1980, quando tais concepções estavam fortemente presentes. É importante ressaltar que o maior número de publicações é norte-americano e nesse sentido retomamos a crítica às ciências psicológicas, sociais e humanas americanas centrada no indivíduo e que, de certo modo, não enfatizam [ou desconsideram] os processos sociais que atuam na formação dos sujeitos e embasam suas pré-concepções.

A homofobia atinge não apenas lésbicas e gays, mas pessoas que contrariam as vivências de gênero tradicionais pré-estabelecidas e escapam à heterossexualidade compulsória. Nesse sentido, estudar a homofobia com base apenas no conceito de atitude é negligenciar outros fatores sociais que certamente têm relação com o fenômeno. A discussão de um problema de tamanha complexidade no âmbito da cognição / do indivíduo pode certamente encobrir problemas de cunho ideológico e socioeconômicos que sustentam a homofobia, bem como limitar o modo como a academia pode, e deve, contribuir com a produção de conhecimentos que rompam preconceitos e favoreçam a elaboração de políticas de combate à homofobia.

### ***A Homofobia nas Publicações Nacionais***

De modo semelhante à pesquisa internacional, para analisar a produção sobre homofobia em periódicos científicos brasileiros utilizamos a biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* – Scielo Brasil. Essa base de dados contém publicações desde o ano de 1909 até o momento atual e possui uma ampla coleção de periódicos que são organizados em oito áreas de conhecimento: ciências agrárias, biológicas, da saúde, exatas e da terra, humanas, sociais aplicadas, engenharias e linguística, letras e artes (Scielo, 2011). É importante pontuar que, embora seja uma biblioteca eletrônica de vasto alcance e abrigue algumas das mais reconhecidas revistas feministas/de gênero e da área da

Psicologia do país (cf. *Revista Estudos Feministas*, *Cadernos Pagu*, *Psicologia Teoria e Pesquisa*, *Psicologia Reflexão e Crítica*), grande parte dos periódicos são específicos das áreas das ciências biológicas e da saúde.

A busca foi efetuada no final do mês de março de 2011 e a seleção dos artigos foi realizada utilizando como critério de busca a palavra *homofobia* nos campos: assunto, que nesta biblioteca corresponde às palavras-chave, e título. A pesquisa resultou em 13 artigos publicados entre os anos de 2001 e 2010, sendo três de autores estrangeiros. Em um contexto onde em que as questões relacionadas à homofobia são cada vez mais discutidas, é interessante que reflitamos sobre o reduzido número de trabalhos publicados. Uma hipótese é que, como dissemos anteriormente, no Scielo.br há uma incidência maior de periódicos das áreas das ciências biológicas e da saúde, e ainda das áreas das ciências exatas, da terra, agrárias e das engenharias que pouco produzem sobre o tema.

A partir dessa busca, um fato que nos chamou atenção foi a ausência no Scielo de alguns periódicos brasileiros bastante atuantes nas questões LGBT e de sexualidades/gêneros, como, por exemplo, a *Revista Bagoas* (UFRN). Nesse sentido, optamos por colocar os 13 artigos encontrados no Scielo.br em diálogo com outras produções brasileiras ou internacionais. Dessa maneira, poderemos apreender a forma como autor@s brasileir@s conceituam a homofobia e o modo como esta vem sendo estudada. Devido ao reduzido número de trabalhos encontrados, iremos analisá-los, não pela produção ao longo do tempo, mas pelas particularidades da produção brasileira. A apresentação dos artigos será efetuada com base no tipo de estudo (teórico ou empírico), metodologia utilizada, tema abordado e perspectiva teórica que embasa o conceito de homofobia.

Grosso modo, a produção brasileira, de modo semelhante à revisão internacional, aponta para pesquisador@s com formação e/ou atuação nas áreas da Psicologia e das Ciências Sociais como sendo @s principais responsáveis pelas publicações sobre o tema (foram localizados apenas dois artigos da área da saúde). Outra informação interessante é a vinculação d@s autor@s de seis dos 13 artigos, com organizações não governamentais (ONG) e centros de estudos sobre gênero e sexualidade, como o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

No que diz respeito ao tipo de trabalho publicado (teórico ou empírico) e à metodologia utilizada, dos 13 trabalhos encontrados apenas quatro são estudos empíricos. Utilizando uma metodologia qualitativa temos o trabalho de Pocahy e Nardi (2007) que efetuaram oficinas de discussões com jovens da cidade de Porto Alegre e o estudo de

Zulmira Borges e Dagmar Meyer (2008) que utilizaram a técnica de grupo focal e entrevistas com professoras das escolas públicas do Rio Grande do Sul. Os estudos quantitativos fizeram uso de escalas de atitude como instrumentos de pesquisa – Carla Marinho, Marques, Almeida, Menezes e Guerra (2004), Hernández & Maria Isabel Torres (2005) – sendo que no primeiro @s participantes foram estudantes universitári@s e no segundo foram homens homo e bissexuais.

Na análise dos 13 artigos identificamos que a homofobia não necessariamente foi o objeto de estudo investigado, encontrando-se apenas relacionada ao objeto de estudo d@s autor@s. Dessa maneira, para conhecer os contextos das pesquisas realizadas e suas relações com a homofobia, organizamos os 13 artigos em dois grandes temas que abarcam os conteúdos tratados pelas publicações: direitos LGBT e heteronormatividade. Vale ressaltar que um mesmo artigo pode contemplar mais de uma temática. Entretanto, para nossa classificação consideramos o tema principal abordado pelo trabalho. Assim, com base nos temas principais, discutiremos as problematizações e propostas trazidas por cada um dos artigos. Vale destacar que artigos destinados à mensuração da homofobia foi tema constante na produção internacional. No Brasil, encontramos um único trabalho, publicado por Marinho e cols (2004), os quais buscaram adaptar a Escala de Homofobia Implícita e Explícita para o contexto brasileiro. Nessa pesquisa, partiu-se do pressuposto de que a homofobia é uma atitude passível de ser medida e se apresenta de forma explícita, relacionada à discriminação, ou implícita, relacionada ao preconceito.

### *Direitos Humanos de pessoas LGBT*

Para abordar o tema dos direitos humanos de pessoas LGBT nos pautamos na classificação dos direitos trazida pelos Princípios de Yogyakarta (2007). Os 29 Princípios de Yogyakarta foram organizados por especialistas e traduzidos em um documento que aborda “um conjunto de princípios jurídicos internacionais sobre a aplicação da Legislação Internacional às violações de direitos humanos com base na orientação afetivo-sexual e identidade de gênero” (p. 8). Assim, ao tratar de um amplo espectro de normas de direitos humanos e de sua aplicação diretamente relacionada à orientação afetivo-sexual e identidade de gênero, esses princípios buscam evidenciar as obrigações dos Estados com relação aos direitos humanos.

Com base na classificação dos direitos trazida pelos Princípios de Yogyakarta (2007), organizamos os artigos analisados que trouxeram como tema principal os direitos

humanos da população LGBT<sup>4</sup>. Embora possamos afirmar que todos os artigos são pautados por questões que abrangem o direito ao gozo universal dos direitos humanos e o direito à igualdade e a não discriminação (princípios um e dois de Yogyakarta), eles puderam ser organizados nos seguintes temas: direito ao mais alto padrão alcançável de saúde, direito à educação, direito à vida e à segurança pessoal, direito de reconhecimento pela lei. É importante ressaltar que mesmo que os artigos não tenham como objeto de pesquisa a relação entre homofobia e direitos humanos, ou partam dessa discussão, as publicações tratam de temas que contribuem para evidenciar o não acesso pleno aos direitos humanos por pessoas LGBT.

No que diz respeito ao direito à saúde, Campo-Arias, Herazo, e Cogollo (2010) investigaram a prevalência da homofobia e de variáveis a ela associadas em pesquisas realizadas com estudantes do curso de enfermagem. A partir da revisão de literatura sobre o tema, os autores puderam evidenciar a presença da homofobia entre @s estudantes. Campo-Arias e cols. ressaltam que a homofobia pode trazer implicações negativas diretas para os cuidados e serviços prestados à população LGBT, bem como representar empecilhos para a utilização dos serviços de saúde de prevenção, diagnóstico e tratamento. Desse modo, a homofobia entre profissionais de saúde pode representar um empecilho claro para o acesso de pessoas LGBT ao direito ao mais alto padrão alcançável de saúde, conforme posto pelos princípios de Yogyakarta (2007).

Atentando diretamente para a atenção à saúde de pessoas LGBT, Tatiana Lionço (2009) discute a formalização das diretrizes técnicas e éticas para a atenção ao Processo Transexualizador pelo Sistema Único de Saúde. Neste artigo, ela chama a atenção para o corrente viés da essencialização das supostas identidades transexuais e travestis e afirma que a “desessencialização das identidades das ditas minorias sexuais é fundamental para a afirmação da sexualidade como direito humano e para a desconstrução de processos normatizadores sobre as condutas sexuais” (p. 58).

Ainda, no que diz respeito ao direito da população LGBT à saúde, Lionço (2008) pontua e problematiza a necessidade de uma política de saúde específica para LGBT no sentido de promover a equidade e a atenção integral à saúde dessas pessoas. A justificativa para essa política de saúde específica estaria no reconhecimento da condição de vulnerabilidade vivenciada por LGBT, o que acarretaria constantes violações dos direitos humanos, e especificamente, dos direitos à saúde. É importante frisar que, no campo da

---

4 Embora esta expressão possa soar como redundante, esta forma de escrita permite destacar a busca pela efetivação dos direitos de pessoas LGBT em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

saúde, essas violações estariam relacionadas, principalmente, ao estigma sofrido por pessoas LGBT e à patologização das identidades transgêneras (travestis e transexuais) e das orientações afetivo/sexuais diferentes da heterossexual. Embora defenda essa proposta, a autora ressalta que a construção dessa política demanda uma ampla reflexão do que se entende por direitos sexuais e reprodutivos, referindo-se à necessidade de desnaturalização da heterossexualidade e da suposta coerência entre sexo e gênero.

É interessante pensarmos no distanciamento entre o princípio de direito à saúde proposto pelos princípios de Yogyakarta (2007) e as problematizações elaboradas por Lionço (2008, 2009). Enquanto Yogyakarta traz que “toda pessoa tem o direito ao padrão mais alto alcançável de saúde física e mental” (p. 25), ressaltando, assim, o direito ao acesso sem discriminação de pessoas LGBT à saúde de qualidade, as reivindicações e apontamentos de Lionço apontam para o descompasso da nossa realidade em relação a esses princípios, uma vez que ainda urgente a necessidade das pessoas LGBT serem reconhecidas, em suas especificidades, como sujeitos de direitos. A partir das reflexões trazidas pelos três artigos, podemos considerar a homofobia como um entrave para a garantia do direito à saúde quer seja pelas condutas d@s profissionais de saúde quer seja pelas implicações na elaboração políticas de saúde. No campo da saúde, esses seriam pontos que merecem destaque ao se tratar dos obstáculos para o acesso pleno aos direitos humanos pela população LGBT.

A homofobia também pode se constituir em um obstáculo para a vivência plena do direito à educação. Nardi (2008) coloca a questão em termos da atuação das políticas de educação para a naturalização de discriminações homofóbicas e sexistas, em um estudo em que busca comparar o modo como essas políticas são tratadas no Brasil e na França. Já Zulmira Borges e Dagmar Meyer (2008) buscaram compreender as dificuldades no tratamento de questões relacionadas à sexualidade e à homofobia enfrentadas por professoras e professores de escolas municipais e estaduais do estado do Rio Grande do Sul. Os resultados apontaram para um intrigante *pânico moral* apresentado pelas participantes da pesquisa, conforme descrito pelas autoras. O *pânico moral* aparece relacionado ao tratamento de questões sobre diversidades sexuais, que na visão dos participantes desta pesquisa poderia contaminar e/ou estimular práticas sexuais não heterossexuais e expor @s professor@s em situações de vulnerabilidade frente às/aos colegas de profissão, à escola e aos familiares d@s alun@s.

Essa concepção de possibilidade de contaminação e estimulação a práticas homossexuais tem sido observada frequentemente no discurso de parlamentares e

religiosos. Nesse ano, este foi um dos fortes argumentos defendidos pelo deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) e pelo pastor da igreja Universal Silas Malafaia contra a distribuição do *kit anti-homofobia*, lançado no âmbito do projeto Escola Sem Homofobia. Esse *kit* estava direcionado a estudantes do ensino médio e tinha como objetivo discutir as diversidades de orientações sexuais e identidades de gêneros. Porém, no entendimento desses homens, isso iria incentivar as práticas homossexuais (O Globo, 2011).

A temática do direito à vida e à segurança pessoal é particularmente importante no contexto atual, em que as denúncias das violências físicas contra pessoas LGBT estão cada vez mais presentes nos meios de comunicações e se tornam, portanto, de conhecimento coletivo. A pesquisa realizada por Carrara e Adriana Vianna (2006), com relação a crimes de ódio fatal direcionados a homossexuais e travestis, exemplifica esta temática. A partir da análise dos depoimentos das testemunhas, de acusados e da fala de juízes e delegados, foram levantados o perfil social das vítimas e o tratamento/investigação dispensado pelos aparatos policiais e judiciais quando a vítima era uma travesti.

Carrara e Vianna pontuam que, de modo geral, essa população está particularmente vulnerável seja pela atividade da prostituição ou pelo envolvimento com tráfico de drogas ou conflitos com cafetões e cafetinas. Sublinham, ainda, que a violência aparece diretamente relacionada com a cor, classe e gênero - as vítimas foram, em sua maioria, pessoas pobres, negras, moradoras de favelas ou envolvidas com a prostituição e caracterizadas como homossexuais. O posicionamento indiferente da polícia e do judiciário, no sentido da não apuração dos casos envolvendo essas pessoas, parece se apoiar em uma representação das travestis como desajustadas e desordeiras, evidenciando a marginalização social a que as travestis são condenadas.

Por fim, com o objetivo de afirmar os direitos humanos de pessoas LGBT, o pesquisador Luis Mott traz a discussão sobre o direito de reconhecimento perante a lei de LGBT em diálogo com a Igreja e concepções religiosas. Nesse sentido, a homofobia é discutida com base em posicionamentos religiosos e profissionais sobre a homossexualidade e as questões da união civil entre pessoas do mesmo sexo. É importante comentar que Luiz Mott é também um militante de destaque do Movimento LGBT do nosso país. Fundador do Grupo Gay da Bahia (que é a associação de luta e defesa dos direitos homossexuais mais antiga do Brasil) ele é responsável pela publicação anual do relatório de divulgação do número de lésbicas, gays e travestis assassinad@s no Brasil (GGB, 2011).

Mott (2010) apresenta alguns dos argumentos contrários às práticas homossexuais

utilizados pela Igreja Católica e seus representantes desde a Inquisição até o atual papa Bento XVI. Mott percorre passagens do Antigo e Novo Testamentos e pronunciamentos dos representantes da Igreja buscando contestá-los e, assim, desconstruir o que denomina de *pseudo-dogmas* que sustentam a homofobia presente nos discursos oficiais da Igreja Católica – como o argumento da homossexualidade como ato 'contra natureza' ou a crença de punição divina para aquel@s que praticam a cópula anal. O autor ainda chama a atenção para a pequena produção teológica sobre a homossexualidade pela Igreja, bem como os problemas de tradução e interpretações dos textos bíblicos.

O tema da união civil entre pessoas do mesmo sexo é também explorado por Mott, em 2006, ao trazer a tona diferentes argumentos anti-homossexuais, desde os religiosos – ressaltando a passagem de Levítico no Antigo Testamento – até posicionamentos e pronunciamentos de profissionais e instituições de renome no Brasil, como a Ordem dos Advogados do Brasil e parlamentares. O autor recorre à Declaração Universal dos Direitos Humanos e às deliberações contrárias à patologização de homossexualidade – da *American Psychological Association* em 1970, do Conselho Federal de Medicina em 1985, da Organização mundial da Saúde em 1993 e do Conselho Federal de Psicologia em 1999 – para embasar o argumento de que a união civil entre pessoas do mesmo sexo representa “uma conquista importantíssima para a liberação homossexual, uma verdadeira revolução politicamente correta que deve ser abraçada por todos quantos defendam um mundo igualitário regido pelo amor e não pelo ódio” (Mott, p. 516).

### *Heteronormatividade*

A relação entre a homofobia e a heteronormatividade vem sendo pontuada ao longo dessa dissertação. Como dito anteriormente, a heteronormatividade está relacionada à dicotomização das orientações afetivo-sexuais em homo e heterossexual, na qual a segunda encontra-se em posição hierárquica de privilégio em detrimento da primeira. O caráter de normalidade e, sobretudo, de naturalidade, concedido à heterossexualidade daria a essa o *status* de superioridade frente às outras e diversas formas de vivenciar a sexualidade. Como afirma Guacira Louro (2009), a manutenção desse posicionamento hierarquizado e naturalizado é alcançada por meio de investimentos contínuos e repetitivos – que partem da igreja, família, escola, mídia, medicina e do campo jurídico – que afirmam a relação entre pessoas de sexo e gênero opostos como única forma legítima de vivenciar a sexualidade. Nesse sentido, pontua a autora, que a coerência entre sexo-gênero-sexualidade sustenta “o processo de heteronormatividade, ou seja, a produção e reiteração compulsória

da norma heterossexual” (Louro, p. 90).

É nessa direção que Junqueira (2007) aponta para a indissociabilidade entre homofobia, os processos de construção do gênero e a dominação masculina. De acordo com o autor, a heterossexualidade adquire expressão social a partir do sistema binário (feminino-masculino; homo-heterossexual) disciplinador, normatizador e normalizador em que o gênero é suposto como naturalmente correspondente a determinado sexo. A heteronormatividade, nesse contexto, diferenciada, mas articulada à homofobia, seria uma via para apreender um conjunto de relações que agem a fim de construir, legitimar e hierarquizar o corpo, o comportamento e as identidades.

Nos artigos brasileiros a heteronormatividade esteve presente e manteve um constante diálogo com a dominação masculina. A dominação masculina é um conceito bastante trabalhado e difundido na área das ciências humanas e sociais e, nesse contexto, a obra de Pièrre Bourdieu ganha destaque. O autor situa a dominação masculina como a primazia concedida universalmente aos homens no âmbito das “estruturas sociais e da atividade produtiva e reprodutiva, com base na divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte” Bourdieu (2010, p. 45). Bourdieu aborda a dominação masculina com foco na problematização do seu caráter natural e, portanto, inquestionável. Nesse sentido, tal como as feministas já haviam questionado, o autor pontua que pela via do discurso da naturalização e devido ao constante trabalho de reprodução dos padrões impostos e guiados por agentes e instituições específicas (tais como a Igreja, a Escola e o Estado), a dominação masculina ganha legitimidade.

Sobre esse tema, no ano de 2001, a Revista Estudos Feministas publica o primeiro artigo localizado no Scielo.br sobre a homofobia. Trata-se da tradução de um texto do sociólogo francês Daniel Welzer-Lang intitulado *A Construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia*. É importante pontuar que Welzer-Lang é um autor de suma importância para o desenvolvimento dos estudos sobre homofobia e, especificamente, sobre a construção do masculino.

No artigo analisado, Welzer-Lang (2001) ressalta que as relações entre os sexos são produzidas pelo paradigma naturalista que sustenta a pseudo superioridade natural dos homens sob as mulheres e a visão heterossexuada da sexualidade considerada como natural. Ele parte do pressuposto da existência da dominação masculina – que garante privilégios materiais, culturais e simbólicos aos homens – e busca explicar como a construção social do masculino hegemônico, o dito “homem de verdade” está baseada no

sexismo e heterossexismo e, assim, na violência que incide sobre os corpos de homens e mulheres a fim de normatizá-los. É importante citar que, reconhecendo as relações entre sexos-gêneros como relações de dominação, o autor parte da concepção que tanto a homofobia quanto o heterossexismo visam, sobretudo, a dominação das mulheres.

Outro artigo relacionado à heteronormatividade e à dominação masculina é o de PocaHy e Nardi (2007). Esses autores investigaram temas relacionados à vulnerabilidade ao HIV/AIDS e à experimentação da sexualidade a partir de oficinas de trabalho com jovens na cidade de Porto Alegre-RS. Nessas oficinas, os autores buscaram conhecer as estratégias que os jovens utilizavam nas experimentações sexuais e, a partir daí, desconstruir práticas moldadas pela heteronormatividade e pela dominação do homem, bem como colocar em evidência as relações dessas práticas com o Estado, a educação, a família, o trabalho, a cultura e com a violência urbana.

Em um estudo realizado por Hernández e Maria Isabel Torres (2005), a heteronormatividade e questões relacionadas à dominação masculina, embora não como tema central do artigo, foram trabalhadas. Na busca por elementos socioculturais que influenciam uma pessoa a não tomar medidas preventivas ao HIV/AIDS durante as práticas sexuais, o autor e a autora investigaram as relações existentes entre as práticas sexuais de risco para infecção por HIV e as opressões vividas por homens homo e bissexuais. Os resultados da pesquisa demonstraram que a homofobia internalizada estaria relacionada ao maior risco da prática sexual sem preservativo, à ingestão do sêmen de outro homem e ao uso de drogas antes ou durante as relações sexuais. Conforme indicam Hernández e Torres, a homofobia internalizada apresentada pelos homens homo e bissexuais participantes da pesquisa pode ser pensada com base nos estereótipos de gênero, no caso, a masculinidade. Nesse sentido, relacionada à dominação masculina no sentido de incidir sobre os homens como imposição de um padrão rígido de masculinidade, o padrão hegemônico de masculinidade traria como elemento a percepção de invulnerabilidade, reconhecido como características de valentia e virilidade, levando alguns homens a se exporem a práticas sexuais de risco.

O trabalho de Miskolci (2009b) busca problematizar as transformações nas relações de gênero e sexualidade ocorridas no Brasil do final do século XIX. A partir de uma releitura da obra “Dom Casmurro” de Machado de Assis, o autor realiza uma análise sociológica e histórica do tema central da obra – o triângulo amoroso entre Capitu, Bento e Escobar – fora do sistema da heteronormatividade. Para além das discussões corriqueiras que circulam esse livro, frequentemente voltadas para a possível relação extraconjugal

mantida por Capitu, Miskolci afirma que a obra problematiza as relações entre homens na sociedade brasileira do final do século XIX e, nesse contexto, a base do triângulo amoroso não seria um homem e uma mulher, mas sim a relação entre Bento e Escobar. Assim, o autor pontua que a dominação masculina que atuou como forma de julgamentos e ações sobre Capitu foi justificada “por meio de algo novo, encoberto, mas central, o heterossexismo e a homofobia como veículos da nova ordem sexual em ascensão” (p. 563) na sociedade brasileira da época.

Outros artigos analisados também pontuam a questão da heteronormatividade, embora não como tema principal. Lionço (2008, 2009), Pocahy e Nardi (2007) e Nardi (2008) problematizam as relações existentes entre homofobia, heteronormatividade e sexismo. De acordo com @s autor@s, crenças em uma suposta coerência *natural* entre sexo-gênero-orientação afetivo-sexual são sustentadas pela área médica e pela Educação, além de manter íntima ligação com a forma de estruturação da instituição familiar, com o Estado e a cultura.

Em síntese, a revisão por nós realizada na base de dados Scielo.br evidenciou dois grandes eixos de publicação em torno da temática homofobia. O primeiro, relacionado aos *direitos humanos de pessoas LGBT* representa as reivindicações de direitos LGBT e, em caráter de denúncia, explicita o não reconhecimento dessa população como sujeito de direito perante o Estado e a sociedade. O segundo está relacionado à *heteronormatividade*, que dialogando com a dominação masculina, problematiza as normas que constroem e regulam o sexo, gênero e a sexualidade.

O primeiro eixo denuncia a homofobia como forma de violação da cidadania e dos direitos humanos de LGBT. O segundo, por sua vez, apresenta uma discussão mais refinada, no sentido que analisa e questiona os pilares desse fenômeno. A homofobia se apresenta nas publicações brasileiras como um elemento que sustenta a exclusão de LGBT dos direitos universais, agindo, deste modo, como mecanismo de negação da cidadania a este segmento social. Esta constatação se agrava ao constatarmos nestas publicações que a negação dos direitos universais se dá pela via do preconceito, da discriminação e da violência dirigida àquel@s que não correspondem ou que transgridem as normas impostas para os sexos, gêneros e orientações afetivo-sexuais.

### *O Conceito de Homofobia*

O conceito de homofobia é discutido desde o momento de sua criação. Como foi possível observar pela revisão de literatura internacional esse conceito foi problematizado

e sua pertinência vem sendo questionada. Embora não tenhamos encontrado na base de dados Scielo.br artigos específicos sobre o assunto, percebemos que ainda não há um consenso em torno deste conceito. Assim, é importante observarmos como @s autor@s conceituaram homofobia em suas publicações. De modo geral, foram observadas três diferentes formas de se referir à homofobia: como uma atitude relacionada a aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais dos sujeitos; inserida no contexto específico das discussões de gênero e sexualidade; e sem definição explícita.

Ao tratarem da violência que acomete LGBT, Carrara e Vianna (2006) não explicitam o conceito de homofobia. Eles o utilizam relacionado a crimes de ódio fatais contra homossexuais masculinos e travestis e ao modo diferenciado como são tratados esses crimes por agentes da lei. De modo semelhante, sem todavia conceituar a homofobia, Mott (2006; 2010) a relaciona a crimes de ódio cometidos contra LGBT, bem como a concepções preconceituosas e atos de discriminação direcionados a pessoas tidas como LGBT.

Com o foco no sujeito, a homofobia foi relacionada por algumas autoras e alguns autores ao medo, repulsa e ódio. Carla Marinho e cols. (2004) apresentam a homofobia como medo, ódio e repulsa frente a relações homoafetivas e sexuais que resultaria em preconceito, discriminação, abuso verbal e violência contra LGBT. Campo-Arias e cols. (2010) de forma semelhante classificam a homofobia como rejeição, temor ou intolerância irracional face às relações homossexuais. Por último, Hernández e Maria Isabel Torres (2005) ao trabalharem com o conceito de homofobia afirmam que essa está relacionada com uma atitude negativa à homossexualidade, o que @s autor@s denominam de 'transgressão aos estereótipos de gênero'. Nesse trabalho, é abordada a homofobia internalizada entre homens bi e homossexuais, explicada como a internalização das atitudes negativas relacionadas à homossexualidade e à 'transgressão aos estereótipos de gênero' que, como foi visto, mantém relação direta com os padrões de masculinidade hegemônica.

No bojo das relações de gênero e sexualidade, mais precisamente nas normas que constroem e limitam essas relações, encontram-se as demais publicações analisadas. Tatiana Lionço (2008), apoiada em Rios (2007), apresenta a homofobia relacionada a uma condenação moral e a não aceitação social de pessoas que não se adequam ao padrão heterossexual, propondo, nesse sentido, que o conceito de homofobia seja redimensionado para o conceito de heterossexismo. De modo semelhante, Pocahy e Nardi (2007) reconhecem que o uso conceito de heterossexismo seria uma forma de escapar da

psicologização trazida pelo termo homofobia – psicologização essa que remete o termo às fobias e ao ódio e são, de modo geral, colocadas no plano do irracional, do incontrolável. Porém, esses autores optam por trabalhar com o termo homofobia, sublinhando a força política já alcançada por esse no interior dos movimentos sociais, e a conceituam como todas as maneiras de desqualificar e violentar as pessoas que não correspondem ao ideal normativo de sexualidade.

Ainda nesse caminho, Miskolci (2009b) faz a aproximação entre os conceitos de homofobia e heterossexismo, afirmando que seria o heterossexismo o mecanismo de regulação das relações afetivo-sexuais que sustenta a rejeição à possibilidade de relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, mas optando por privilegiar o uso do termo homofobia. Para esse autor a homofobia e o heterossexismo seriam ferramentas de controle social das relações homosociais. É importante frisar que, como visto anteriormente, Miskolci pensa a homofobia no contexto da dominação masculina e, de acordo com ele, homofobia e heterossexismo surgem no momento em que as relações entre homens passam a ser problematizadas socialmente. Para o autor, homofobia e heterossexismo seriam “um complexo mecanismo social de controle das relações entre homens para que elas mantivessem sua função de parceria na dominação masculina das mulheres e não caíssem no 'perigoso' desejo amoroso por um parceiro do mesmo sexo” (p. 553).

Nardi (2008) e as pesquisadoras Borges e Meyer (2008), basead@s na obra de Daniel Borrillo (2010), trabalham com mesmo conceito de homofobia que diz respeito a uma manifestação arbitrária de classificar o outro como inferior, contrário ou anormal, localizando-o fora do espectro do humano. Próxima à definição de homofobia trazida por Pocahy e Nardi (2007), Borges e Meyer acrescentam ainda que seriam tratamentos preconceituosos e discriminatórios direcionados a pessoas tidas como homossexuais.

Embora dialoguem com as normas de gênero, os artigos apresentados anteriormente conceituam a homofobia com o foco nas formas não hegemônicas de vivências da sexualidade, ou seja, relacionada à heteronormatividade e ao heterossexismo. Tatiana Lionço (2009) relaciona heteronormatividade e o binarismo de gênero para afirmar que a homofobia é uma prática de discriminação embasada na concepção da normalidade da heterossexualidade e dos estereótipos de gêneros. Próximo ao defendido por Miskolci (2009), Lionço localiza a homofobia como elemento da defesa do patriarcado, reconhecendo-a em íntima associação com o sexismo. Com base em Borrillo (2010), a autora pontua que tanto homofobia quanto sexismo são consequências do regime binário da sexualidade que essencializa a feminilidade e a masculinidade em identidades

mutuamente excludentes não permitindo que o feminino e o masculino sejam apropriados por uma mesma pessoa.

Contrapondo a ideia da similaridade entre os conceitos de homofobia e heterossexismo, em um momento em que pouco se tinha produzido sobre homofobia na língua francesa, Welzer-Lang (1994) escreve um capítulo no qual problematiza a homofobia para além dos aspectos individuais e a relaciona com os fatores sociais que constroem e orientam as ações dos sujeitos. Nesse trabalho, o autor propõe que a compreensão da homofobia passe pela compreensão das relações entre mulheres e homens, bem como pelo reconhecimento do sexismo vigente na sociedade. Assim, ele define a homofobia como a discriminação de pessoas que apresentem, ou a quem são atribuídas, qualidades ou defeitos que (supostamente) pertencem ao outro gênero. Nessa direção a homofobia poderia ser considerada em intrínseca relação com o sexismo que impõe qualidades e defeitos como componentes inerentes a cada sexo, não admitindo como possibilidade a vivência de características impostas como naturais a um sexo pelo outro. A homofobia seria, então, uma forma de dominação – por meio da estigmatização, agressão e discriminação – daqueles que transgridem as fronteiras do gênero.

Para Welzer-Lang (1994; 2001), então, homofobia e heterossexismo são paradigmas imbricados, porém diferentes. O heterossexismo caracterizaria todo ato de preconceito e discriminação, tendo como foco central a orientação afetivo-sexual. Por outro lado, a homofobia não diz respeito apenas às questões relacionadas à sexualidade e às orientações sexuais, ela vai além e atua sobre as pessoas e comportamentos que transgridam as barreiras impostas socialmente aos sexos/gêneros. Como afirma o autor, reduzir a homofobia à sexualidade não permite que seja evidenciada e desconstruída a hierarquia entre os sexos/gêneros que sustenta esse fenômeno, ao contrário, limitaria a tomada de consciência do sexismo vigente em diversas sociedades.

Posterior a Welzer-Lang, surge na França outro autor que se dedica ao estudo da homofobia. Daniel Borrillo teve e tem forte influência sobre a produção brasileira relacionada à homofobia. Dos 13 artigos analisados, quatro recorrem a Borrillo para pensar e conceituar a homofobia (Borges & Meyer, 2008; Nardi, 2008; Pocahy & Nardi, 2007; Lionço, 2009). No livro *“Homofobia: história e crítica de um preconceito”*, Borrillo (2010) oferece um amplo olhar para a homofobia, retirando-a do plano individual e problematizando sua origem e as relações que a sustentam. O autor oferece algumas definições do conceito, dentre as quais uma foi muito utilizada pelo autor brasileiro e, particularmente, é bastante relevante para pensar a homofobia no âmbito dessa

dissertação.

Trata-se para Borrillo (2009, 2010) de propor um conceito de homofobia geral e específico. Inicialmente, ele compreende a homofobia a partir de dois aspectos: a homofobia psicológica e a homofobia cognitiva. A primeira é uma dimensão pessoal (de natureza afetiva) que manifestaria a rejeição a homossexuais por meio de sentimentos de medo, aversão e repulsa. A segunda diz respeito a uma dimensão cultural (natureza cognitiva) que teria como foco a preservação da diferenciação hetero / homossexual e, assim, seu objeto de rejeição é a homossexualidade, não @ homossexual. Entretanto, Borrillo (2010) ressalta que, dada a complexidade do fenômeno, essas definições tornam-se insuficientes. Ele propõe, então, embasado por Welzer-Lang (1994), que a homofobia seja compreendida, de forma específica, como intolerância direcionada a pessoas homossexuais. Em um aspecto mais amplo, denominada homofobia geral, ela estaria voltada para “denunciar os desvios e deslizes do masculino em direção ao feminino e do feminino em vice-versa, de tal modo que se opera uma reatualização constante nos indivíduos ao lembrar-lhes sua filiação ao 'gênero correto” (p. 26). Nesse sentido, a homofobia diria respeito não apenas às questões relacionadas à sexualidade, mas também às normas que regulam sexo e gênero.

### ***A Produção sobre Homofobia***

Ao compararmos as publicações de autor@s brasileir@s sobre a homofobia com a produção internacional, algumas nuances interessantes puderam ser evidenciadas. Conforme discutimos anteriormente, nos artigos internacionais as investigações foram, sobretudo, correlacionais e o foco dos estudos esteve nos processos individuais – vide o elevado número de investigações sobre a homofobia internalizada, o medo de adquirir HIV/AIDS, traços de personalidade entre outros.

A produção brasileira, por outro lado, busca não somente apresentar as correlações existentes entre o fenômeno da homofobia e outros fatores, mas se propõe, também, contestar os pilares da homofobia. Podemos dizer que se tira o foco do indivíduo para investigar as normas sociais vigentes e, assim, contestá-las. Essas normas, conforme ressaltada pelas autoras e autores, estão relacionadas a diversos fatores, tais como: religião, educação, situação socioeconômica, momento histórico e, principalmente, a heteronormatividade e a coerência socialmente exigida entre sexo-gênero-orientação afetivo-sexual.

Uma particularidade importante de ser mencionada é o fato de os trabalhos

brasileiros ampliarem a concepção de homofobia, considerando-a como um fenômeno que atinge LGBT, superando a dicotomização que apresenta a homofobia relacionada a apenas pessoas hetero e homossexuais. Como foi visto, estamos, pois, tratando da homofobia relacionada às diversidades de orientações sexuais e também às normas que regulam os sexos/gêneros.

Um exemplo disso está na produção sobre travestis e transexuais. Se por um lado, salientamos que na literatura internacional transexuais e travestis não tiveram visibilidade (um artigo dentre os 88 analisados), por outro na produção brasileira questões concernentes a essa população receberam destaque – foram dois artigos dentre os 13 encontrados. Interessante é que tanto Tatiana Lionço quanto Carrara e Vianna, autor@s dos artigos sobre o tema, são vinculad@s à ONG e Centro de Pesquisa, ANIS e CLAM, respectivamente. Este fato, mais do que tratar de especificidades das transexuais e travestis, fornece-nos subsídios para uma reflexão imprescindível sobre a participação das Universidades e d@s *intelectuais* nos debates sobre diversidades sexuais e de gêneros. Podemos, assim, pensar que as lutas suscitadas por movimentos sociais para a visibilização de pessoas LGBT ganham força e espaço no mundo acadêmico ao serem trazidas por pesquisador@s vinculad@s a instituições outras que não a acadêmica. Trata-se, pois, de refletirmos sobre o [ainda] pouco espaço reservado pela academia para tratar de assuntos não hegemônicos e pensar a ciência para além dos paradigmas naturalizantes preestabelecidos como norma e nos moldes positivistas.

Podemos ressaltar, ainda, que na produção brasileira a homofobia, mais que um objeto de pesquisa, aparece como um fenômeno relacionado aos temas de investigação nos trabalhos analisados. De modo geral, pudemos constatar nos artigos produzidos no Brasil que a homofobia vem sendo tratada como produto de processos psicossociais. Esse olhar sobre a homofobia, que se apresenta como um diferencial em relação à produção internacional, possui uma forte influência das propostas e problematizações feministas, grande parte embasadas pelo pensamento foucaultiano, e mais recentemente pel@s teóric@s *queer*.

Como fica evidente, ao problematizarmos a homofobia estamos diante de um problema social que merece atenção urgente. Deste modo, há necessidade que a produção do conhecimento busque identificar conteúdos e processos desse fenômeno. Devemos, pois, focar a investigação no “o que”, “por que”, “como” e “por quem” este processo tão complexo se desenvolve no contexto histórico e social atual, para assim contribuímos de modo eficaz para o combate à homofobia e, assim, para a legitimação e promoção de

direitos humanos LGBT.

### **A Homofobia como Objeto de Estudo**

Foi nessa direção que construímos este estudo. Partindo de um olhar feminista para a compreensão e análise da estruturação social, da problematização do fazer ciência – descortinando os preceitos universalistas e com caráter de verdade com que foram postos – mais especificamente, das questões relacionadas aos sexos, gêneros e das diversas formas possíveis de vivenciar a sexualidade, dirigimo-nos a conhecer o modo como pesquisador@s de diferentes áreas efetuam as investigações sobre a homofobia.

Nesse contexto, buscamos retirar sexualidade, corpo e identidade do plano da natureza, das essências e da universalidade para situá-los como construções dinâmicas que se efetivam ao longo da vida e em contextos sócio-históricos específicos e, portanto, inseridas nas tramas das redes de poder.

Retomando a noção de dispositivo trazida por Foucault (2009a, p. 244), que se refere a um “conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições filosóficas, morais e filantrópicas”, podemos pensar a homofobia como um dispositivo. Como um dispositivo, seguindo o proposto por Foucault (p. 244), a homofobia seria “um tipo de formação que, em um dado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência [...] e tem, portanto, uma função estratégica dominante”; seria um conjunto de “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (p. 246). Nesse sentido, podemos conceber a homofobia como um dispositivo de controle que surge em um contexto histórico em que o que era inquestionável é posto em xeque, no caso, a coerência entre sexo e gênero e o sexo como um elemento que se localiza fora das construções histórico-sociais. Assim, ele interage com o dispositivo da sexualidade e atua de forma a vigiar as fronteiras de gênero e manter a norma heterossexual e, desta forma, manter a rede de poderes que cria e regula os corpos, as práticas e valores sociais e as instituições.

Como já ressaltaram divers@s autor@s, é imprescindível que se localize a análise desse fenômeno no contexto das relações sociais que envolvem diversas crenças, valores, representações, práticas e instituições. Assim, embasadas pela literatura sobre o tema, sobretudo pelas proposições de Daniel Welzer-Lang (1994) e Daniel Borrillo (2010), nesta pesquisa consideramos homofobia:

- **De modo geral**, pensaremos a homofobia, como um dispositivo, relacionado à

construção, limitação e manutenção das relações entre sexo-gênero-orientação afetivo-sexual estabelecidas como “naturais”.

- **Especificamente** como qualquer forma de violência (simbólica, física ou psicológica), preconceito e discriminação contra pessoas não-heterossexuais ou/e que transpõem [ou a quem é atribuída a transposição] das barreiras socialmente estabelecidas para os sexos e gêneros.

Assim, embasada pelas problematizações trazidas pelas teorias feministas, por Foucault e pel@s teóric@s *queer* para pensar o modo como sexo, gênero e sexualidade são produzidos e regulados, resta-nos saber como a Psicologia Social tem abordado os fenômenos de preconceito em suas teorias.

## A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*“Ao quebrarmos o espelho dos estereótipos ou dos preconceitos, descobriremos por detrás as correntes dos saberes e as fórmulas do senso comum, conjunto de crenças profundamente enraizadas na vida coletiva de toda a nação moderna”*

Serge Moscovici, 2009, p. 21

A leitura desta frase de Moscovici (2009) apaziguou uma série de inquietações que cercaram o início da construção desse projeto de pesquisa. Após uma breve análise dos artigos sobre homofobia publicados nas revistas internacionais mais importantes na área de Psicologia Social, me deparei com uma série de pesquisas que apenas descreviam o fenômeno e suas relações – como foi ressaltado nas análises dos artigos da revisão de literatura internacional. Como psicóloga social, a função descritiva daqueles trabalhos me trouxeram alguns questionamentos. Dentre a apresentação de tantos fatores relacionados à homofobia, quais as problematizações eram realizadas? Tais fatores foram pensados dentro de um contexto de construções sociais e históricas ou simplesmente foram expostos? Essas foram questões postas pelo autor às suas pesquisas?

De modo geral, as respostas são negativas. Como pôde ser visto, o objetivo de grande parte das pesquisas, principalmente em se tratando das publicações internacionais em Psicologia Social, foi investigar os fatores relacionados à homofobia e a problematização sobre o modo como essas relações foram constituídas não foi uma questão para a maior parte daqueles pesquisadores. Em caminho inverso, sem negar a importância desses trabalhos, os questionamentos iniciais desta pesquisa se voltavam para o conhecimento e também para a problematização dos fatores envolvidos com a homofobia. Tal como afirmou Moscovici (2009), era o caso de descobrir o que estava por detrás dos preconceitos e estereótipos. Assim, no campo da Psicologia Social, a abordagem psicossocial da Teoria das Representações Sociais (TRS) se constituiu em um campo profícuo para a elaboração dessa pesquisa.

A TRS surge no momento em que pesquisadores buscavam romper com a a-historicidade predominante na Psicologia Social e o modo como Moscovici “desnaturalizava os objetos sociais, enfatizando sua dimensão de construção humana histórica e culturalmente marcados” fornece um outro caminho para trabalhar e pensar a Psicologia Social (Angela Almeida, Fátima Santos & Zeidi Trindade, 2011, p. 18). É nesse sentido que a proposta apresentada por Moscovici (1978), do estudo do fenômeno das Representações Sociais, buscava não apenas introduzir novos olhares para a Psicologia

Social, mas sim redefinir seus conceitos e problemas abordados por essa disciplina. Para ele a tradição behaviorista, refletida no fato da Psicologia Social limitar-se apenas aos estudos do indivíduo e de pequenos grupos, formava um obstáculo para pensar sobre a atuação na construção do real do fenômeno das representações sociais.

Nesse contexto, para que fique explícito o lugar teórico-epistemológico do qual a TRS parte, cabe diferenciar as tendências americana e europeia da Psicologia Social. A primeira, caracterizada como psicológica, centra seu foco de investigação nos pensamentos, sentimentos e comportamentos dos indivíduos e pode, ser assim, caracterizada como uma perspectiva individualista, cognitivista e a-histórica (Sá, 1996). Por outro lado, Doise (1986, citado por Sá) aponta que a Psicologia Social sociológica, de tendência europeia, distingue-se da primeira ao trabalhar não apenas com os níveis de análise centrados no indivíduo (intra e interpessoal), mas também com o posicional – cujas explicações incluem a análise das diferentes posições sociais ocupadas pelo sujeito e que a ele precedem, e o nível ideológico que diz respeito à análise das ideologias, dos valores e normas e dos sistemas de crenças e representações desenvolvidas pela sociedade para legitimar e manter a ordem social estabelecida.

É nessa segunda tendência que a TRS está inserida, pensando o sujeito que constitui o social e se constitui no social e nas relações com o outro, em um dado contexto social e em um momento histórico preciso (Fátima Santos, 2009). Assim, a TRS traz ao campo da Psicologia Social a proposta de superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade e analisar o sujeito no campo individual e inserido em suas relações grupais como resultantes de sua socialização em determinado segmento social e contexto histórico (Mary Jane Spink, 1993).

Como foi observado à partir da revisão de literatura, sobretudo da literatura nacional, a homofobia foi tratada pela via do preconceito / discriminação direcionada a pessoas LGBT e àquel@s que transgridem (ou a quem supõe transgressão) das normas que estabelecem os padrões para o sexo e gênero. A temática do preconceito, como um componente da atitude foi e ainda é um objeto de estudo central na Psicologia Social. Antes de adentrarmos nas problematizações e contribuições trazidas pela Teoria das Representações Sociais acerca do estudo do preconceito, é interessante que alguns conceitos-base da Psicologia Social sejam pontuados. Aqui, por sua relevância, serão abordados brevemente os conceitos de categorização social, estereótipo, preconceito e discriminação.

De acordo com (Fiske, 1998), o alcance da complexidade do ambiente social

somente seria possível pela sua simplificação, por meio da economia de recursos mentais, o que auxilia o entendimento e a adequação do indivíduo ao meio. É nesse sentido que está situado o processo de categorização que, conforme Allport (1954, citado por Fiske), é a combinação das similaridades das pessoas em categorias, o que ordenaria o espaço vital e produziria significados sobre o mundo. Fiske traz ainda algumas funções da categorização propostas por Taylor (1981), são elas: identificar informações sobre diferenças físicas ou sociais; minimizar diferenças do *endogrupo* e maximizar do *exogrupo*<sup>5</sup>; relacionar as causas dos comportamentos do membro de um grupo de forma estereotipada; entre outras.

Nesse sentido, Taylor e Moghaddam (1994) ressaltam a necessidade de compreender os mecanismos que sustentam a percepção de vantagens e desvantagens de membros de grupos e a interpretação de interações baseadas na categoria de pertencimento grupal desses membros. Assim, os conceitos / processos de estereotipia, preconceito e discriminação se fazem relevantes. Eagly e Chaiken (1998) sustentam que a atitude, conforme divisão tradicional, abarca o estereótipo que seria seu componente cognitivo, o preconceito mais afetivo e a discriminação um componente comportamental – tais reações seriam baseadas nas categorizações. De modo mais amplo, Fiske (1998) resalta que esses componentes seriam socialmente pragmáticos e parcialmente automáticos, sendo controlados individualmente e influenciado por estruturas sociais.

O estereótipo, segundo Taylor e Moghaddam, é um processo cognitivo que está intimamente envolvido nas relações intergrupais. De modo geral, esses autores colocam que estereótipos envolvem generalizações feitas sobre determinado grupo; são impressões rígidas em pouca conformidade com fatos; crenças exageradas; supergeneralizações irracionais e imprecisas. Nesse sentido, o estereótipo pode ser considerado como um processo que tende ao favoritismo do endogrupo e promove associações que reforçam preconceitos. O preconceito é uma atitude dita negativa ou injusta em relação a um grupo ou pessoa que se supõe ser membro de um determinado grupo. Como uma atitude, o preconceito é um fenômeno histórico e difuso e garante legitimação e justificativa de ações (Eagly & Chaiken). Por fim, a discriminação envolve comportamento – negativos, injustos e / ou agressivos – direcionado a uma pessoa com base na categoria da qual é tido que ela pertença (Taylor & Moghaddam, 1994).

Outro campo de estudo importante da Psicologia Social é a análise das relações intergrupais. Essas relações intergrupais são como qualquer aspecto da interação humana que envolve a própria percepção dos sujeitos como membros de um categoria social, ou

---

5 Endogrupo significa o grupo ao qual o indivíduo julga pertencer, já o exogrupo é o grupo do qual ele se diferencia.

como sujeitos percebidos por outros como pertencentes a determinada categoria social (Taylor & Moghaddam, 1994). No que tange às relações intergrupais, Fiske (1998) apoiado em Tajfel (1981) e seguindo a discussão de Allport sobre a categorização em 'nós' e 'eles' – com rejeição ao exogrupo e favorecimento do endogrupo – propôs que o preconceito pode ser resultante da necessidade de uma identidade social positiva do endogrupo em oposição à desvalorização do exogrupo. Nesse sentido, Brewer e Brown (1998) afirmam que dois efeitos fundamentais da categorização é o exagero às diferenças intergrupais e a exaltação das semelhanças intragrupo. Uma explicação para o efeito de homogeneização do exogrupo é a diferença de informações sobre os membros do endo e exogrupo. De acordo com Tajfel (1981) para a definição do que um grupo é, torna-se necessário conceituar o que ele não é. Desse modo, a identidade social é definida em um contexto específico de comparação endogrupo-exogrupo.

Dados os dois aspectos teóricos que constituíram o estudo do preconceito no âmbito da Psicologia Social, um voltado para os processos cognitivos e outro para as relações intergrupais, na mesma direção à inquietação presente no início da construção desse projeto, Moscovici (2009) observa que nessas formas de estudo dos preconceitos, estereótipos e outros processos cognitivos, a compreensão da função social por esses exercida parece ser negligenciada e escapar às análises teóricas. O autor, então, pontua que o entendimento dos preconceitos e estereótipos mais do que se relacionarem com o conhecimento e as percepções que temos de nós e dos outros, estão interligados com representações sociais que condicionam a preeminência de alguns fatores psíquicos em certas interações sociais. E é nesse sentido que o autor ressalta que, embasando os preconceitos e estereótipos, existem correntes de saberes e uma gama de representações sociais que necessitam ser investigadas.

Como representações sociais compreenderemos o conhecimento do senso comum, formado por um conjunto de crenças, valores, opiniões, atitudes, imagens, bem como por elementos cognitivos, informativos, ideológicos e normativos. Esta forma de conhecimento é elaborada e partilhada socialmente e organizada de modo a constituir um saber que informa sobre o estado da realidade. Nesse sentido, trata-se de uma forma de conhecimento social que nos possibilita pensar e interpretar a realidade cotidiana, além de orientar e organizar as comunicações sociais e as condutas dos sujeitos (Denise Jodelet, 1986, 2001). No que tange a sua função, de acordo com Abric (1998), as representações sociais exercem as funções de *saber*, no sentido que possibilitam a compreensão e explicação da realidade; de *orientação*, já que guiam comportamentos e práticas; *justificadora*, por permitirem a

justificar comportamentos e tomadas de posição anteriores; e *identitária*, por contribuir para a definição de identidades e permitir a proteção de particularidades dos grupos.

Jodelet (2001) ressalta que a criação das representações se dá voltada para a apreensão do mundo a nossa volta, para que possamos dominá-lo física e intelectualmente e nos ajustarmos a ele, identificando e resolvendo problemas vindouros. Se, conforme sustenta Angela Almeida (2001), a gênese de uma representação social consiste na transformação de um saber em um outro saber, é importante que saibamos que são diversas as formas dos sujeitos produzirem conhecimentos. Como afirma Fátima Santos (2009), as explicações oferecidas para os fenômenos e problemas cotidianos podem ser fornecidas por meio de reflexões filosóficas, teorias científicas e por teorias populares – estas dizem respeito às explicações no campo do senso comum. Dessa forma, com a intenção de buscar respostas, as pessoas elaboram conhecimentos a partir da articulação de uma série de conceitos que, relacionados, fornecem um modelo de explicação para suas questões.

Entretanto, Santos (2009) pontua que essas são formas diferentes de conhecimento no que se refere à função e ao modo como são constituídos. Enquanto o conhecimento científico é produzido em um universo reificado, no qual sua construção é delimitada por uma série de diretrizes formais (elaboração de hipóteses, delimitação do objeto a ser estudado e do método utilizado, interpretação dos resultados, etc) com a função principal de apreender e dominar a natureza, o conhecimento do senso comum é elaborado em um universo consensual, por meio da comunicação e das negociações realizadas entre os sujeitos, e tem como papel orientar e, posteriormente, justificar condutas e contribuir para a definição e proteção de identidades pessoais e de grupos. Santos ressalta, ainda, que embora diferentes, esses conhecimentos se interpenetram. Do mesmo modo como o conhecimento do senso comum se apropria de elementos advindos do conhecimento científico, as ciências trazem elementos do conhecimento de senso comum.

De modo geral, as representações tem a finalidade de transformar o não familiar em familiar (Moscovici, 2003). Essa transformação se dá por meio de dois processos fundamentais, são eles: objetivação e ancoragem. Esses processos podem explicar o modo como o conhecimento do senso comum é elaborado, bem como é o seu funcionamento e apresentam a interdependência entre as atividades psicológicas do sujeito e suas condições sociais de exercício (Jodelet, 1986). De acordo com Moscovici (p. 61), “esses mecanismos transformam o não familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo; e depois, reduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e conseqüentemente, controlar”.

Como afirma Jodelet (1986), a objetivação se refere a tornar concreto o que é abstrato. Esse processo ocorre ao colocar noções abstratas no plano das imagens, fazer a correspondência entre palavras e coisas. A objetivação pode ser compreendida em três fases, no que se refere ao processamento da nova informação pelo sujeito. Em um primeiro momento tem-se a seleção e descontextualização dos elementos trazidos pela informação que se dará com base em critérios culturais (grupos / indivíduos selecionam diferentes elementos da informação) e em critérios normativos (apenas os elementos que estão em concordância com o sistema de valores vigentes são retidos pelos indivíduos / grupos). Posteriormente, é formado um *núcleo figurativo* da informação que consiste em uma estrutura imagética que irá reproduzir uma estrutura conceitual – ou seja, é a transformação de um conceito em imagem. Conforme pontua Jodelet, esse modelo figurativo permitirá a concretização dos elementos de uma nova informação e seria assim que “as figuras, elementos do pensamento, tornam-se elementos da realidade” (p. 14) e adquirem um estatuto de evidência e integram a nova informação à realidade do senso comum. É nesse sentido que se dá a terceira fase da objetivação, a naturalização e, assim, a produção de um saber elaborado para servir aos valores, necessidades e interesses de um grupo e utilizado para orientar as percepções e julgamentos em uma realidade construída socialmente.

Moscovici (2003) aponta que o que não é classificado e não nomeado é estranho e ameaçador. Para que seja possível o posicionamento frente a algo novo é, então, necessário inseri-lo em uma categoria para caracterizá-lo e nomeá-lo como algo conhecido. É aqui que se encontra a ancoragem que, conforme (Trindade, Santos & A. Almeida, 2011), corresponde à assimilação ou incorporação de novas informações de um dado objeto a um sistema de categorias funcionais e familiares aos sujeitos. De acordo com as autoras, esse processo permite a integração do objeto de representação em um sistema de valores que é próprio ao sujeito e sua denominação e classificação será efetuada com base nas relações que esse objeto estabelece com sua inserção social.

De acordo com Moscovici (2003), essas classificações são efetuadas a partir da comparação de pessoas / objetos, em termos de aproximação ou distanciamento, a um protótipo – tido como representante de uma classe. É interessante que ancorar algo novo a um protótipo, os seja, a algo já conhecido e julgado, possibilita a tomada de posições e opiniões já estabelecidas e, como afirma Moscovici, conduz a decisões baseadas na generalização ou particularização de características. A generalização se daria pela seleção de determinada característica de pessoas ou objetos que é utilizada como categoria co-extensiva a tod@s aquel@s que partilham tal característica (por exemplo: gay, judeu, etc).

Por outro lado, a particularização seria o uso de uma característica para afastar determinado sujeito ou objeto como diferente de seu protótipo – como explicita a frase comumente utilizada: ela é lésbica, *mas...* é feminina; ele é gay, *mas...* é inteligente, educado, etc. Como se tais características o afastassem e o diferenciasssem de seu protótipo.

É nesse contexto que Moscovici afirma que o que está sendo tratado na classificação não diz respeito a uma escolha puramente intelectual/cognitiva, e sim a uma necessidade de definir o não familiar em termos de conformes ou divergente à norma. Nas palavras do autor: “quando nós classificamos, nós sempre fazemos comparações com um protótipo, sempre nos perguntamos se o objeto comparado é normal, ou anormal, em relação a ele tentamos responder à questão: 'é ele como deve ser, ou não?’” (p. 66).

Retomemos, então, à análise do preconceito. As definições e classificações de pessoas, objetos e comportamentos como *normais*, como aquilo que *deve ser* ou como *anormais* e, portanto, aquilo que *deve ser combatido* trazem em si a distinção, do ponto de vista histórico como afirma Moscovici (2009), entre aquel@s que merecem ser protegidos e defendidos e outros a quem é legitimado violentar e discriminar sem reservas, seja por decorrência do sexo, orientação afetivo-sexual, religião, etc. De modo geral, Moscovici propõe que os preconceitos podem ser conhecidos por meio das representações sociais partilhadas que podem variar de acordo com as situações, mas que sustentadas pela autoridade das tradições, estão estruturadas sempre no sentido *do que se pode ou se deve ser mostrado*. Nesse sentido, ao contrário da proposição corrente na Psicologia Social de que o preconceito é uma crença irracional, Moscovici ressalta que “o preconceito racista ou sexista é simplesmente uma crença sem ser submetida à reflexão, porque é do interesse dos crentes 'mantê-las’” (p. 33) e será nesse ponto que manteremos, nesse projeto, nossas atenções.

Como dito anteriormente, analisaremos a homofobia e buscaremos conhecer que elementos a sustentam. É nesse sentido que o processo de ancoragem é de suma importância para o nosso trabalho. Trindade, Santos e Almeida (2011) salientam que pela análise do processo de ancoragem é possível compreender as características históricas, locais e institucionais da produção semântica que ancora o novo ao pré-existente. Assim, especificamente, analisaremos os elementos que sustentam a homofobia e buscaremos compreender em que/quais conhecimentos prévios dos sujeitos esses são ancorados para que possam ser apreendidos, tornados familiares e, então, servirem como base para seus julgamentos posteriores.

Em se tratando dos conhecimentos pré-existentes, Moscovici e Vignaux (2003)

ressaltam que as representações sociais são complexas e encontram-se sempre inseridas em um '*referencial de pensamento pré-existente*' baseado e dependente de sistemas de crença ancorados em tradições, valores e imagens do mundo e da existência. Nesse contexto, um outro conceito importante da TRS apresenta-se, é o conceito de *themata*. Baseados no trabalho de Holton sobre ideias-chave que regulam a produção de novos conceitos científicos, Moscovici e Vignaux afirmam que na base das construções linguísticas está presente um número limitado de temas que possuem valor universal e que as regulam.

Assim, esses temas, ou *themata* (ou *thema*, no singular), seriam ideias primárias e comuns às sociedades, culturas e histórias que influenciam certo número de desenvolvimentos discursivos e que, se supõe, embasam grande parte das representações. Seriam, portanto, “arquétipos de raciocínio comum ou 'pré-concepções' estabelecidas ao longo de um largo espaço de tempo, isto é, tributárias de histórias retóricas e crenças sociais que possuem o *status* de imagens genéricas” (p. 244). Estas, geralmente, apresentam-se como noções ancoradas em um sistema de oposições “relativas ao corpo, ao ser, à ação na sociedade e ao mundo de maneira geral; toda linguagem testemunha isso” (p. 246). De modo geral, pode-se dizer que as *thematas* – como um sistema de oposição nocional – estariam na base das representações sociais e, em forma de oposições do tipo certo/errado, bom/mal, macho/fêmea, limpo/sujo entre outras, seriam a marca do pensamento moderno e dicotômico em nossa sociedade. É deste modo que elas atuariam regulando as argumentações cotidianas e interferindo no pensamento social, desempenhando um papel de campos semânticos que se manifestam como 'leis comuns' (Trindade, Santos & Almeida, 2011).

É assim que, a partir de suas propostas, a TRS oferece um arcabouço teórico rico para guiar as reflexões sobre esse fenômeno tão complexo que é a homofobia. No campo da Psicologia Social, esta teoria amplia o modo de estudar os fenômenos de preconceito indo além de análises meramente descritivas, mas possibilitando uma análise crítica por meio do conhecimento dos processos (sociais, históricos e cognitivos) a esses relacionados. A TRS, que de modo semelhante às teorias feministas vêm questionar os pilares da construção do conhecimento científico, trazendo novos elementos como importantes (e indispensáveis) de serem estudados e questionando os regimes de saber-poder por elas sustentados, ao lado das teorias feministas ampliam o modo como poderemos analisar os elementos que sustentam a homofobia.

Neste ponto é importante salientar uma especificidade deste trabalho. Grande parte das pesquisas que utilizam a TRS busca investigar as representações sociais de

determinado objeto (por exemplo: representações sociais da loucura, da masculinidade, da maternidade, etc). Este estudo, por outro lado, se propõe a analisar o fenômeno da homofobia e buscar os elementos que a sustentam. Isso significa que por meio de sua análise buscaremos ideias, crenças e valores que a embasam e, possivelmente, teremos acesso a uma gama de representações sociais que a sustentam.

A proposta de articulação entre teorias feministas, as problematizações foucaultianas, algumas das contribuições d@s teóric@s *queer* e a TRS está longe de ser realizada sem embate. Porém, consideramos essa articulação necessária. Para pensar um fenômeno tão complexo e multifacetado como a homofobia é importante que tenhamos em posse bases teóricas para refletir sobre grande parte das forças/estruturas/processos /elementos que o constroem. Foi deste modo que o projeto foi construído. Partindo da Psicologia Social, que há muito vem expondo as relações entre homofobia e algumas variáveis (sexo, religião, idade, etc) sem uma leitura crítica de como tais relações foram constituídas, buscamos articular a TRS com teorias que detém um amplo debate sobre os temas que circundam a homofobia.

Embora apresentem inúmeras divergências, consideramos que o diálogo entre essas teorias seja possibilitado por estas partirem de um lugar epistemológico próximo, em que negam o sujeito como mero receptor de valores e conhecimentos advindo do social e o localizam como um sujeito ativo que constrói a realidade e é por ela construído. Desde Simone de Beauvoir, da qual partimos, passando por diversas outras pensadoras feministas, por Foucault, pel@s teóric@s *queer* até chegar à teoria proposta por Serge Moscovici mantemos, em comum, a crítica aos paradigmas postos seja pela ciência, pela religião, pelo momento sócio-histórico vigente. Mantemos a problematização daquilo que nos é posto em tom de verdade e buscamos 'debulhar' esse emaranhado de 'fatos', olhar e ver para além das evidências e em consonância com o proposto por Foucault (2006) e por Jodelet (2001) questionaremos *por que e por quem é dito, como é dito e o que é dito* sobre a homofobia.

Nesse sentido, retomamos, com este projeto pretendemos investigar os elementos que sustentam a homofobia. De modo específico, buscamos (a) identificar ideias, crenças e valores que embasam a homofobia; (b) conhecer a que tipos de interdições sociais as relações entre LGBT são submetidas; (c) identificar instituições sociais – pensadas como organizações e mecanismos que regulam e controlam o funcionamento da sociedade, tais como família, religião e Estado – que podem sustentar e serem sustentadas pela homofobia e (d) refletir sobre possíveis funções sociais da homofobia. Assim, as questões que orientam este estudo são que elementos sustentam a homofobia? Que ideias, crenças e

valores estão associadas às relações não heterossexuais que as diferenciam de relações heterossexuais? Que práticas não heterossexuais são socialmente permitidas? Quais são negadas? De que modo tais concessões são justificadas? Que instituições sociais dialogam com a homofobia?

## UNIÃO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO: UM ESTUDO DA HOMOFOBIA

Como pudemos perceber, diferentes são as situações em que a homofobia pode se manifestar. No entanto, por ser um objeto polêmico e por estarmos em um momento histórico no qual as manifestações de preconceito e discriminação são socialmente censuradas, muitas são as dificuldades para estudá-la. Nesse sentido, no âmbito dessa pesquisa, para conhecer os elementos que sustentam a homofobia, buscamos analisar um contexto específico que favorece a expressão de ideias homofóbicas: a discussão sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Essa escolha é justificada pelo contexto atual de tal discussão. No momento da construção desse projeto de pesquisa, a discussão sobre a união civil entre casais homoafetivos<sup>6</sup> (UCH) estava em pleno furor. No dia 15 de julho de 2010, o senado da Argentina aprovou um projeto de lei que reconheceu o direito à união civil para casais homoafetivos. Este fato logo obteve destaque nos meios de comunicações e suscitou posicionamentos políticos, religiosos e discussões de todos os tipos, dentre eles os fóruns de discussões via internet. Assim, optamos por investigar essa prática por meio de fóruns de discussões pela internet por acreditarmos que esses fóruns se constituem em espaços de manifestação pessoal, sujeitos a menor controle social, uma vez que se dão em relativo anonimato do emissor da mensagem. Esses fóruns tem como proposta possibilitar a discussão de temas, de modo geral, polêmicos entre suas/seus participantes. Como características temos o caráter argumentativo e conversacional dos fóruns, visto que as pessoas devem se posicionar frente aos temas propostos e que cada posicionamento pode ser base para discussões posteriores.

### MÉTODO

#### *Base documental de análise*

Para esta pesquisa foram analisados dois fóruns de discussão sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Apresentaremos, brevemente, informações sobre cada um deles.

No período da decisão ocorrida na Argentina, tomamos conhecimento de um fórum de discussão do tema proposto pelo site do portal de notícias de Ijuí ([www.ijui.com](http://www.ijui.com)), um município localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. A partir da questão

---

<sup>6</sup> Homoafetividade é um termo muito utilizado na área do Direito para caracterizar as relações afetivas e/ou sexuais vivenciadas por pessoas do mesmo sexo/gênero.

“Qual sua opinião sobre o casamento das pessoas do mesmo sexo?”, o portal de notícias solicitou que as pessoas redigissem um texto defendendo seu ponto de vista e o remetessem ao site. A discussão ocorreu entre os dias 19 de julho e 2 de agosto do ano de 2010 e gerou, ao todo, 63 posicionamentos – a maior parte d@s participantes declarou ser habitante local.

Na busca por abarcar um número maior e universo mais diversificado de pessoas, efetuamos uma pesquisa na internet por outros fóruns que tratavam do assunto e encontramos a discussão promovida por um fórum de uma rede de comunicação de abrangência nacional. Este segundo fórum, foi promovido pela unidade brasileira da grande rede de produção jornalística internacional BBC (<http://www.bbc.co.uk/portuguese>), e trouxe como título a questão “o casamento gay deveria ser legalizado?”. Ele esteve ativo entre os dias 15 de julho de 2009 e 04 de janeiro de 2010 gerando, ao todo, 511 posicionamentos publicados.

Este fórum contou com a participação de habitantes de diferentes estados do Brasil e com um número menor de pessoas que residentes no exterior. Para se pronunciarem no fórum as pessoas deveriam ser cadastradas no site ou preencher um formulário contendo nome, e-mail e localização. Uma característica importante deste fórum é que ele é pré-moderado, o que significa que os posicionamentos passam por uma triagem editorial do site. Nesse sentido o site apresenta regras que devem ser seguidas pel@s usuár@s para que se garanta a aprovação da publicação de seus comentários – dentre as regras estão o não uso de palavras de baixo-calão, comentários difamadores, com conotação sexual ou de preconceito racial, entre outros. Vale salientar que não desconsideramos a influência da moderação no conteúdo das respostas publicadas, contudo essa avaliação prévia não invalida a permanência de discursos homofóbicos que podem sustentar os posicionamentos.

### ***Procedimentos de Coleta***

Os fóruns foram acompanhados e todas as suas publicações foram organizadas em uma planilha contendo como informação de data da postagem, local de moradia e sexo d@ participante. A partir da leitura desse material, os posicionamentos foram analisados e separados em planilhas conforme posição favorável ou contrária à união homoafetiva. Ao todo, 32 dos 63 posicionamentos do fórum regional e 250 dos 511 posicionamentos do fórum nacional foram classificados como contrários. O total de 282 posicionamentos contrários foram agrupados, mantendo a informação do sexo d@ participante, de modo a compor um único documento a ser analisado.

Partindo do objetivo desta pesquisa de investigar os elementos que sustentam a homofobia, optamos por analisar apenas os posicionamentos contrários à união civil homoafetiva. Essa escolha se justifica por classificarmos esses posicionamentos como posicionamentos homofóbicos no sentido que negam um direito civil, representando um entrave para o reconhecimento da cidadania de LGBT, sob a justificativa das pessoas não se encontrarem em uma relação heterossexual, ou seja, não estarem de acordo com que é estabelecido como norma para as relações afetivas e sexuais. Parafraseando Borrillo (2010), a reivindicação do direito à união civil e à filiação por casais / pessoas não heterossexuais desencadeia um número grande de reações negativas, podemos dizer homofóbicas, por ela questionar a dicotomia feminino / masculino que suporta a 'ordem sexual' estabelecida. Nesse sentido, a análise dos posicionamentos contrários à união homoafetiva se faz relevante para esse estudo.

### ***Procedimentos de Análise***

A fim de compreendermos o modo como esses posicionamentos se organizam e as relações existentes entre eles, utilizamos como ferramenta para a análise dos dados o *software* ALCESTE (*Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte*). Este programa foi criado, em 1986, pelo pesquisador francês Max Reinert e desenvolvido e distribuído pela sociedade IMAGE. Trata-se de um *software* de análise automatizada e informatizada de dados textuais ou estatísticas textuais frequentemente utilizado para análises de dados provenientes de entrevistas, questões abertas de questionários e outros documentos de texto.

Com base em cálculos da coocorrência de palavras em segmentos do texto, o programa Alceste efetua uma classificação estatística de enunciados simples do material estudado, em função da distribuição de palavras nestes enunciados, de modo a apreender as palavras que lhes são mais características. Conseqüentemente, o *software* busca diferenciar classes de palavras que caracterizam discurso distintos sobre o tema em investigação (Nascimento & Menandro, 2006).

Isso significa que a partir da análise da estrutura textual, ou seja, da distribuição lexical, o programa é capaz de seccionar o texto analisado em diferentes trechos (chamados unidades de contexto elementar – UCE), agrupar os trechos que compartilham um mesmo vocabulário e, assim, formar classes que correspondem a diferentes temas/assuntos tratados no interior do mesmo texto.

Essas classes são compostas por palavras em função de seu khi-quadrado ( $\chi^2$ ). Este

índice corresponde ao coeficiente de associação das palavras às classes, ou seja, quanto maior o khi-quadrado da palavra mais significativa é sua presença na classe. É a leitura dessas palavras e das UCEs mais características de cada classe que permitirá a interpretação semântica dos dados pelo(a) pesquisador(a).

De modo detalhado, as análises realizadas pelo Alceste podem ser descritas em quatro etapas, onde cada uma apresenta os seguintes passos (Reinert, n d; Ribeiro, 2005):

**(A) Leitura do texto e cálculo dos dicionários:** momento onde o programa realiza a reformatação do texto, lista o vocabulário do corpus em ordem alfabética e gera um dicionário de formas reduzidas – exemplo: a forma reduzida homossexua+ pode representar homossexual, homossexualidade e homossexualismo . É a partir dessas formas reduzidas que o programa efetuará suas análises.

**(B) Definição e seleção das UCEs e Classificação Hierárquica Descendente:** a definição das UCEs acontece com base no critério de tamanho do texto (aproximadamente duas linhas do texto) ou da pontuação que finalizaria um enunciado. A classificação dessas UCEs se dá em função de seus vocabulários e, em um segundo momento, o conjunto de UCEs é dividido em função da frequência das formas reduzidas a elas pertencentes. A partir de matrizes, onde são cruzadas as formas reduzidas e UCEs (com variações de tamanho) a fim de obter a separação das UCEs que se diferenciam, aplica-se o método de “Classificação Hierárquica Descendente” (CHD). A CHD apresenta a organização do texto em diferentes as classes.

**(C) Descrição das classes estabilizadas:** são realizados cálculos para cada uma das classes obtidas em (B) que possibilitam suas descrições. A partir da CHD é fornecido para os(as) pesquisadores(as) as palavras / formas reduzidas mais significativas, as palavras ausentes e as variáveis características de cada uma das classes – todas classificadas em função e em ordem decrescente do khi-quadrado ( $\chi^2$ ). Nesta etapa é configurada a **Análise Fatorial de Correspondência (AFC)** onde são apresentados em um plano fatorial as relações entre as classes. Esta representação espacial permite a análise das relações entre as classes, bem como a verificação de possíveis oposições e complementaridade entre as mesmas. Como afirma Laura Lima (2008), o plano fatorial sintetiza as polêmicas que influenciam as relações entre os grupos e as categorias nelas implicadas.

**(D) Cálculos complementares:** a última etapa da análise o programa fornece as UCEs mais características e os trechos de frases mais repetidos (segmentos repetidos) de cada classe. É também realizada a “**Classificação Hierárquica Ascendente**” (CHA) que é constituída por meio do cruzamento entre as UCEs das classes e as formas reduzidas

significativas e, portanto, características da mesma classe. A CHA permite a visualização da organização interna e da relação entre as palavras mais significativas de cada classe. Nesse sentido, pode auxiliar os(as) pesquisadores(as) na compreensão dos contextos de fala dessas palavras, bem como na análise da inter-relação entre elas.

### ***Articulações teórico-metodológicas***

Para que se compreenda a pertinência desse instrumento de análise nessa pesquisa, é importante pontuar os pressupostos teóricos dos quais o autor partiu para a conceber este *software*. O Alceste, conforme explicita Laura Lima (2008), foi elaborado a partir do pressuposto de que a construção discursiva é subordinada a uma relação dinâmica estabelecida entre sujeito e objeto. Por essa relação sujeito e objeto mantêm trocas ativas e, assim, transformam-se contínua e mutuamente.

No que diz à temporalidade do discurso, Reinert (1999, conforme citado por Lima, 2008) recorre a Foucault (2009) para afirmar que o objeto do discurso está ao mesmo tempo na origem desse discurso e em todo enunciado que o objeto provoca – assim, ao falar sobre ele o produz e, nessa medida, não esgota jamais a sua realidade. A partir dessa característica, no que diz respeito ao sentido do discurso, o autor pontua seu caráter dinâmico e a dificuldade de apreendê-lo. Lima (2008) aponta que para Reinert o sentido se impõe e se conserva por meio do hábito, que estaria relacionado a uma série de repetições que atualizam fragmentos da história do sujeito a cada situação em que este se relaciona com um determinado objeto.

Retomando à relação dinâmica entre sujeito e objeto, isso significa que a partir da experiência do hábito a história do sujeito é construída, “na medida em que ela o ajuda a se adaptar às várias situações pelas quais vai passando, tecendo as constâncias que asseguram a materialização de sua identidade e a perpetuação de sua transitividade” (Lima, p. 86). Podemos frisar a aproximação entre o que é concebido por Reinert como hábito, pelo que é proposto por Judith Butler (2003) no que se refere às performances de gênero – que a todo momento são construídas e reiteradas pelas normas.

Dessa forma, o sentido circula e se transforma nas comunicações interpessoais e intergrupais a cada momento em que a relação/troca entre esses é estabelecida. Assim, Lima (2008) ressalta que para alcançar os sentidos expressos pelos discursos Reinert propõe que devem ser seguidas as “pegadas” provenientes de uma atividade coerente do sujeito-enunciador. Embasado por Foucault (2009d), Reinert considera que os temas circulam de enunciado a enunciado e, assim, o sentido de um discurso pode ser alcançado

por meio da análise desses temas em suas relações. Deste modo, não se trata de conceber sentidos estabelecidos *a priori* sobre os temas, mas compreender sua construção, de enunciado a enunciado e em diferentes contextos.

Nesse sentido, diferentes contextos ou diferentes lugares de falas dos sujeitos e de grupos produziram formas particulares de falar sobre determinado assunto e, portanto, diferentes modos de significar esses temas. Conforme afirma Laura Lima (2008), a análise do 'lugar comum' de fala de um grupo pode revelar hábitos linguísticos e sociocognitivos compartilhados e, assim, possibilitar a compreensão do que a autora denomina “nódulos culturais das representações sociais” que seriam “a cognição partilhada, a experiência conjunta marcada por uma prática 'ritualizada' (repetitiva), por sua vez geradora de um léxico próprio, distinguido pela reiteração de certas expressões, combinações lexicais” (p.88). Deste modo, a análise de um vocabulário específico poderia ser utilizada como fonte para apreender formas diversas de pensar sobre um dado objeto (Kronberger & Wagner, 2002).

É importante pontuar também que, conforme Lima (2008), a hipótese que embasa o programa é de que a ordem do discurso é construída por meio de uma dinâmica dialógica em que cada sujeito-enunciador se ancora em seu 'lugar de fala', na história/contexto em que foi constituído. Assim, seria a insistência de alguns lugares de fala que corresponderiam às relações de forças existentes entre os sujeitos. Por fim, o objetivo desse método é possibilitar a apreensão desses lugares que demarcam fortes presenças nos discursos e, deste modo, a compreensão das relações de forças existentes entre eles.

É nesse sentido, que justificamos o uso do *software* Alceste como ferramenta de análise nessa pesquisa. Com base no que foi apontado sobre o programa e fazendo a articulação com os nossos objetivos de pesquisa vale pontuar que o lugar comum de fala dos sujeitos pode nos revelar informações importantes sobre os sentidos trazidos pelos discursos. Em escala mais ampla – cujo foco não é o sujeito concreto, mas todo o contexto social que o constitui e é por ele constituído – podemos retomar à importante fala inicial de Foucault (2009d) no livro/aula “*A Ordem do Discurso*” em que afirma que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos”. Nesse sentido, pensando especificamente em nossos objetivos de pesquisa, continuamos: “procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (p. 8-9). Esta concepção servirá de guia para as análises que serão efetuadas.

Por fim, conforme trouxemos ao longo desta dissertação, desde as teorias feministas até Foucault e a teoria das representações sociais, nossa investigação é pautada pelo objetivo de ir além do que os dados nos apresentam como realidade e descortinar os regimes de saber-poder que sustentam as supostas verdades. E é nesse sentido que o uso do *software* Alceste como um instrumento de análise nessa dissertação deve ser pontuada. Como afirmado anteriormente, esse programa é um instrumento de análise que proporciona à pesquisadora e ao pesquisador conhecer o modo como os discursos se organizam e o contexto em que são utilizados – o que diz respeito ao léxico do material investigado. O valor semântico desses dados ascenderá a partir das reflexões teóricas da autora.

Assim, para a interpretação das informações fornecidas pelo Alceste partiremos de um olhar genealógico, no sentido proposto por Foucault (2009b) – de não buscar a origem dos fatos e temas fornecidos pela organização dos discursos como se houvesse um princípio, uma identidade primeira – mas buscar as rupturas / as discontinuidades, interrogar os postulados que circulam com *status* de verdade e descortinar os hábitos e modos de vida que há tempos foram construídos e há tempos cristalizados (Flávia Lemos & Cardoso Jr, 2009).

A partir dessas proposições, das teorias feministas e da TRS, problematizaremos aquilo que está inscrito no plano da natureza e que foi e é contada por meio de uma história linear e contínua em tom de verdade. Buscaremos, enfim, a partir dos dados organizados pelas análises do Alceste, os lugares de fala das pessoas, os sentidos trazidos pelos discursos, a identificação de procedimentos que os controlam e, principalmente, as amarras, os elementos, as instituições, os padrões, enfim, aquilo que os discursos e a homofobia buscam proteger.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

“Atrás das coisas há 'algo inteiramente diferente': não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas”

Foucault, 2009b, p. 18

Iniciamos a dissertação citando o artigo quinto da Constituição Federal do Brasil (1988) e o artigo primeiro da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que, de modo geral, afirmam que todas pessoas são livres e iguais em direito e dignidade. Nessa via, é função do Estado democrático do direito assegurar o reconhecimento da pluralidade de valores culturais e morais vivenciados no interior de uma mesma sociedade, esta tida como heterogênea e comprometida com a justiça e em assegurar a garantia universal dos direitos humanos e sociais para toda sua população (Tatiana Lionço & Debora Diniz, 2009).

O diálogo no âmbito do reconhecimento da cidadania e dos direitos humanos de LGBT esteve presente nas publicações brasileiras e está na base das discussões sobre homofobia. No percurso de construção desse trabalho localizamos a homofobia como objeto de estudo e suas relações com a produção e regulação do sexo, gênero, bem como da sexualidade. Como pôde ser observado, essas questões foram permeadas por discussões acerca do papel das instituições (em sua maioria, Estado, escola e família) na manutenção dos padrões dados como “normais”.

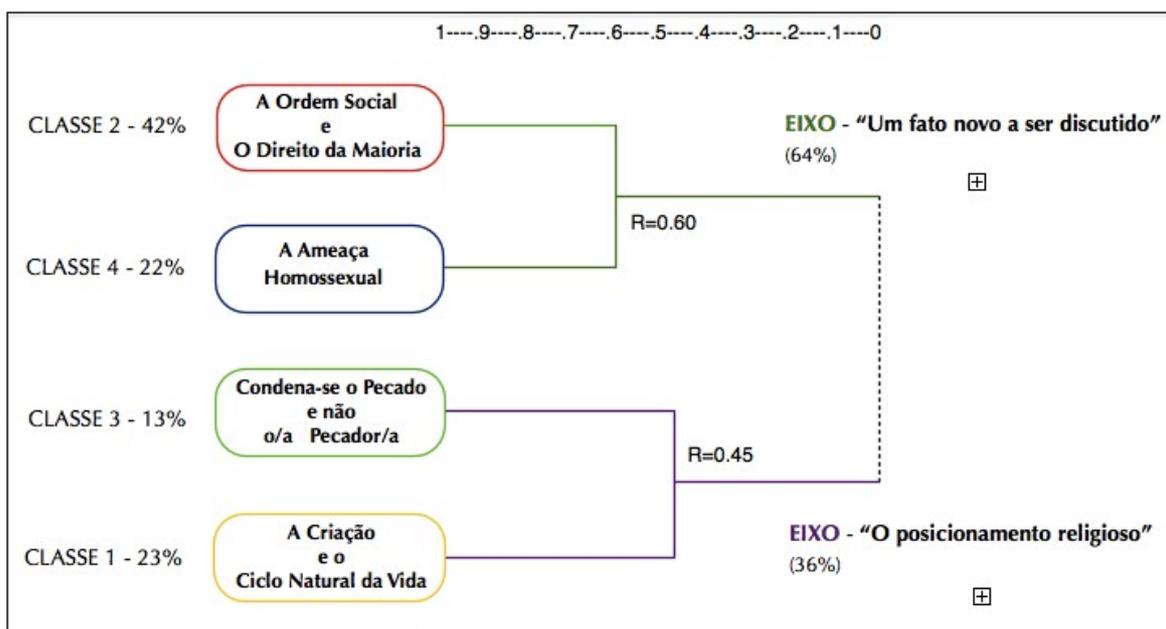
A união entre pessoas do mesmo sexo, objeto aqui investigado como propiciador do alcance de elementos que sustentam a homofobia, surge com destaque no contexto atual. No início deste trabalho a discussão sobre o reconhecimento da união civil homoafetiva foi suscitada pelo fato do reconhecimento desse direito pela Argentina. Vale ressaltar que antes da aprovação da Argentina, apenas a Cidade do México, em 2009, havia reconhecido a união homoafetiva na América Latina e Caribe (ILGA, 2011). Além do fato emblemático e polêmico e da proximidade geográfica, a tradicional rivalidade entre Brasil e Argentina contribuiu para a acalorada discussão.

A análise dos posicionamentos contrários à união homoafetiva enunciados nos fóruns virtuais de discussão sobre o tema serão apresentados a seguir. É importante pontuar que faremos uma leitura desses dados com base na classificação hierárquica descendente

(CHD) do *corpus* total analisado. Cabe retomar que a CHD organiza o *corpus* analisado em classes que, mesmo relacionadas (R), abordam temas particulares. Cada classe é composta por palavras em função de seu *khi-quadrado* ( $\chi^2$ ) que se refere ao seu índice de associação à classe. Nesse sentido, quanto maior o  $\chi^2$  da palavra, mais fortemente ela está relacionada à classe e maior é sua contribuição para seu significado. O sentido trazido pelas classes e eixos foi apreendido pelas pesquisadoras a partir da leitura das palavras trazidas pela CHD, bem como pelas unidades de contexto elementar (UCE), que são fragmentos do *corpus* selecionados pelo Alceste como representativos de cada uma das classes. Como base nisso, apresentaremos, a seguir, os dois eixos e suas respectivas classes em suas especificidades.

### O discurso comum contrário à união homoafetiva

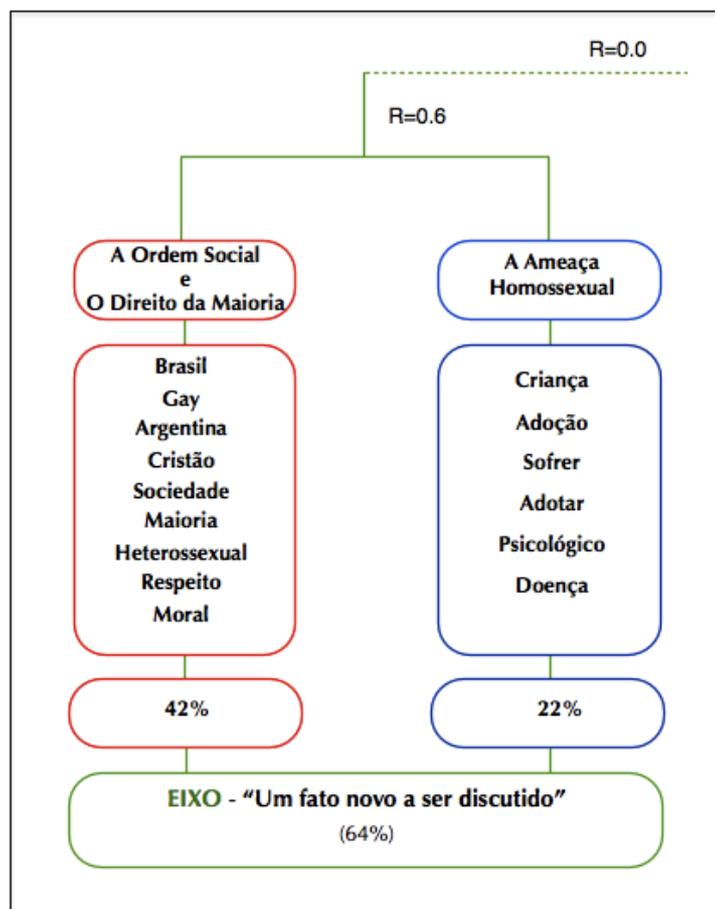
A análise desse discurso, por meio do programa Alceste, revelou o conteúdo organizado em dois eixos temáticos. O primeiro se refere a “*um fato novo a ser discutido*” e aborda a discussão direta sobre a união homoafetiva; o segundo está relacionado com “*o posicionamento religioso*” frente a esse fato. A distribuição do discurso em eixos e suas respectivas classes é apresentada pela Classificação Hierárquica Descendente do *corpus* total analisado, representado pela **figura 03**. Por essa figura pode ser observada a ligação (R) entre os eixos e as classes, que varia entre 0 (nula) e 1 (forte), bem como sua representatividade (em percentual) no *corpus* analisado.



**Figura 3.** Classificação Hierárquica Descendente do corpus total analisado fornecida pelo programa Alceste

Como pode ser observado, os dois eixos não mantêm relação entre si ( $R=0$ ). O primeiro eixo é composto pelas classes 2 e 4 que tratam, respectivamente, da “**ordem social e o direito da maioria**” e do “**a ameaça homossexual**”. Essas classes estão claramente relacionadas ( $R=0.60$ ) e juntas representam 64% do *corpus* analisado. Isso significa que aproximadamente dois terços dos discursos presentes no fórum de discussão sobre a união homoafetiva estão relacionados com a discussão de “**um fato novo a ser discutido**”. O segundo eixo comporta as classes 3 e 1, as quais mantêm uma relação apenas moderada ( $R=0.45$ ), foram denominadas “**condena-se o pecado e não o/a pecador/a**” e “**a criação e o ciclo natural da vida**” e juntas representam 36% do *corpus* analisado. A seguir apresentaremos os eixos e suas respectivas classes em suas especificidades.

#### Eixo – Um Fato Novo a Ser Discutido



**Figura 4.** Eixo 1 da Classificação Hierárquica Ascendente do corpus total analisado

O reconhecimento pelo Estado da união homoafetiva, que anteriormente poderia ser refletido em nossa sociedade como apenas um temor localizado no plano das ideias, passa a fazer parte de uma realidade próxima com a decisão ocorrida na Argentina, em Julho de 2010. Imediatamente, durante e após a decisão final da Corte Argentina, o acontecimento ganha *status* de fato real e, frente a isso, pressiona e exige que as pessoas se posicionem. Esse posicionamento acontece, em um primeiro momento, circunscrito diretamente pelo fato discutido. Nesse momento, as pessoas apresentam opiniões relacionadas à decisão na Argentina, apresentam a atual “ordem social” do Brasil e fazem projeções do modo como semelhante decisão em nosso país poderia atingir a sociedade como um todo. Nesse sentido, o primeiro eixo a ser apresentado diz respeito a “**um fato novo a ser discutido**” e representa 64% do *corpus* analisado.

Foi nesse eixo que a variável sexo do sujeito de pesquisa foi mais significativa, estando os sujeitos identificados como do sexo masculino associados à classe 2 e os do sexo feminino à classe 4. Uma reflexão sobre essas pertencas somente poderá ser realizada após a análise de cada uma das classes.

Pensando no processo de objetivação das representações, que diz respeito à colocar em imagens e tornar concretas noções abstratas (Jodelet, 1986), podemos objetivar as questões trazidas por este eixo na imagem da bandeira do Brasil.



**Figura 5.** Bandeira do Brasil

Esta bandeira traz em seu centro as palavras “Ordem e Progresso”, bem representando as noções pontuadas pelas classes, apresentadas a seguir, de uma nação democrática que é guiada e governada por uma maioria que estabelece a *ordem* para seguir com o *progresso*.

### **Classe 2 – A Ordem Social e o Direito da Maioria**

Essa classe trata da “**ordem social e do direito da maioria**” e representa 42% do *corpus* analisado, sendo a classe mais representativa do material analisado. Pode-se dizer que ela apresenta o *discurso popular* que sustenta o posicionamento contrário à união homoafetiva, no sentido que utiliza argumentos compartilhados pelo senso comum que embasam sua noção de homossexualidade, de direitos e de sociedade como um todo. Esse discurso pode ser, inicialmente, observado por meio da análise das palavras mais significativas que compõe a classe, e seus respectivos  $\chi^2$ , apresentadas na tabela 1.

**Tabela 1.** Palavras significativas da Classe 2

<b>Palavras Significativas</b>	<b><math>\chi^2</math></b>
Brasil	27
Gay	21
Quer	21
Lei	18
Argentina	17
Cristão	15
Sociedade	12
Homossexual	12
Casamento Gay	9
Maioria	9
Heterossexual	8
Atitude	8
Alguns	8
País	8
Respeito	8
Moral	8
<b>42%</b>	

Direcionad@s pelas propostas dos fóruns de se posicionarem com relação à decisão na Argentina e à suposta decisão semelhante no Brasil, @s participantes apresentaram o modo como concebem a sociedade para emitirem, então, suas opiniões. As palavras significativas da classe sugerem a apresentação de uma “**ordem social**” que é pautada nos direitos e valores de *maioria*. A sociedade, representada pela maioria, é pontuada como *cristã*, regida pela *moral* e *heterossexual*. Essa sociedade abomina a homossexualidade,

remetendo à Argentina a exclusividade do reconhecimento da união homoafetiva na América Latina e propondo a partida para lá de brasileir@s que desejem oficializar sua união com pessoas do mesmo sexo.

Pela articulação das UCEs mais representativas da classe é possível visualizarmos o sentido expresso @s respondentes. No que diz respeito à sociedade temos:

*Concordo plenamente [com a união homoafetiva], mas **somente lá na Argentina** e espero que os **interessados brasileiros** se mudem todos, mas todos mesmo, que **vão morar na Argentina**. Deixe o casamento gay para os *hermanos da Argentina!* Tomara que aqui no Brasil **nunca se aprove essa barbaridade**. Por que agora tudo é gay, gay, gay. E os heteros? Tem que pensar nos heteros que ainda são maioria. Isso é **uma aberração, contra as pessoas e a moral**, e também um agravo grotesco aos **costumes cristãos os quais são maioria no Brasil**. Todos **temos o mesmo direito** de estabelecer o que para nós é **correto ou não, não só homossexuais**, mas toda a sociedade. E a **sociedade à qual pertencemos ainda abomina tal prática e costume**.*

Alguns pontos trazidos @s participantes para se posicionarem contra a união homoafetiva merecem destaque. Ao contrário do que pontuamos anteriormente com relação ao Estado democrático do direito, que deve assegurar e reconhecer os direitos e valores de uma sociedade heterogênea, para @s respondentes a sociedade é e deve ser representada e guiada por uma maioria dita *heterossexual, cristã* e, portanto *correta*. É ela quem dita as normas, quem tem o poder de decisão sobre o que deve ou não ser aceitável socialmente e quem, assim, estabelece e regula uma ordem social. Nessa sociedade não há lugar para o diferente. O lugar de quem não se adequa às regras estabelecidas pela maioria é nesse caso a Argentina.

É interessante que o argumento de formar uma suposta maioria numérica parece fortalecer e dar destaque para essas pessoas de modo a legitimar um posicionamento que mantenha milhares de pessoas à margem da sociedade. Poderíamos pensar em uma tirania da maioria, no sentido trazido por Machado (2005), que se caracteriza pela intimidação de expressões contra-hegemônicas, pela restrição de ações e posicionamentos dissonantes dos seus e pela crença do dever à total submissão às deliberações votadas por ela. Esses argumentos nos levam às questões que concernem à concepção de que o reconhecimento de direitos, ou podemos ir além, a democracia, é guiada pela maioria e, essa discussão, não

parece se mostrar aberta ao diálogo com as diversidades. Ao contrário, as lutas da população LGBT por reconhecimento de direitos são tidas como um suposto *privilégio de direitos* requeridos por essa população, no sentido de que “*tem que pensar nos heteros que ainda são maioria*”.

Assim, de acordo com @s respondentes dos fóruns, a sociedade é guiada e representada com base nas decisões, crenças e valores de uma maioria. Cabe questionar, então, como é possível, em uma sociedade plural, refletir sobre os direitos de pessoas que não se enquadram (podemos dizer, que não cabem) nas normas e modelos impostos por essa maioria? Um modo possível que se iniciar essa [longa] discussão seria retomarmos e problematizarmos, ainda que brevemente, a noção de Estado que sustenta esses posicionamentos. Conforme apontam @s participantes dos fóruns, o posicionamento do Estado para tratar de questões complexas e polêmicas, como a união homoafetiva, deve se pautar pelo pensamento da maioria. Entretanto, como afirma em seus princípios o Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos LGBT (Brasil, 2009, p. 11), especificamente em se tratando das questões LGBT, “um Estado democrático do direito não pode aceitar práticas sociais e institucionais que criminalizam, estigmatizam e marginalizam as pessoas por motivo de sexo, orientação afetivo-sexual e/ou identidade de gênero”.

Assim, em contraposição à ideia trazida pel@s participantes, a concepção de Estado da qual partimos para discutir as questões relacionadas às diversidades, sejam elas de orientações sexuais, sexos, identidades de gênero, raça, etc, não seria a do Estado regulado pela maioria e sim daquele que se pauta no respeito às diversidades que compõem nossa sociedade. É importante pontuar que esta concepção de Estado está longe de ser um consenso, principalmente na área do Direito. No entanto, trazemos para reflexão o que acreditamos e o que a literatura sobre o tema apresenta serem formas possíveis de abarcar a heterogeneidade de pessoas existentes na sociedade – no que diz respeito à sua orientação afetivo-sexual, sexo, gênero, raça, posicionamento econômico e social etc – assegurando seu reconhecimento como sujeitos de direitos e, portanto, o exercício pleno de sua cidadania.

Embasada por concepções de normalidade determinada pela maioria também está a noção de homossexualidade trazida pel@s participantes. Esta pode ser exemplificada pelo seguinte trecho:

*Os gays têm todo direito de fazerem o que quiserem com sua opção sexual, só não podem é obrigar a sociedade brasileira a adotar suas atitudes. Se é normal para eles, não é para as pessoas direitas e corretas. Querem ser gay, sejam, mas não venham querer aparecer e andar por aí de mãos dadas, se beijando na frente de todo mundo.*

Se por um lado, como inicia o trecho, as pessoas homossexuais “*têm todo direito de fazerem o que quiserem com sua opção sexual*”, por outro essas pessoas *somente* não tem o direito de se exporem e de se relacionarem livremente com suas/seus parceir@s. Este posicionamento é um tanto contraditório, no sentido que afirma que as pessoas LGBT têm todos os direitos desde que não se exponham e interajam com mundo ou, podemos dizer, desde que não se torne visível, não se torne parte da realidade, em resumo, desde que não exista de modo explícito socialmente. Essa concepção vem acompanhada pela noção de que a homossexualidade é uma opção / uma escolha e como algo passível de ser aprendido.

Um fator que chama a atenção é o argumento de que a sexualidade está relacionada exclusivamente às vivências privadas do indivíduo. Esse argumento carrega a noção de que a sexualidade, mais especificamente a homossexualidade, está relacionada apenas à vivência de prazeres e afetos sexuais por pessoas do mesmo sexo. Porém, posta nessa direção, essa discussão não alcança as interdições sociais e, principalmente, as legais sofridas por pessoas em decorrência de sua orientação afetivo-sexual. Delegar a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros um não-lugar social é, por um lado, submetê-l@s ao local do Outro que, conforme Moscovici (2009), é legitimado o direito de violentar, discriminar e infligir sofrimentos sem reservas. Por outro lado, indo além, mas em caminho semelhante, é submetê-l@s ao campo da abjeção, que conforme atenta Judith Butler (2001) é a condição de seres que não gozam do *status* de sujeito e a quem são destinadas as zonas inóspitas da vida social. Assim, a armadilha [ou propriamente, a artimanha] em tratar a homossexualidade como algo privado oculta e distorce as reivindicações de LGBT que, no contexto atual, são pautadas principalmente na promoção e reconhecimento da cidadania e dos direitos humanos de LGBT.

A construção do *Outro* que se diferencia do *mesmo* / do *semelhante*, que aqui se põe como a distinção entre pessoas homo e heterossexuais, pode ser compreendida com base na análise dos processos de produção da alteridade. De acordo com (Jodelet, 1998), a alteridade é compreendida como a construção ou invenção simbólica e material desse *outro* ocorrida por meio do deslocamento da diferença para a exterioridade. Esse processo

é elaborado no âmbito de uma relação social e em torno de uma diferença. A autora afirma que em uma perspectiva psicossocial a alteridade deve ser pensada no interior de relações interpessoais, mas também intergrupais já que o eu (*ego*) e o outro (*alter*) se opõem no quadro de um *nós*. Nessa via, o *diferente* do *eu* ou do *nós* deve ser afastado, posto no campo do estranho, devido as suas características opostas. Assim, esse processo está relacionado à identidade, no sentido que a constituição do eu e do nós passa pela definição do que é o '*não eu*' e o '*não nós*' e essa diferenciação estaria direcionada à proteção do próprio grupo e à tipificação estereotipada e desvalorizante do diferente.

É interessante que a abordagem para a compreensão da alteridade trazida por Jodelet (1998) se aproxima da teoria da identidade social de Tajfel (1981) que, como dissemos anteriormente, sustenta que a definição de um grupo é definida pela comparação entre endogrupo e exogrupo. Isso significa que para que seja definida a identidade social de um grupo é necessário conceituar o que ele não é. É nesse sentido, que Tajfel afirmou que o preconceito estaria pautado por uma construção de uma identidade social positiva do endogrupo e a desvalorização do exogrupo. Além dessas relações entre endo e exogrupo, Jodelet (2005) acrescenta um terceiro elemento que influenciaria ativamente nessa relação binária entre o *eu* e o *outro* que seriam as expectativas, valores e crenças partilhados por uma terceira pessoa, grupo ou sociedade. Esses elementos influenciam o modo como o *eu* e o *outro* serão diferenciados. No caso da homofobia, especificamente, podemos pensar que uma série de valores e crenças preconceituosas sustentadas por uma sociedade homofóbica, atuam ativamente na diferenciação entre grupos ou pessoas hetero e homossexuais.

Nesta direção, podemos pensar e problematizar a [suposta] clara distinção entre homo e heterossexualidade. Retirando do plano das diferenças naturais, pode-se refletir sobre as condições de emergência da noção de homossexualidade. É importante salientar, aqui que não estamos negando a existência das relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo em períodos passados da história, mas investigando, especificamente o modo como a homo e a heterossexualidade são conceituada e compreendidas hoje. Simões e Regina Facchini (2008) pontuam que a noção de *homossexual* é estabelecida no campo das ciências biológicas do século XIX. Articulada às condições biológicas, essa noção estava orientada por uma gama de preocupações morais e políticas que buscavam identificar os fatores que poderiam causar danos à família e, como consequência, à nação. Esses fatores seriam, especificamente, as anomalias, perversões e ameaças no âmbito da sexualidade. Como afirmam Simões e Facchini, pelo mapeamento das ditas anomalias sexuais, um modelo ideal de sexualidade saudável e moral foi estabelecido, pautado na

heterossexualidade, na coerência entre identidade de gênero e sexo biológico e na união conjugal e monogâmica entre pessoas de sexo diferente e voltada para procriação.

A palavra *homossexual* parece ter sido utilizada pela primeira vez em 1869 pelo jornalista Karl-Maria Benkert, em um contexto de protesto contra a lei prussiana que previa punição para a sodomia masculina. Assim, se antes a relação entre pessoas do mesmo sexo, como afirma Louro (2009), era considerada no campo do pecado, como um erro eventual, a partir das formulações acerca da homossexualidade, ela passa a ser colocada no sentido de que as práticas sexuais dos sujeitos revelam a *verdade* do sujeito. De acordo com esta autora, para este sujeito seria preciso criar e introduzir uma série de ações de ordem jurídica, religiosa e/ou educativa visando puni-lo ou recuperá-lo, pelo que lhe era imposto a reclusão ou a regeneração.

Como pontuamos anteriormente, a categorização do eu / nós vem fundamentada na distinção do outro. Nesse sentido, uma vez nomeada a homossexualidade e @ homossexual, há também a necessidade de nomeação do sujeito e da prática que lhe servem de referência, tem-se, então, a heterossexualidade e @ heterossexual. Como pontua Louro (2009), “até então, o que era 'normal' não tinha um nome. Era evidente por si mesmo, onipresente e, conseqüentemente (por mais paradoxal que pareça), invisível. O que, até então, não precisara ser marcado agora tinha de ser identificado”. É assim que, especificamente, como indica Katz (1996) sobre o que ele denomina a *invenção da heterossexualidade*, o termo heterossexualidade passa a circular na sociedade apenas no primeiro quarto do século XX, por volta do ano de 1901, quando foi incluída a palavra heterossexual no *Oxford English Dictionary Supplement* para contrapor aquilo que era descrito e identificado como homossexual. É nesse contexto que as oposições dicotômicas entre homo e heterossexualidade / homo e heterossexual são estabelecidas e passam a atuar de modo a definir práticas e sujeitos.

Essa especificação da homossexualidade e heterossexualidade como categorias estão inseridas no processo daquilo que Foucault (2006) chamou de *implantação perversa* do dispositivo da sexualidade. De acordo com Foucault, a noção de homossexualidade surge no momento em que o foco está voltado para as sexualidades periféricas – o que provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. Nesse sentido, a figura d@ homossexual está pautada em sua sexualidade. Como incorpora a perversão, tudo que ele é está relacionado a sua sexualidade. Nas palavras de Foucault, “ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscritas sem pudor na sua face e no seu corpo” (p. 50).

Assim, como que para marcar esse posicionamento, produzir e controlar esse sujeito e os que dele devem se diferenciar, podemos indicar que a [homo]sexualidade aparece nos discursos dos fóruns como a delimitação / limitação daquilo que é diferente do *eu* e que pertencem e concretiza apenas o Outro – aquele que deve ser diferenciado do eu – que é, portanto, a quem *eu* tenho o *direito* de marcar como diferente, de excluir e, em uma sociedade guiada pela maioria, o *dever* de expurgar.

Por fim, retomando as questões da “**ordem social e do direito da maioria**”, trazidas por essa classe, pudemos ver ao longo da dissertação que hoje as questões relativas a LGBT estão, basicamente, pautadas no reconhecimento de direitos e cidadania. Nesse sentido, como foi dito, diferente do modo como @s participantes trataram o tema, o direito de ter uma união reconhecida pelo Estado não está relacionada apenas a uma vontade individual de LGBT, está inserida no campo de discussão dos direitos dessas pessoas enquanto cidadãs. No sentido trazido de que a maioria seria a responsável por ditar normas sociais e também legais, uma proposta interessante para pensar a democracia, muitas vezes tratadas em consonância com as opiniões d@s participantes do fórum, faz-se relevante.

Sarah Escorel (1993), em seu artigo intitulado *Exclusão social: fenômeno totalitário na democracia brasileira*, apoiada em Hannah Arendt traz o que ela denomina de conteúdo substantivo para a democracia. Uma democracia *integral* / uma cidadania *plena* estaria relacionada à possibilidade concreta e cotidiana do exercício de direitos civis, políticos e sociais por parte de todos os indivíduos. Considerando as pessoas em sua individualidade e heterogeneidade, ela aponta como princípios constitutivos da democracia a igualdade entre as pessoas, adquirida pela cidadania, pelo direito de ter direitos iguais. Aqui, podemos retomar o argumento de um suposto privilégio d@s LGBT com relação ao reconhecimento de direitos representado pela fala: “*Por que agora tudo é gay, gay, gay. E os heteros? Tem que pensar nos heteros que ainda são maioria*”. Não se trata, assim, de pessoas LGBT terem mais direitos que as pessoas heterossexuais, mas sim do “direito de terem direitos iguais”. É importante indicar que essa discussão pode estar inserida em um dos campos mais complexos na área do Direito: a construção e reconstrução dos limites que separam o direito público e o direito privado<sup>7</sup>.

Para finalizar, é importante salientar, como afirma Escorel (1993), que embora a Constituição Federal de 1988 tenha aprovado um amplo conjunto de direitos sociais, ou seja, efetuado sua institucionalização formal, uma parte significativa da população brasileira se encontra “marginalizada do processo econômico e excluída do processo

---

7 Para aprofundar essa discussão recomendamos a leitura de Kaufmann (2003).

político-social” (p. 47). Essa exclusão e marginalização estariam intrinsecamente relacionadas à desigualdade social e econômica da população. E é nesse contexto que as críticas de Escorel se estabelecem. Ela afirma que “se há efetivamente uma imensa dificuldade para o exercício pleno da cidadania por parte da população de marginalizados do sistema social e econômico, há também uma atuação concreta e cotidiana do Estado no sentido de mantê-los nessa situação” (p. 48).

Se é importante refletirmos sobre o modo como o Estado se posiciona com relação ao combate às marginalizações e aos processos de violência e exclusão, apoiando-nos em Foucault (2006) concebemos que o poder não é algo que pertence a alguém, ele se estabelece nas relações. Assim, podemos pensar que não apenas o Estado mantém essa situação de marginalização e exclusão. A homofobia, como um dispositivo, atua cotidianamente na produção e regulação desses corpos e comportamentos indesejáveis e inaceitáveis socialmente. Afinal, é necessário que seja concretizada essa figura do Outro 'anormal' para que se possa ser definido o que é correto, o que é posto como norma. Tal como um dispositivo que produz aquilo que visa regular. Porém, que outros elementos estariam envolvidos na homofobia? Sigamos com nossas análises.

#### ***Classe 4 – A Ameaça Homossexual***

Relacionada ( $R=0.6$ ) à “**ordem social e o direito da maioria**” (classe 2), encontra-se a classe 4, denominada “**a ameaça homossexual**”. Esta classe representa 22% do *corpus* analisado e suas palavras mais significativas estão dispostas na **Tabela 2**.

**Tabela 2.** Palavras significativas da Classe 4

<b>Palavras Significativas</b>	<b><math>\chi^2</math></b>
Criança	82
Adoção	24
Sofrer	24
Adotar	19
Imagina	18
Ano	16
União	15
Envolve	14
Psicológico	14
Sexo	13

Diferente	13
Doença	12
<hr/> <b>22%</b> <hr/>	

Como pode ser observado, essa classe centra seu discurso na *criança* que poderia ser *adotada* por um casal homoafetivo. No mesmo contexto em que foi tratada a união homoafetiva pela classe anterior, com relação aos direitos da maioria e concebendo a homossexualidade como um assunto a ser tratado em âmbito individual, a adoção de uma criança é aqui discutida, primeiramente, como uma questão que atenderia apenas o desejo dos casais e desrespeitariam os direitos da criança. Pela articulação de algumas das UCEs mais significativas da classe, podemos analisar esses discursos.

*Me desculpem a sinceridade, mas tem que matar umas desgraças dessas [homossexuais]. Absolutamente indefensável é a adoção de crianças por parceiros do mesmo sexo. Isso seria atender **exclusivamente o desejo dos que pretendem adotar**. Nesse caso, a **criança** a ser adotada já tem seus **direitos ignorados** desde a adoção. O adotado é incapaz de manifestar a sua vontade e de **medir as consequências do preconceito** que certamente e infelizmente ele sofrerá.*

Além de desrespeito à criança, as consequências da adoção poderiam ser, conforme afirmam, prejudiciais para o desenvolvimento infantil.

*Imagine na escola a criança vai ver que seus pais são diferentes dos outros, seus pais não são João e Maria e sim João e José. Que **referência** essa criança vai ter? [Outra questão é que] uma criança crescendo em um **meio que não lhe é próprio** terá ao longo do tempo algumas **alterações psicológicas** de formação, tanto pelo fato de não ter um pai, de ser ridicularizada pelos colegas etc.*

Pelos discursos podemos constatar que para @s participantes dos fóruns não apenas os direitos das crianças (pode-se dizer: a *pais normais*) são violados caso seja reconhecido às pessoas LGBT o direito à união e posterior e, conseqüentemente, o direito à adoção, mas também a saúde mental dessas crianças é colocada em risco. Sobre o assunto é importante salientar que, no ano de 2008, o Conselho Federal de Psicologia lança uma cartilha,

nomeada “*Adoção: um direito de todos e todas*”, que visa trazer as contribuições da Psicologia para a discussão da homoparentalidade<sup>8</sup>. De modo geral, podemos considerar que essa cartilha representa o empenho da Ciência Psicológica brasileira para derrubar preconceitos no sentido de que a adoção por casais ou pessoas que mantêm relacionamentos homoafetivo possa acarretar quaisquer problemas para a criança adotada. Esta cartilha afirma que são as condições subjetivas de pessoas, de qualquer orientação afetivo-sexual, que devem ser consideradas para a discussão de desempenho de papéis parentais e vinculação afetiva com as crianças ou adolescentes a serem adotad@s (CFP, 2008).

O que pode ser problematizado é que aceitar novas configurações familiares, como afirma Silva (2008), coloca em risco a concepção heteronormatizada de família, ou seja, da família composta por pessoa ou casal heterossexual, como o único modelo possível de família. E essa questão foi também pontuada pel@s participantes dos fóruns.

*Sou contra o casamento gay. Vai **contra o ideal familiar**, principalmente, se houver filhos. Uma **criança precisa das figuras paterna e materna**. Não acho um retrocesso proibir o casamento gay, uma vez que **nem a natureza permitiu a formação da família, natural**. [Assim], se a **família** pudesse ser construída a partir da união de pessoas do mesmo sexo, ambos seriam **naturalmente capazes de gerar descendentes**. Se é pra **acasalar esse ato geraria uma vida**, um novo ser, coisa impossível na relação de seres do mesmo sexo. Para mim quem deseja ser **gay** é uma **questão de escolha não de natureza (natural)**, pode ser, ou melhor, procurem **tratamento**.*

Em um primeiro momento, os argumentos que sustentaram a questão da adoção poderiam ter sido compreendidos como uma forma de preocupação d@s participantes com relação ao futuro e à saúde psíquica das crianças. Entretanto, esses argumentos parecem encobrir a noção de que mulher e homem devem se unir para procriar e formar uma família. Corroborando a reflexão de Silva (2008), a noção trazida de *família natural que gera descendentes* é, assim, utilizada para deslegitimar outras formas de agrupamento de pessoas não heterossexual como passíveis de constituir uma família.

O posicionamento contrário à união homoafetiva e à adoção é ancorado na concepção heteronormativa de família. Essa concepção, por sua vez, está relacionada ao

---

8 Caso em que @ adotante ou pelo menos uma pessoa do casal adotante considera-se homossexual.

modo como a homossexualidade é concebida: como doença e como algo que pode ser escolhido.

*Há 100 anos, aproximadamente, ser gay era considerado uma **doença**, hoje não é mais, e a **mídia** ainda **divulga** que é **bonito** ter tal comportamento. É a coisa mais **nojenta** e burra que o animal ser humano já **inventou**. No meu entendimento isso é uma **doença** sim, a pessoa doente não pede para ficar doente e muitas vezes demora a descobrir que é doente. [O que] eu fico imaginando é se em 100 anos tivemos tal **evolução** no comportamento humano, logo veremos também a **pedofilia** sendo tratada como algo **natural**.*

A natureza determinaria o que é o natural e, assim, o normal. Nesse caso, os comportamentos contra-natureza / anormais seriam, então, *inventados* pelas pessoas. Na visão d@s participantes dos fóruns essas pessoas seriam *doentes* e, por isso, deveriam *buscar tratamento*. É interessante percebermos que, diferente da primeira classe apresentada, que pautava seus argumentos acerca do modo como a ordem social é constituída em concepções partilhadas pelo pensamento dito popular, do senso comum, nesta classe as discussões aparecem embasadas pelo conhecimento reificado / sistematizado da ciência – e em destaque, as ciências Psi (Psicologia e Psiquiatria).

A homofobia clínica, como denomina Borrillo (2010), diz respeito ao modo como as ciências instituíram verdades sobre o sexo e circunscreveram, assim, a homossexualidade. O autor aponta que a força normativa do casal homossexual, que rejeita tanto o celibato quanto a homossexualidade, será regulada menos pelas leis divinas e pelo direito e virá, principalmente, da área médica. Nesse período, conforme afirmam Simões e Facchini (2008), a sexologia emergente contribuiu para a definição do homossexual como um tipo específico de pessoa. Foi nesse período, também, entre os séculos XVIII e XIX que, como afirma Foucault (2006) surge a necessidade de romper e superar moralismos. Assim, o sexo e as questões a ele relacionadas passam a ser tratadas no âmbito das ciências, principalmente, da medicina, psiquiatria e da justiça penal. É pela *Scientia Sexualis* instituída nas sociedades ocidentais que um grande aparato de produzir verdades sobre o sexo e a sexualidade das pessoas é produzido. Eis, então, parte do controle exercido pelo dispositivo da sexualidade.

Foi nesse sentido que uma série de formulações médicas surgiram relacionando a homossexualidade à doença, como uma 'inversão sexual' decorrente de causas biológicas

relacionadas à patologias congênitas, degeneração hereditária ou disfunções hormonais. Um marco importante da sexologia européia foi a publicação do livro *Psychopathia Sexualis*, em 1886, por Krafft-Ebing que trazia uma vasta lista de transtornos sexuais produzida a partir de informações vindas de casos clínicos, relatos de pessoas e outras especulações sobre aberrações, anomalias e perversões sexuais (Simões & Facchini, 2008). É importante salientar que as organizações internacionais e nacionais responsáveis por classificar doenças e transtornos há muito já retiram a homossexualidade de suas listas, são elas: *American Psychological Association* (APA) em 1970, e a Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1993 dentre as organizações internacionais; e o Conselho Federal de Medicina (em 1985) e o Conselho Federal de Psicologia (em 1999).

A hostilidade à homossexualidade, sustentada como *doença*, apresentada pel@s participantes dos fóruns é agravada quando esta começa a requerer o *status* de normal por meio da exigência por equiparação de direitos, como dito na classe anterior, e a ser difundida pela *mídia* como um *comportamento bonito*. Nesse momento, ela deixa de ser uma doença de nível individual e passa a atingir e ameaçar a vida de outras pessoas: no caso, de crianças por meio da pedofilia.

No contexto político atual do Brasil, o binômio homossexualidade-pedofilia tem sido muito utilizado por parlamentares e religiosos@s contrári@s às ações voltadas para o combate à homofobia. Podemos citar o exemplo de duas pessoas públicas que há tempos dedicam-se com veemência para o combate de projetos e medidas que visam o reconhecimento de direitos e cidadania LGBT e o combate à homofobia, são eles: o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) e o pastor e líder da igreja Assembléia de Deus - Vitória em Cristo, Silas Malafaia. Em 2008, o pastor entregou um documento ao presidente do Senado brasileiro contra a aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 122/06. Vale lembrar que este projeto, que tramita hoje no Senado brasileiro, altera a Lei n.º 7716 que prevê que punição para crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, adicionando a esses as motivações por gênero, sexo, orientação afetivo-sexual e identidade de gênero (Brasil, 2006). De acordo com Malafaia, "esse projeto de livre expressão sexual abre as portas para a pedofilia e é uma afronta à Constituição e à família" (magnomalta.com, 2008).

Enquanto Malafaia discute as questões relacionadas à homossexualidade com base em preceitos religiosos, Bolsonaro é um militar da reserva que nos últimos anos tem se destacado por comportamentos declaradamente homofóbicos e racistas. No ano de 2011, o deputado atuou intensamente contra a publicação e distribuição do kit educativo do Projeto

*Escola Sem Homofobia*, mais conhecido como *kit de anti-homofobia* ou, pela denominação pejorativa dada por Jair Bolsonaro, de *Kit Gay*. Este kit era direcionado a estudantes do ensino médio e continha materiais que versavam sobre as diversidades de orientações sexuais e identidades de gêneros. Nesse contexto, o deputado faz um alerta aos pais acerca deste kit, com o qual “com a mentira de estar combatendo a homofobia, eles estão estimulando o homossexualismo e abrindo as portas para a pedofilia” (O Globo, 2011). Ele afirma ainda que “se lutar para impedir a distribuição do *kit-gay* nas escolas de ensino fundamental com a intenção de estimular o homossexualismo, em verdadeira afronta à família é ser preconceituoso, então sou preconceituoso, com muito orgulho” (Revista Época, 2011).

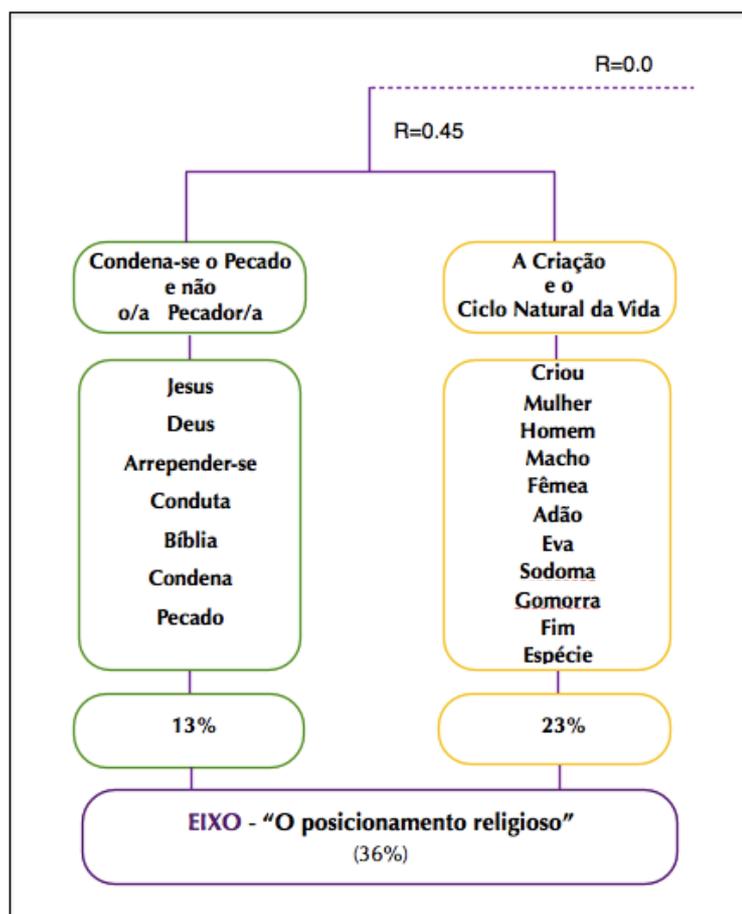
Dado os exemplos, observamos que adicionado à concepção de homossexualidade como doença está a noção de que essa pode atingir e violentar crianças na forma da pedofilia. Essa, **ameaça homossexual**, representa um risco ou caminho para o fim da família. A partir dessas relações, cabe-nos pensar: haveria, assim, relação entre o modo tão feroz como a proibição da adoção por pessoas homossexuais foi pontuada, a negação da possibilidade de constituição de uma família por essas pessoas e a pedofilia agora anunciada? Certamente a resposta a essa pergunta demanda um grande investimento em pesquisas e reflexões sobre o assunto. Por hora, corroborando Simões e Facchini (2008), podemos pontuar que as reivindicações para o reconhecimento das uniões homoafetivas, do reconhecimento dessas uniões como entidade familiar e da legitimação dos direitos de adoção por pessoas ou casais homoafetivos colocam em pauta para a discussão os pressupostos legais e culturais para a formação de casal, do casamento e da família. E é nesse caminho que estamos percorrendo que aos poucos adentramos aos porões que abrigam os elementos que sustentam a homofobia.

Mas antes, após termos conhecido as questões trazidas pela classe, retomemos a variável sexo que está relacionada a esse eixo. Como ser visto, a classe 2 diz respeito aos aspectos normativos do eixo, apresentando uma noção de que a **ordem social** está relacionada ao **direito da maioria**. Por outro lado, a classe 4 apresenta as preocupações com as crianças e o futuro da sociedade dada à **ameaça homossexual**. Assim, podemos indicar a coerência entre os participantes do sexo masculino estarem associados à classe 2 e as do sexo feminino à classe 4, no sentido de que o primeiro parece ditar as regras e se ocupar de regular a sociedade e a segunda se preocupa com o futuro e cuida para que suas crianças e sua família não sejam atingidas pela **ameaça homossexual**. Aqui, podemos perceber a clássica divisão social entre homens que ordenam e direcionam a vida pública e

mulheres que definidas pelo ser mãe e sua eterna preocupação com as crianças e seu futuro. Nesse sentido, é válido refletir a fala de Wittig (2007) quando ela aponta que a heterossexualidade é uma construção cultural que justifica o sistema da dominação social fundada sobre a função da reprodução obrigatória pelas mulheres. Ou melhor, afirma a autora, na confiscação da reprodução pelas mulheres e de ‘pessoas’ físicas pelos homens.

As próximas análises poderão elucidar essa reflexão inicial.

### Eixo – O Posicionamento Religioso



**Figura 6.** Eixo 2 da Classificação Hierárquica Ascendente do corpus total analisado

Este eixo congrega um discurso puramente religioso que representa 36% do corpus total analisado. É importante que fique explícito que este é um discurso partilhado pel@s participantes dos fóruns analisados e que, portanto, não está relacionado ao discurso representativo de pessoas com determinadas crenças e posicionamentos religiosos. É nesse sentido que o objetivo da análise desses dados não está diretamente relacionado a uma leitura crítica das religiões.

Reconhecemos, como viemos afirmando ao longo desse trabalho, que nenhuma análise é neutra, desde a escolha do objeto à leitura dos resultados da pesquisa, enquanto pesquisadoras nos envolvemos e nos posicionamos criticamente embasadas por uma gama de teorias. No entanto, nosso objetivo não é criticar e julgar especificamente as religiões que partilham determinadas crenças. Nossa atenção será voltada sim para uma análise crítica dos elementos que sustentam os posicionamentos e de suas possíveis implicações.

Nesse sentido, um apontamento se faz necessário. Mesmo que as reivindicações dos Movimentos LGBT não estejam relacionadas ao reconhecimento da união homoafetiva pelas igrejas e religiões, e sim pelo Estado (que vale afirmar, é laico), o modo como os fóruns abordaram o assunto e questionaram @s participantes, utilizando-se a casamento ao invés de termos como união ou parceria civil, pode ter dado espaço para a colocação dos discursos em termos religiosos. No entanto, mesmo que tenha havido essa reação ao questionamento proposto e/ou esse direcionamento por parte dos fóruns, os discursos que se articulam nas classes 3 e 1 trazem elementos que nos permitem ir além da discussão sobre se o tema é tratado no âmbito do reconhecimento desse direito pelas igrejas/religiões ou pelo Estado e alcançar alguns dos elementos, das crenças, opiniões e valores que embasam a homofobia.

Por ser um eixo pautado na noção de que Deus criou e governa o mundo e todas as criaturas que nele habitam apresentamos a clássica pintura de Michelângelo, representando a criação de Adão por Deus, para objetivar os conteúdos trazidos por esse eixo. A palavra de ordem neste eixo seria: “Crescei e multiplicai-vos”.



**Figura 7.** “A Criação de Adão” - Pintura de Michelângelo no teto da Capela Sistina.

As classes que o compõem poderão ser melhor avaliadas pela análise de das especificidades, que serão apresentadas a seguir.

**Classe 3 - *Condena-se o pecado e não o/a pecador/a***

A classe 3 representa 13% do *corpus* total analisado e está claramente relacionada (R= 0.6) com a classe 1 - “**a criação e o ciclo natural da vida**”. Como pode ser observado na **Tabela 3**, esta classe apresenta como palavras mais significativas *Deus*, *Jesus* e o livro bíblico *Epístola de São Paulo aos Romanos*, o que significa que o discurso aqui representado se refere ao discurso contrário à união homoafetiva baseado na Bíblia.

Esta classe associa a homossexualidade a uma *conduta contrária* às leis de Deus, sendo assim, um *pecado abominável*. Ela ressalta que a *Bíblia condena* tal prática e, por isso, prega a necessidade de *arrependimento* daquel@s que permanecem no *caminho errado*. E é nesse sentido que o argumento “**condena-se o pecado e não o/a pecador/a**” se apresenta como representativo da classe 3.

**Tabela 3.** Palavras significativas da Classe 3

<b>Palavras Significativas</b>	<b><math>\chi^2</math></b>
Jesus	63
Deus	45
Romanos	36
Arreponder-se	28
Conduta	28
Bíblia	27
Caminho	21
Céu	21
Condena	19
Verdadeiro	16
Mudar	14
Contrário	11
Comete	10
Pecado	9
Abomina / abominável	7
<b>13%</b>	

A partir de discursos elaborados com as UCEs mais significativas, podemos

investigar as particularidades do discurso trazido por essa classe. As preocupações trazidas pelos sujeitos e alguns de seus questionamentos podem ser traduzidos em:

*“O mundo como conhecíamos agora é só uma lembrança. Quem criou esse **novo mundo**? As pessoas **renunciam** a Jesus Cristo **contrariando** seus ensinamentos, vivendo segundo a vontade de um novo líder que libera tudo o que Deus **abomina**. E onde fica Deus em tudo isso? O **universo possui leis naturais**. Quem **contraria** essas leis, precisa ter consciência de que **será cobrado um dia**”.*

Pautad@s pela noção de que Deus criou o universo e de que este é regido por leis naturais e podemos supor, imutáveis, @s participantes do fórum questionam o modo de vida de “pessoas [que] *renunciam a Jesus Cristo contrariando seus ensinamentos*”, neste caso das pessoas não heterossexuais, e alertam que este comportamento “*será cobrado um dia*”. Esses sujeitos ressaltam que

*“Na **Bíblia** que é onde se encontram as **verdadeiras respostas**, [está que] o senhor Deus **não despreza a pessoa do homossexual e sim o pecado terrível que comete**. Amar ao próximo é diferente de concordar com conduta, Deus ama o pecador, mas não o pecado. [...] A Bíblia condena esse tipo de coisa que é abominável aos olhos de Deus. Veja o que diz em Romanos 1:19. 1:13; Levítico v. 18. 22, 20. 13; Romanos 1:18 31. [Desse modo] os que mantêm hábitos homossexuais precisam **reconhecer seu pecado**, arrepender-se e **confessá-lo** a Jesus. Deus quer **arrependimento** através de Jesus. Deus é amor mas também justiça (leia **Romanos 1: 27**). [...] Está na Bíblia, em **Coríntios**, capítulo 13, uma das vezes que Jesus fala sobre o amor. E isso sim é **verdadeiro**. Entre irmãos e homem e mulher. Também está em Romanos, capítulo 1, o que Jesus fala sobre **homossexualidade** e também fala em **apocalipse**. Quem acredita de verdade em Deus lê a Bíblia e a Bíblia é bem clara nesse aspecto, todos que **escolhem** esse **caminho errado** ainda podem se **arrepender** que Deus **perdoa**. Deus é tão bom e tão misericordioso que se algum gay se arrepender ainda em vida e procurar mudar sua **prática**, Deus o **perdoa**”.*

Como pode ser observado, @s participantes dos fóruns afirmam que a Bíblia, que representaria as palavras de Deus e de Jesus, traz *as verdadeiras respostas* e que ela é *clara e condena a conduta e os hábitos homossexuais*. Sendo assim, @s homossexuais deveriam *reconhecer / confessar* o seu *pecado* e se *arrepender* para que possam receber o *perdão de Deus*.

No entanto, el@s pontuam:

*Mas Deus não é **idiota** de aceitar; Ele jamais aceitou essa **blasfêmia e distorção**. Aqui esses **lobos** podem fazer o que quiser, mas lá **no céu não entrarão efeminado nem sodomita** [Coríntios, 6:10]. Deus irá julgá-los para a **condenação eterna junto com o diabo**. Vocês estão indo contra Deus e Deus vai cobrar de vocês tudo isso no dia do juízo final onde todos comparecerão diante do tribunal de Cristo. Ainda que a **sociedade aceite tal prática**, a **verdade** é que, à luz da Bíblia, o **homossexualismo** representa um **desvio comportamental pecaminoso e condenado por Deus** (Gênesis). Os doutores da lei se vangloriam de algo terrivelmente abominável que Deus condena, são pessoas que são **néscias e infiéis**. Vocês estão aderindo às práticas do inimigo, do diabo, vocês são tão **burros** que o que ele diz, o **diabo**, vocês estão indo na dele e, no final de tudo que há por vir, ele (o diabo) vai rir de vocês [...] Isso não é de Deus. Isso é **imoral**. A Bíblia diz em Levítico 18: 22 com homem não te deitarás, como se fosse mulher. **É abominação**. Examinem o comentário bíblico, nos dias de Noé e Ló, o que aconteceu, qual o alerta que o salvador Jesus Cristo deixou no novo testamento? Romanos 1: 26 por isso **Deus os abandonou às paixões infames**. Porque até as suas mulheres **mudaram o uso natural em uso contrário à natureza**”.*

Se os primeiros discursos apresentaram preocupações e forneceram uma série de direcionamentos com base *na verdade* trazida pelos escritos bíblicos, esse último vem essencialmente em tom de condenação. O mesmo Deus que é *perdão*, “*não é idiota de aceitar [...] essa blasfêmia e distorção*”. Esse discurso afirma que haverá consequências para aquel@s que apresentam esse tipo de “*desvio comportamental pecaminoso e condenado por Deus*” que mudou o “*uso natural*” do corpo / dos prazeres, “*no contrário à natureza*”. Essas pessoas *burras, néscias e infiéis* responderão por essa *prática abominável* “*diante do tribunal de Cristo*”. @s participantes advertem ainda para “*o alerta*

*que o salvador Jesus Cristo deixou no novo testamento”.*

Vemos, então, um apanhado geral das crenças e valores que também sustentam o posicionamento contrário à união homoafetiva e que embasam, assim, a homofobia. Pela crença que *a verdade* está posta nos escritos bíblicos, essas pessoas analisam a homossexualidade como uma conduta passível de ser modificada ou mesmo sublimada – como afirma um participante: “*eles [homossexuais] deviam é se tratar com psicólogos [... ou] se conformar e sublimar [...]. Procurar uma religião ajuda muito*”. Esse posicionamento está em consonância ao que foi apresentado na classe 2 (“**a ordem social e o direito da maioria**”).

Sabendo que estes posicionamentos se ancoram em preceitos bíblicos, é importante ir além e questionar o que estes escritos sustentam como verdade. Conforme dito anteriormente, a homossexualidade, bem como a heterossexualidade, não foi desde sempre reconhecida como categoria definidora de condutas e identidade. Aí estaria uma dificuldade, conforme Borrillo (2010) afirma, em pensar a homossexualidade e a homofobia em tempos remotos da história da sociedade ocidental. No entanto, corroborando os dados dessa pesquisa, o autor pontua que os elementos que anunciam uma hostilidade voltada para lésbicas e gays emanam da tradição judaico-cristã. Seria a partir do Cristianismo que a homossexualidade passa a ser tida como contranatural e, assim, a localizar aquelas que 'a praticam' fora da Salvação, ou seja, contrariando as leis divinas.

Ao se remeter às relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo na Grécia e Roma antigas, Borrillo (2010) aponta que a dicotomia macho / fêmea e ativo / passivo era definidora de papéis sociais, acesso ao poder e posição social relacionada a seu sexo, gênero e classe social, em que o masculino está relacionado à atividade, definidora da virilidade e ocupava, assim, a posição de privilégios sociais, ao contrário do feminino. Esse sistema patriarcal, calcado na dominação masculina, consolida-se com a tradição judaico-cristã e ainda é fortalecida pelo acréscimo da dicotomia das relações hetero e homossexuais – em que a primeira é tida como natural, como normal e está em conformidade com as leis divinas.

No intuito de investigar a gênese e o significado da homofobia no Brasil, Mott (2001) retoma quatro mil anos até chegar a Abraão, que seria o escolhido de Deus para formar um povo predestinado. Assim, descendentes de Abraão, a população cristã, judia e muçulmana seriam herdeiras dessa missão demográfica pró-natalista. A religião e a moral compartilhada se afirmam com base nas ordens divinas que o sexo é destinado, exclusivamente, para a reprodução da espécie. Deste modo, é condenado com rigor todo

comportamento sexual que fuja ao seu objetivo. Como afirma Borrillo (2010), o povo eleito passa a considerar o esperma como um elemento sagrado e qualquer desperdício será passível de condenação. Como práticas nefandas serão tidas a masturbação, o sexo oral, a cópula anal e qualquer outra prática em que o sêmen não seja utilizado com a finalidade de gerar descendentes. Aqui, outra crença circunda esse pensamento no que se refere à abominação da prática sexual sem o objetivo de procriação. Como aponta Mott, esse povo aguardava o nascimento de um novo Messias que viria a partir de uma cópula heterossexual e, assim, *“ao se desperdiçar o sêmen, não era apenas um novo pastor/guerreiro que deixava de nascer, mas o próprio Messias estava sendo impedido de trazer a felicidade ao povo eleito, um crime de lesa-divindade”* (p. 4).

Quando a relação envolve dois homens, a gravidade da situação é acentuada, já que há dissipação do 'material precioso' de duas pessoas. Porém, é importante salientar, também, que além do desperdício de sêmen na relação sexual entre dois homens, um outro problema se faz presente que é a submissão de um homem a outro homem, *como se fosse mulher*, caracterizada pela passividade no ato da relação sexual. Em Levítico, na Bíblia, encontra-se o embasamento desta reflexão, ao orientar que o homem *“com homem não te deitarás, como se fosse mulher; abominação é”* (18:22). A punição que acompanha tal ato vem também com força: *“Se um homem se deitar com outro homem, como se fosse com mulher, ambos terão praticado abominação; certamente serão mortos; o seu sangue será sobre eles”* (20:13).

Nesse sentido, novamente uma misoginia que sustenta e é sustentada pela dicotomia homem/ativo e mulher/passiva reina. Pode-se indicar que, desde as passagens bíblicas, até outras crenças e valores que ainda hoje ancoram o posicionamento homofóbico d@s participantes dos fóruns estão relacionadas à misoginia, abominando que um homem se passe pela função determinada de uma mulher que é ainda tida como o Outro. Como o Outro porque esta mulher é determinada como componente passivo e fraco da díade ativo-forte que caracteriza um homem. Seria ela apenas a portadora do vaso natural (útero) que coleta o sagrado fluido (sêmen) capaz de gerar a vida (Mott, 2001).

Podemos refletir que talvez aqui também esteja ancorada a noção de mulher definida apenas como objeto de satisfação de desejos dos homens; aquela que não deve existir como sujeito de direito [e de desejo], mas que deve apenas satisfazer e se submeter às leis que lhes são impostas – como determina Paulo, na 1ª Epístola aos Coríntios, *“as mulheres estejam caladas nas igrejas porque não é permitido falar, mas devem estar sujeitas como ordena a lei”* (14:34). Seria, então, este um dos motivos pelos quais a

homossexualidade foi tratada e pensada apenas no que diz respeito às relações entre homens? Onde estão as lésbicas e como a lesbofobia atua? Que elementos a sustentam? Parece que do mesmo modo como afirmou a rainha Vitória, no século XIX, quando justificou o porquê de não prever a punição para as relações homoafetivas-sexuais entre mulheres, dizendo que *não há o que punir sobre aquilo que não existe*, ainda hoje *não há o que pensar daquilo que não existe*.

Mas porque não existe? A lesbiandade, bem como as mulheres nestes fóruns, surgem, de modo geral, apenas quando estão relacionadas à satisfação e ao uso dessas mulheres pelos homens – fazendo parte, assim, da díade mulher/dominada e homem/dominante; da mulher como objeto de satisfação do homem. E é realmente nesse sentido, que as mulheres aparecem nos relatos dos fóruns: “*Deus criou a mulher para o homem*” ou “*afinal de contas as mulheres servem para que neste planeta Terra?*” Esses são apenas exemplos, mas que denotam uma profunda misoginia tanto pelo fato de objetificar as mulheres ou as relações entre mulheres como instrumento de prazer masculino quanto por invisibilizar essas relações e, assim, não contribuir para que possam ser questionados os fatores relacionados, especificamente, à lesbofobia. É nesse contexto que podemos concordar com afirmação de Borrillo (2010, p. 49), para quem a hostilidade direcionada às práticas homossexuais, em tempos remotos e ainda hoje, obedeceriam a uma “dupla necessidade: de preservação biológica da comunidade dos eleitos e conservação cultural da sociedade patriarcal”.

Nessa via, compreendendo alguns dos fatores que embasam o posicionamento dos sujeitos dos fóruns, podemos pontuar que as relações homoafetivas e sexuais para esses sujeitos são consideradas como um *pecado abominável* por infringir o que eles concebem como as duas das mais importantes leis: da natureza e das designações e expressões da vontade de Deus. Aqui, algumas questões devem ser colocadas: em um contexto em que as diversidades não mais podem/querem ser ocultadas será mesmo viável a proposta do arrependimento como única forma de encontrar o “*caminho correto*”? Seria este caminho único? Além das ditas “*palavras de Deus e de Jesus*”, o que mais embasaria esse discurso? Estaria este discurso protegendo outros elementos, valores ou instituições? A classe 1, relacionada a essa classe 3 poderá fornecer elementos para possíveis respostas.

### ***Classe 1 - A Criação e o Ciclo Natural da vida***

Esta classe é responsável por 23% do *corpus* total analisado e mantém forte relação (R= 0.6) com a classe anterior. Ela traz dentre as palavras mais significativas a palavra

*mulher, homem e criou.* Trata-se da “**Criação e o Ciclo Natural da vida**”. As palavras mais significativas da classe podem ser observadas pela **Tabela 4**.

**Tabela 4.** Palavras significativas da Classe 1

<b>Palavras Significativas</b>	<b><math>\chi^2</math></b>
Mulher	121
Homem	86
Criou	59
Macho	39
Fêmea	32
Fosse	28
Geração	21
Adão	21
Dois	17
Futura	17
Terra	17
Gomorra	17
Eva	14
Sodoma	13
Fim	13
Espécie	13
Par	13
Beijo	13
<b>23%</b>	

A classe 1 está embasada por um discurso religioso centrado na noção bíblica de criação e evolução dos seres e da Terra – percorrendo os escritos apresentados na Bíblia (Gênesis) desde da criação de Adão e Eva até a destruição das cidades Sodoma e Gomorra. Esse discurso é marcado por algumas díades, como: *mulher/homem, fêmea/macho, Eva/Adão e início/fim* da criação. Como pode ser observado, exceto esta última díade, todas estão voltadas para a distinção dita natural e essencial do feminino e masculino – intimamente relacionada às diferenças biológicas da anatomia dos corpos. Um texto construído a partir das UCEs mais significativas da classe pode exemplificar o discurso comum por ela sustentado.

*Desde o princípio da criação, **Deus criou homem e mulher**, os fez macho e fêmea. Deus criou **a mulher para o homem**, não o homem para o homem.*

*Exemplifiquemos, sem omissão, o caso Adão e Eva. Se isso [homossexualidade] fosse tão normal, Deus tinha **criado Adão e Ivo e não Eva**; teria criado **dois homens ou duas mulheres** [ou] se o homossexualismo fosse algo **normal e natural** seríamos todos **hermafroditas**.*

*Isso vai **contra a palavra de Deus**, o ser humano está confundindo humanidade com **libertinagem**. É errado. Não tendes lido que **Aquele que os fez no princípio macho e fêmea** os fez, e disse: portanto, deixará o homem pai e mãe, e se unirá a sua mulher, e serão **dois numa só carne**? (Gênesis 2: 24). **Não podemos ir contra as coisas naturais da humanidade**, mulher foi criada para o homem e vice versa.*

Os argumentos parecem ser claros: Deus criou dois seres, Adão e Eva, homem e mulher cujos corpos os definem e não se confundem (não são hermafroditas, como cita @ participante). O destino dessas criaturas seria unir-se para formarem *uma só carne* – o que denota a noção de complementariedade entre essas duas criaturas opostas. Em conformidade com as *leis de Deus*, que dita a *norma* e regula a *natureza*, a união desses seres, uma união heterossexual, teria como objetivo a constituição de uma *família*. Nesse sentido, el@s continuam:

*Cada ser humano deve fazer de sua vida o que quiser, mas é um erro a legislação apoiar esses tipos de **desvios**. Esta lei é ridícula. Relacionamento sexual com o mesmo sexo é uma **fuga do comportamento natural**, é uma inversão de valores. A palavra casamento vem de unir casal em **matrimônio**. Por sua vez, **casal** é o **par** composto de **macho e fêmea** ou homem e mulher. [...] Homem com homem ou mulher com mulher é **par e não casal**, portanto não deve ter casamento. **Casamento** é para homem e mulher, para casais que irão **procriar** e ter **filhos naturais**. Entendo que casamento é para a **perpetuação da espécie** e para manter a **família** – que se compõem de um homem e uma mulher. [Assim] o normal é homem mais mulher mais família igual tudo normal **como Deus formou**”.*

Novamente (tal como na classe 4 - “**a ameaça homossexual**”), a noção

heteronormativa que concebe a coerência entre sexo-gênero-orientação afetivo-sexual estipula como norma que uma pessoa deve ter a identidade de gênero correspondente a seu sexo biológico e se relacionar com outra pessoa de sexo / gênero opostos. Esse sistema, compreendido pel@s participantes como criado e guiado por Deus, é aqui utilizado para classificar como casais apenas os pares compostos por mulheres e homens e julgar as relações não-heterossexuais como *desvio* ou *fuga ao comportamento natural*. Nesse sentido, el@s defendem que o casamento é para os casais que tenham a possibilidade de procriar e mantêm à margem todos os outros tipos de relacionamentos.

Podemos sugerir que o posicionamento contrário à união homoafetiva está pautado, primeiramente, na concepção de que a união entre duas pessoas deve atender às normas supostamente estabelecidas pela natureza / por Deus, estando, assim, a união direcionada para duplas de pessoas de sexos diferentes. Mais uma vez, a noção da união homoafetiva é deslocada de seu contexto de reivindicações LGBT, que diz respeito ao reconhecimento de um direito, para ser discutida no âmbito das relações particulares e, nesse caso, religiosas. Mas, podemos ir além e questionar se essas concepções, que embasam os posicionamentos contrários ao reconhecimento dos direitos LGBT, têm como consequência a mudança do foco da discussão. Ou seja, como afirmou um participante, “*o simples fato desse tema ser tratado seriamente já é um sintoma grave de degradação*”. Assim, não seria legítima a discussão *séria* de um comportamento considerado *anormal, incorreto e pecaminoso*.

A procriação – conforme já evidenciado pela classe 1 (“**condena-se o pecado e não o/a pecador/a**”) – seria o objetivo primeiro da união e das relações sexuais entre os indivíduos. Assim, se um par de pessoas não pode ter relações sexuais que lhes proporcionem descendentes *naturais*, essa relação seria *anormal, antinatural*, estaria *invertendo valores*, sendo categorizada, portanto, como pura *libertinagem*.

Embasad@s por crenças de natureza divina e por isso inquestionáveis, @s participantes dos fóruns apresentam algumas de suas inquietações e fazem projeções relacionadas ao futuro do país, quiçá do mundo, caso a união homoafetiva será reconhecida pelo(s) Estado(s):

*“Onde vamos parar? Que exemplo e opção daremos aos pequenos que já estão num lar com duas pessoas do mesmo sexo? [É] Nojento. O casamento homossexual não é lícito, atinge a moral e vai de encontro à família. O que iremos ensinar a nossos filhos? Que é natural o casamento entre homens e entre mulheres, como se fosse o curso natural das coisas? Vocês gostariam de*

*ter sido criado por dois homens ou duas mulheres? Quem seria o pai ou a mãe?*

*É um absurdo! Cada vez mais a família está sendo destruída. O pai deve fazer papel de pai e a mãe papel de mãe para que a criança cresça sabendo o que é natural e certo perante Deus e a reprodução da espécie. Não ache natural ver dois homens ou duas mulheres se beijando na rua, é muitíssimo feio. Nada como uma família normal, com homem, mulher e filhos. A população da atualidade está imitando os costumes de Sodoma e Gomorra e Pompéia. Não dá certo! [Afinal], se toda a humanidade fosse de homossexuais, não haveriam gerações futuras”.*

*[Resumindo], a raça humana está cada vez mais longe da vontade divina. Assim como ele fez com Sodoma e Gomorra, assim será nos próximos anos!”.*

Pela fala d@s participantes, uma relação afetivo-sexual entre pessoa do mesmo sexo e gênero, conforme já mencionado, contraria as normas divinas e da natureza. A transgressão a essas normas sugerem uma desestabilização da ordem social, como apontado pela classe 2, perda dos referenciais (mulher → mãe; homem → pai) e um direcionamento para o fim da espécie e o fim do mundo. Se na classe 3 – denominada “**condena-se o pecado e não o/a pecador/a**” - foi afirmado que “*Deus vai cobrar de vocês tudo isso no dia do juízo final*”, nesta classe as consequências desse comportamento abominável são trazidas com base no exemplo de Sodoma e Gomorra e Pompéia, para alertar as pessoas sobre o que aconteceu e poderá ocorrer novamente em uma sociedade que representou, na Bíblia, o símbolo do pecado. Conforme ressalta Borrillo (2010, p. 49), Sodoma e Gomorra apresentam-se como o “arquetipo de comunidades dominadas pelo pecado: menosprezo pelas regras da hospitalidade, orgulho e, sobretudo, homossexualidade são as características de seus habitantes, que foram aniquilados por enxofre, sal e cinzas, em uma terra queimada”. @s participantes utilizam-se ainda as passagens bíblicas de *1ª Epístola de São Paulo aos Coríntios* (6: 9-10) para pontuar que “nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avarentos, nem os bêbados, nem os maldizentes, nem os roubadores herdarão o reino de Deus”.

A tradição judaico-cristã, como vista nos discursos da classe 3, trouxe a procriação como um ideal da relação sexual. Esta classe, por sua vez, apresenta a procriação relacionada com a família. Para @s participantes a *família normal* seria composta por

*homem, mulher e filhos* – argumento, esse, possivelmente relacionado à tríade José, Maria e Jesus. Desta forma, a partir da união homoafetiva não seria possível formar uma família, por ser esta composta por pessoas do mesmo sexo, não havendo, assim a possibilidade de gerar uma prole *natural*.

O posicionamento d@s participantes certamente está relacionado às orientações fornecidas por representantes de suas religiões. Como exemplo citaremos dois fatos recentes relacionados às igrejas católicas e evangélicas. O representante maior da igreja católica, o papa Bento XVI, declarou em janeiro de 2010 que as leis que reconhecem os direitos à união homoafetiva estariam enfraquecendo as diferenças entre os sexos e seriam, nesse sentido, uma ameaça à criação. Ele afirmou que em nome das lutas contra a discriminação, a “base biológica da diferença entre os sexos” estaria sendo atingida (O Globo, 2010).

Em um contexto mais próximo, no dia 1º de Junho de 2011 foi realizada, em Brasília, a Marcha pela Família com a presença de mais de 10 mil pessoas (Uol, 2011). Esta Marcha foi convocada por representantes de igrejas evangélicas e católicas, dentre eles o pastor Silas Malafaia da Igreja Assembléia da Deus, e por parlamentares, contando com o apoio e presença dos deputados federais Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Anthony Garotinho (PR-RJ) e do senador Magno Malta (PR-ES). Os protestos foram contra a aprovação do PLC 122/2006 e contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que no dia 05 de maio de 2011 reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo. Com essa decisão o Estado passa a reconhecer como entidade familiar as uniões homoafetivas (STF, 2011).

Como pode ser observado pela Figura 8<sup>9</sup>, o principal argumento para contestação da decisão do STF e para o posicionamento contrário à aprovação do PLC 122 está pautado na noção trazida por essa classe de que Deus criou Adão e Eva e de que esses se unirão em uma só carne a fim de constituir uma família, gerando descendentes.

---

9 Retirada do endereço eletrônico <http://pastorleonardogomes.blogspot.com/2011/05/e-hoje-grande-marcha-pela-familia.html>



Figura 8. Panfleto de divulgação da Marcha pela Família

Outro fator interessante sobre o PLC 122/06 é que ele é denominado por representantes das igrejas evangélicas e católicas e por parlamentares, representantes do que pode-se dizer a Bancada Cristã parlamentar, de “*Lei da Mordaza Gay*”. O argumento para essa denominação é que o Projeto fere a liberdade de expressão de pessoas que desejam se pronunciar afirmando e proclamando que, tais como @s participantes dos fóruns, a homossexualidade é um *comportamento pecaminoso e abominável* ou um *transtorno psicológico*, uma *doença* que, deste modo, deve ser combatida. Mais uma vez o foco da discussão é desvirtuado. Com base no argumento religioso do “desrespeito às normas divinas” pelo que essas pessoas chamam de comportamento ou prática homossexual, os protestos dirigem-se para a restrição da liberdade de expressão. Não parece ser discutido ou problematizado os objetivos e propostas concretas do Projeto, apenas o direito de uma [suposta] maioria é, novamente, defendido.

Vale ressaltar, como afirmado anteriormente, que o PLC 122/06 altera a Lei nº 7716, que prevê que punição para crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, adicionando a esses as motivações por gênero, sexo, orientação afetivo-sexual e identidade de gênero (Brasil, 2006). Desta forma, como bem afirma o *Manual de comunicação LGBT*, elaborado pela ABGLT (2010), o projeto não visa coibir a liberdade de expressão religiosa de manifestar suas crenças

livremente. Porém, se às religiões têm a liberdade de divulgar juízos de valores teológicos, que apontam a homossexualidade como *pecado*, ficam impedidas de pregar inverdades científicas, como afirmar a homossexualidade como transtorno ou doença, que fortalecem os estigmas contra pessoas e grupos.

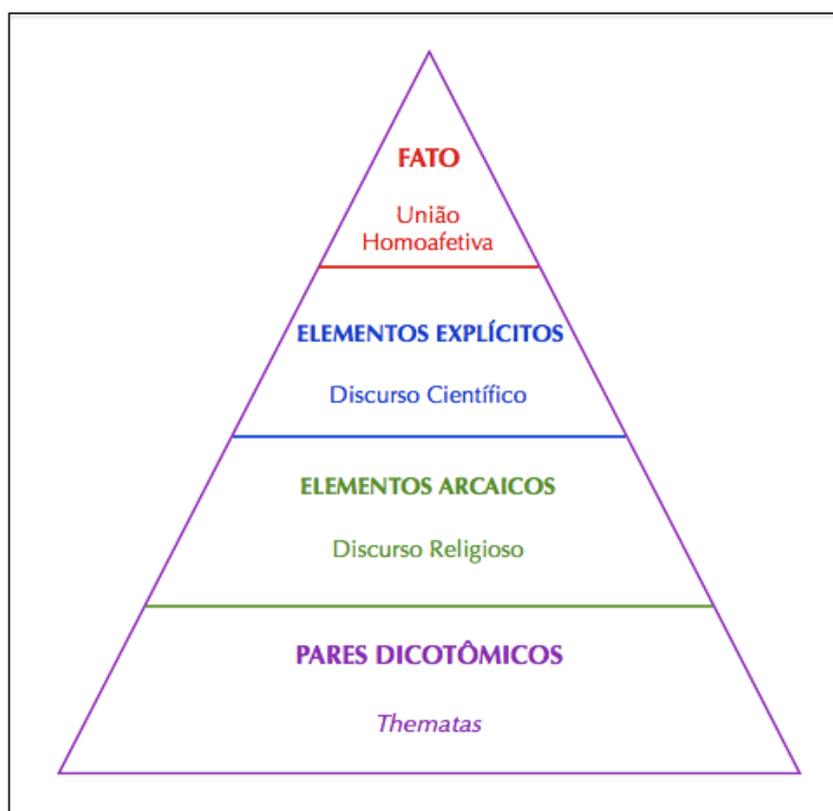
Aqui vale ressaltar que, como apontado na revisão de literatura, as organizações máximas que regulam e afirmam o que é considerado transtorno e doença já retiraram a homossexualidade de suas listas, despatologizando-as, conforme já mencionado. Por fim, para seguirmos a discussão referente ao reconhecimento de cidadania e direitos de LGBT é preciso que se compreenda que a liberdade de expressão não é absoluta e nem ilimitada e, assim, “ela não pode servir de escudo para abrigar crimes, difamação, propaganda odiosa, ataques à honra ou tantas outras condutas ilícitas” (ABGLT, p. 26). Nesse sentido, nem maioria, nem as instituições religiosos, nem líderes religiosos e parlamentares têm a liberdade para desrespeitar pessoas em um Estado laico que é pautado pelos preceitos de que *todas as pessoas são iguais, em direitos e dignidade, perante as leis, o Estado e a sociedade como um todo*.

## As Raízes de um Discurso Homofóbico

### *Articulando os eixos e respondendo questões*

Iniciamos o trabalho pontuando com as feministas que para estudar as diferenças que pautam as relações entre os sexos, gênero e orientações sexuais deveríamos ter por foco os processos interrelacionados a essas relações, investigando como foram construídos para chegarmos aos porquês. Assim, não buscamos somente os conteúdos que sustentaram os posicionamentos contrários à união homoafetivas, mas buscamos as concepções / os elementos que ancoraram esses discursos, em consonância com a proposta de Foucault (2006), ou seja, os mecanismos de produção desses saberes.

Um panorama geral de nossos achados pode ser representado pela seguinte figura:



**Figura 9.** Resumo dos Resultados da pesquisa

É interessante que o fato da aprovação da união civil na Argentina foi o ponto inicial da discussão gerada nos fóruns. Comparemos, então, a figura com um *iceberg* em que apenas uma parte mínima fica evidente, enquanto a estrutura que realmente o sustenta permanece encoberto pela água<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Não se trata aqui do percentual dos discursos do *corpus* analisado representado pelas classes, mas sim da força que os elementos por eles trazidos têm para a sustentação da homofobia expressa por esses

Neste estudo o fato ocorrido na Argentina pode ser assimilado como a ponta do *iceberg*. Trata-se de um fato novo – não necessariamente por não existir para os sujeitos em um momento anterior, mas por somente agora exigir-lhes uma tomada de posição sobre o mesmo – que deveria se tornar familiar para que os sujeitos pudessem diante dele formar uma opinião. O que não é nomeado é ameaçador. É necessário, assim, categorizá-lo como algo conhecido. Para transformar, então, o não familiar em familiar é preciso, como indicou Moscovici (2003), que os sujeitos transfiram o fato desconhecido para sua esfera particular, tornando possível efetuar comparações e, posteriormente, reduzi-lo ao que pode ser compreendido e frente ao qual ele possa se posicionar. Diante do estranho, do diferente, do socialmente considerado como anormal / antinatural @s participantes dos fóruns ancoram seus posicionamentos em diferentes formas de saberes – populares, científicos, jurídicos, filosóficos, religiosos etc.

Em um primeiro momento, o discurso gira em torno dos direitos da maioria. Em uma sociedade como a brasileira, que cada vez mais censura todo tipo de expressão de preconceito, discriminação e violência – no caso a homofobia – os posicionamentos estavam embasados por uma diferenciação explícita entre homo e heterossexualidade. Nesse momento (classe 2), os padrões de normalidade são pautados pela maioria, logo a homossexualidade, tida como uma escolha, é concebida como anormal por ser um comportamento diferente do comportamento da maioria (cristã, heterossexual e que rege suas condutas pela moral). Uma observação, por mais que possa parecer óbvia, deve ser pontuada: quando houve a necessidade de se posicionar frente à união homoafetiva, os sujeitos foram compelidos a discutir com maior profundidade a homossexualidade. Levados pela pressão à inferência (Moscovici, 1961/1978), quando discutem o fato ocorrido colocam em pauta a legitimidade das relações entre homossexuais ao se posicionarem com relação à homossexualidade.

Se no topo da pirâmide está a concepção de homossexualidade como anormalidade, definida com base em uma maioria normal, escavando um pouco mais os discursos, já na classe 4, temos elementos mais explícitos que definem a homossexualidade como doença. Como dito, essa classe traz um discurso mais elaborado ancorado em conhecimentos advindos do campo das ciências *Psi* e do campo jurídico. A homossexualidade é posta nesse momento como uma doença, mas também como escolha, e está relacionada à natureza. Se pensarmos que o surgimento da homo e da heterossexualidade como categorias identitárias, como discutido anteriormente, se dá em um contexto histórico em

que as ciências positivas visavam o controle da natureza, é coerente que a noção de homossexualidade se encontre, aqui, relacionada à natureza e, assim, concebida como algo que o sujeito possa controlar, dominar, escolher. A sanção dirigida a essas pessoas será a exclusão social justificada pela sua doença e ao risco que esta apresenta para a sociedade, aqui evocada por meio da família heterossexual e da criança.

Os elementos provenientes dos campos das ciências encontram força de justificação ao serem ancorados em elementos mais arcaicos do conhecimento partilhado pel@s participantes dos fóruns: as concepções religiosas. Afastados da realidade cotidiana dos sujeitos, no sentido de serem sustentados por fatos e escritos bíblicos, os discursos dessa classe (3) postula a verdade sobre a vida e sobre os seres nas palavras de Deus, trazidas pela Bíblia. Com base nessas concepções, a homossexualidade é tratada nesta classe como um pecado, uma conduta pecaminosa de acordo com as leis divinas. Aqui, dois caminhos são apresentados para as pessoas homossexuais, ou se arrependem e recebem o perdão de Deus e de Cristo ou permanecem no pecado e serão condenadas à vida eterna com o diabo.

Chegamos, então, à face oculta, ou apenas obscura, dos discursos que sustentam a homofobia: *Deus criou o homem e a mulher e ordenou: “crescei-vos e multiplicai-vos”!* De modo semelhante à primeira classe apresentada, essa classe apresenta a ordem social, porém aqui essa ordem não é determinada pela maioria, e sim por Deus. O pensamento comum é que Deus criou tudo e tod@s e, portanto, é Ele quem define o ciclo natural da vida e a ordem das *coisas*. Nesta classe, com base na natureza, ditada pela Bíblia e agora controlada por Deus e não por cientistas e agentes da lei, a homossexualidade é contranatural e anormal, visto que *Deus criou homem e mulher / macho e fêmea para que se unissem, procriassem e, assim, constituíssem uma família.*

Nesse contexto, é interessante observar, conforme salientou Moscovici (2009), que existem correntes de saberes e uma série de representações sociais que embasam preconceitos e estereótipos. Até o momento nos deparamos com uma variedade delas. Porém o mesmo autor afirma que esses saberes e representações sociais encontram-se ancoradas em tradições, valores e imagens do mundo que funcionariam como um referencial de pensamentos: seriam as *thematias*. Essas idéias arcaicas e primárias, ancoradas em um sistema de oposições binárias que atuam como leis comuns, estão presentes na base dos discursos que sustentam a homofobia, tal como indicaram Almeida, Santos e Trindade (2011). Nesta última classe, a oposição básica entre mulher e homem / macho e fêmea aliada às díades normal e anormal, natural e contra-natureza, sustenta e ancora o binômio hetero e homossexual.

Assim, por meio das análises das quatro classes que organizaram os discursos dos fóruns, fornecidas pelo programa Alceste, apresentamos as ideias, crenças e valores que sustentam a homofobia. Foi possível conhecer que as relações não heterossexuais são submetidas a interdições sociais que variam da privação de direitos básicos até [e levando à] privação da existência social, entendendo que somente as relações heterossexuais gozam de plenos direitos e liberdades. Nesse sentido, é imposto às pessoas LGBT que se portem de acordo com o que estabelece a maioria e com o que foi estabelecido por Deus, ou seja, pela norma heterossexual que estipula a coerência entre sexo, gênero e orientação afetivo-sexual. Estipula-se, também, que mantenham as expressões afetivas e sexuais com parceir@s do mesmo sexo ou gênero apenas no âmbito do privado e oculto, excluindo-se e sendo excluíd@s do contexto social [de existência]. Ficou evidente que as instituições sociais, pensadas como organizações e mecanismos que regulam e controlam o funcionamento da sociedade e que sustentam e são sustentadas pela homofobia, são instituições religiosas, científicas, familiares e educacionais (essa pôde ser conhecida por meio da revisão de literatura). Juntas, crenças, valores, opiniões e instituições formam o aparato perfeito para o funcionamento dos dispositivos da sexualidade e da homofobia e, assim, produzem saberes, incitam discursos e constroem corpos que visam controlar. Resta-nos, agora, refletir sobre as possíveis funções sociais da homofobia.

### ***Homofobia e a produção e regulação do sexo e gênero***

Sustentando os discursos homofóbicos estão as *themas*, os grandes pares dicotômicos. É interessante que se retomarmos o percurso realizado para a construção desse trabalho podemos perceber que o iniciamos tratando das problematizações acerca do que foi denominado diferenças de gênero. Apresentamos um panorama geral de como os estudos feministas e de gênero se desenvolveram e as problematizações por eles trazidas. Discutimos, então, as proposições de Foucault e a colocação da sexualidade em discurso e análise [no campo político] por meio de suas contribuições e do aparato teórico-epistemológico da Teoria *Queer*. Dessa forma, é possível pensar que partimos das discussões teóricas que envolviam sexo e gênero para pensar a sexualidade. Entretanto, nossos resultados apontam para o caminho inverso: discute-se o fato ligado às relações [homo]afetivo-sexuais para, então, chegarmos às diferenças entre os sexos/gêneros.

Essa reflexão é extremamente pertinente, na medida em que muito do que é discutido sobre homofobia se restringe à análise e problematizações apenas no âmbito das relações afetivo-sexuais. No entanto, com base em nossos resultados e conforme

apontamos no início do trabalho, a partir da revisão de literatura, é importante que reconheçamos que a homofobia não está direcionada apenas às pessoas não heterossexuais, ela está dirigida também para todas aquelas que de alguma forma transgridem as barreiras impostas socialmente para os sexos-gêneros. E, é nesse sentido, que pontuamos a homofobia como um dispositivo que visa à construção, limitação e manutenção das relações entre sexo-gênero-orientação afetivo-sexual e estabelece essas relações como naturais, normais, a-históricas, seja com base em argumentos científicos, seja por meio da força jurídica ou pela supremacia das crenças religiosas. Homofobia, então, como um dispositivo que produz e regula os sexos-gêneros.

Conforme foi apontado na revisão de literatura e em consonância com o que feministas, sobretudo as feministas lésbicas, há décadas chamam atenção, ao pensar no problema da homofobia, estamos diante de um antigo entrave nas lutas pelo *direito de termos direitos iguais*: as diferenças sexuais. Pensadas com base no determinismo biológico como naturais ou como resultantes da vontade divina, como sublinha Wittig (2007), as diferenças sexuais são tomadas como um *a priori* e, portanto, como se não pudessem ser localizadas como construções sociais. Nesse modo de pensar, é presumido que as diferenças sexuais estão isentas das influências das práticas e julgamentos humanos.

Como afirma (Navarro-Swain, 2000), temos as diferenças sexuais já naturalizadas, e também justificadas, desde o casal originário, Eva e Adão. Esse casal, conforme pontua a autora, corroborando os dados dessa pesquisa, faz parte de um repertório ficcional que é traduzido em um discurso fundador dos humanos e das diferenças sexuais, desde então determinando os papéis de cada um dos *dois* sexos. O homem é equiparado à imagem de Deus, enquanto a mulher é a sedutora, fraca, aquela que comete erros e, por isso destinada à obediência e à dor. As *thematatas* aqui se apresentam: Adão ↔ Eva, homem ↔ mulher; macho ↔ fêmea; forte ↔ fraco; dominador ↔ dominada; superior ↔ inferior.

Essas oposições, que alcançam *status* de natureza e influenciam o destino de cada uma dessas criaturas fazendo com que elas acreditem que foram criadas, como apontaram as respostas aos fóruns, para se completar com a idéia também primária (themata) - *para se unirem em uma só carne* – afinal, tudo que nela falta, ele tem para complementar. Por exemplo, pensamos na metáfora que expressa o significado da palavra *vagina*. Vagina significa *bainha* e essa, por sua vez, diz respeito ao local onde é inserida a faca. Assim, no próprio corpo as mulheres são marcadas pela posse dos homens – afinal, qual seria a utilidade de uma bainha sem faca? Somos construídas como se fossemos feitas para receber aquilo que eles têm a nos oferecer. E é nesse caminho, como aponta Navarro-

Swain (2000), que as relações heterossexuais se estabelecem como norma e as relações assimétricas entre os corpos sexuais são instituídas no imaginário social.

Nessa direção, como ressalta Wittig (2007), é importante que se pense que todas as diferenças postas em conceitos de oposições são diferenças de ordem política, ideológica e econômica, estando longe de serem 'naturais'. Como também ressalta Foucault (2006, p. 104), “não há uma oposição binária (mulher/homem; dominada/dominador) e global no princípio das relações de poder”. Seriam as correlações de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos e instituições e, assim, suportam o efeito de diferenciação que atravessa o conjunto do corpo social. Nas palavras de Foucault, “as grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados” (p. 105) e, assim, como aponta Moscovici (2003, p.33) devemos pensar que se “o preconceito racista ou sexista é simplesmente uma crença sem ser submetida à reflexão, é porque é do interesse dos crentes mantê-las”.

Butler (2003) atenta para que o discurso hegemônico que estabelece as estruturas binárias como base para se pensar a realidade. Como pôde ser observado nos resultados dessa pesquisa, são também as estruturas binárias as responsáveis pela construção, regulação e manutenção das relações de coerência e continuidade estabelecidas como naturais para o sexo-gênero-orientação afetivo-sexual. Nesse caso, é importante que se reflita, retomando a Foucault (2006, p. 105), que “não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos”. Quais seriam, então, os objetivos da homofobia? Quais seriam suas funções sociais?

Como já vimos, a homofobia atinge instituições sociais fundamentais para a manutenção da ordem social estabelecida – no contexto desse estudo, vale sublinhar heterocêntrica e sexista. No entanto, como um dispositivo ela atua também nos corpos e nas constituições das identidades. Pensemos na constituição da identidade masculina, apontada pela literatura revisada e indicada por alguns elementos dos resultados dessa pesquisa, como constituída pela homofobia. Conforme aponta Nolasco, (1997), o que é entendido no contexto brasileiro como *homem de verdade* é a caracterização do homem em termos de superioridade, atividade, força e virilidade em contraposição à mulher tida como inferior, pura, afetuosa e sujeita à dominação masculina – como pode ser visto no rol das dicotomias. Nesse sentido, ser homem seria não ser mulher, não possuir características ditas femininas – tais características implicariam em uma não-masculinidade, o que poderia significar uma homossexualidade (DaMatta, 1997). É neste contexto que Trindade e Nascimento (2004) afirmam que o padrão da masculinidade hegemônica é delimitado e

sustentado por elementos contrários aos femininos, ou seja, por elementos que aproximariam os homens da homossexualidade. Assim, as masculinidades<sup>11</sup> são constituídas sob a sombra da homossexualidade, quer dizer, sob o controle da homofobia.

Por essa reflexão pode ser possível compreender os motivos pelos quais, nos posicionamentos d@s participantes dos fóruns, muito foi falado sobre a homossexualidade, sobre os porquês e os fatores que contribuem para o fortalecimento do preconceito. Porém, essas reflexões estiveram voltadas quase que exclusivamente para os homens. Se homofobia está relacionada a LGBT, onde estariam as lésbicas, @s bissexuais, @s travestis e transexuais? Seria uma retomada à rainha Vitória quando questiona “como punir algo que não existe?” (Borrillo, 2010).

Sobre a ínfima existência de menções acerca das relações entre mulheres nos discursos dos fóruns, é possível pensar, com base nas reflexões trazidas por Navarro-Swain (2000) sobre a invisibilidade das mulheres na História. Como pontua a autora, “a política do silêncio é a melhor aliada da política do esquecimento”. Nesse sentido, afirma a autora, se hoje as imagens produzidas e reproduzidas sobre mulheres estão relacionadas às características de fragilidade, dependência e incapacidade física e mental, essas não poderiam ser guerreiras na História – afinal no jogo das relações de poder é que são produzidos os corpos que desejam dominar. Ou seja, seria possível explicitar o fato de existirem mulheres que contradizem uma concepção de mulher universal? Certamente que não, pois isso significaria contradizer a própria norma.

Se retomarmos nossas análises, nas díades em oposições estabelecidas pelos pares mulher/homem, inferior/superior, bainha/espada, veremos a constituição ainda presente da mulher como o *outro*, como apontou Beauvoir (1970) tendo o homem como seu referente. Nessa via, com base nas reflexões de Navarro-Swain (2000), pode-se pensar: como falar de mulheres que dispensam a relação afetivo-sexual com o masculino em suas vidas cotidianas se as mulheres, em tese, ainda necessitariam desses homens para serem definidas? Ou, como pensar em relações entre mulheres se às mulheres é [ainda] delegada a função de procriar e servir e satisfazer os desejos dos homens?

Assim, podemos supor que essas sejam concepções hegemônicas que embasam os posicionamentos nos fóruns analisados e justifiquem a invisibilidade lésbica nas discussões. Podemos ir além e pensar que as díades / *themas* que sustentam a homofobia sejam elas mesmas sustentadas pela concepção de uma superioridade dos homens, pela imagem do macho hegemônico que governa e domina todas as criaturas. Seria, assim, uma

---

11 Compreendendo a diversidade de formas de vivenciá-la.

proposta para refletirmos sobre a relação existente entre homofobia e misoginia em que a homofobia atuaria como um mecanismo de controle das relações entre os sexos de modo a manter uma ordem social estabelecida pautada na dominação dos homens sobre as mulheres.

Por fim, a partir dessas reflexões, propomos que a homofobia seja compreendida como um dispositivo que visa a manutenção das diferenças entre os sexos, gêneros e as orientações afetivo-sexuais. Assim, apenas sujeitos que obedecem à coerência entre esses, estabelecida como norma, serão legitimados como *normais*, como dignos de respeito e de desfrutar da condição de cidadão cujos direitos são garantidos.

Se como Foucault (2006) afirma o contra-ataque ao dispositivo da sexualidade deveria vir por meio dos corpos e prazeres (e não do sexo e do desejo), podemos pensar que a homofobia surge como um dispositivo, para atuar em interação com o dispositivo da sexualidade, em um momento histórico em que as contestações ao que antes era tido como naturais (no caso, o corpo sexuado, o gênero e a sexualidade) se afloram, de modo a controlar especificamente a manutenção das diferenças sexuais e, assim, a heterossexualidade como norma. No trabalho conjunto desses dispositivos é possível potencializar o controle às fronteiras do que é estabelecido como norma para os sexos e a manutenção da heterossexualidade como norma para as relações afetivas e sexuais. Assim, juntos esses dispositivos manteriam a rede de poderes que cria e regula os corpos, as práticas e os valores e instituições sociais. A forma como eles atuam foi evidenciada nas análises dos resultados dessa pesquisa.

Nesse sentido, para problematizarmos a homofobia e para combatê-la é imprescindível que os esforços não sejam direcionados apenas às questões relativas diretamente às vivências afetivas e sexuais, mas que seja contestada a concepção de sexo como pré-discursivo / dado *a priori*, que seja evidenciada a produção disciplinar do gênero e que seja ressaltado o caráter compulsório da heterossexualidade. Somente assim será possível fraturar as supostas evidências que afirmam como naturais a coerência entre sexo, gênero e orientação afetivo-sexual e ressignificar as diversas outras maneiras de viver e ser feliz em uma sociedade. É necessário, como diria Foucault (2009b), que seja explicitada peça por peça que compõem as supostas essências das coisas. Afinal, como falar em essência se nos constituímos e somos construídos a cada momento em relações?

Desconstruir as dicotomias naturalizadas é localizar o sujeito como ativo em sua constituição. É retirar do plano do indivíduo as completas responsabilidades por não ser aceito em uma sociedade e problematizá-las com base nos contextos histórico-sociais

presentes e no âmbito das interações sociais – responsabilizando o Estado pela não garantia dos direitos básicos de cidadãs e cidadãos, mas também a toda uma sociedade preconceituosa que legitima o desrespeito e a violência sobre aquelas pessoas que não cumprem suas normas. Acreditamos que somente assim, evidenciando os elementos que sustentam os preconceitos e a exclusão social, retirando do pedestal aquela maioria e aquelas instituições que se julgam no direito de expurgar o diferente e problematizando tudo aquilo que parece natural é que será possível refletir sobre mudanças sociais nas relações entre os sexos-gêneros, raciais, nível sócio-econômico, enfim, em seus mais diversos campos.

### **Propostas para investigações futuras**

O fechamento de um trabalho é sempre uma difícil tarefa. A questão que se coloca é *como fechar algo que não está finalizado?* E a resposta parece óbvia, visto que reflexão é movimento: uma proposta de problematização do que parece evidente não tem fim. Apenas segue. E, assim, após as reflexões terem sido propostas e as ideias lançadas, seguimos. Seguimos sem a pretensão de ter esgotado a discussão, ao contrário, estamos cientes de que muito ainda há que se fazer.

De início, é importante ressaltar que a proposta de conceber a homofobia como um dispositivo está lançada e embasada, porém são ideias iniciais e muitas reflexões ainda serão necessárias para dar concretude e consistência a essa proposta. Outra questão muito relevante é a necessidade de problematização do conceito de homofobia e de investigações que visem a análise da lesbofobia, bifobia, travestifobia e transfobia em suas especificidades. Como foi visto pela revisão de literatura, o uso constante do termo homofobia se mostra como um artifício falho para abarcar relações outras que não as entre homens.

Algumas relações estabelecidas com a homofobia e homossexualidade, de modo geral, necessitariam ser investigadas e ter suas reflexões aprofundadas, tais como: os aspectos jurídicos que distinguem direitos individuais e coletivos, a relação entre homossexualidade e pedofilia e entre homofobia e sexismo. No contexto atual, muito se fala no *pink money* – que seria o poder de compra da população LGBT – e de sua relação com o acesso à cidadania, ou seja, sobre o acesso de LGBT à cidadania a partir de sua inserção no jogo econômico do sistema capitalista e, nesse sentido a investigação entre homofobia e sistema econômico (capitalista) vigente faz-se relevante. Estas discussões certamente auxiliarão na compreensão do modo como a homofobia funciona, é construída

e enfrentada pelos LGBT.

Outra questão que merece destaque e empenho de reflexão diz respeito à proposta pós-identitária, em que se propõe a não cristalização de uma identidade, que ganha força no contexto político atual (talvez mais no contexto internacional e ainda timidamente no cenário nacional) sustentada por feministas, teóric@s e militantes *queer* em contraposição a um momento em que a força política de reivindicações está centrada nas políticas afirmativas e identitárias. Essa é uma longa e árdua discussão e parece estar longe de ser estabelecido algum consenso entre as partes.

Como feminista, é necessário reconhecer que neste trabalho pouco foi discutido com base diretamente nos escritos e problematizações trazidas para os feminismos pelas mulheres negras - mesmo estando cientes, como foi indicado na parte teórica sobre os feminismos, de que muito das problematizações para pensar as teorias e os movimentos feministas foram trazidas por elas. Reconhecemos que estas discussões são de fundamental importância, porém apenas no final desse percurso a autora teve um maior contato com os escritos de feministas negras. Nesse sentido, justificamos que apenas o pouco conhecimento dessas autoras impossibilitou o aprofundamento nessas questões, sendo de extrema importância para reflexões futuras.

E, extrapolando as questões de gênero e diversidades sexuais, mas a elas intimamente relacionadas está a religião. Para que se lute efetivamente para a concretização de um Estado laico, é preciso (e urgente) uma reflexão acerca da função da religião na vida das pessoas. Porque algo que por vezes aparenta-se tão coercitivo e com um alto potencial de alienação tem um papel central na identidade e nos direcionamentos de conduta das pessoas? Seria o fato de as instituições religiosas estarem presentes onde o Estado falta, provendo a seus fiéis o que o Estado deixa de prover e recebendo, como contrapartida, o devotamento? Ou melhor, talvez nós devamos questionar [anteriormente] a suposta laicidade do nosso país. Seria o Brasil um Estado, de fato, laico? Enfim, essas são apenas algumas reflexões suscitadas ao final deste trabalho.

### **Considerações Finais: uma proposta para inquietar e fazer refletir**

Se as vivências e inquietações concretas de pesquisador@s, teóric@s e militantes suscitaram o desenvolvimento de teorias que superassem as dicotomias, as concepções trazidas pel@s participantes dos fóruns parecem ainda estar longe de tais reflexões. Como visto, essas díades sustentadas nos posicionamentos dos sujeitos, como *thematias* encontram-se na base de nossas formas de compreensão do mundo e se assentam sobre

ideias primárias que regulariam o pensamento social.

Cabe, então, perguntarmos: *na complexidade do mundo e das relações estabelecidas entre as pessoas, no contexto atual, são ainda as dicotomias capazes de abarcar toda a diversidade que aqui existem?* A resposta é certamente negativa. Porém, outra questão, talvez mais importante se coloca: *quer a sociedade romper com essas dicotomias? Quer a sociedade romper com aquelas dicotomias que sustentam as oposições entre mulher / homem, homo / heterossexual, inferior / superior, anormal – normal / doente, pecador(a) / arrependido(a), enfim, aquelas que são usadas como justificativas para piadas, violências gratuitas e até o extermínio de pessoas LGBT, que invisibilizam a lesbiandade e determinam o não-lugar social, o da abjeção, às travestis e transexuais?*

Esta reflexão está posta e nós apenas poderemos indicar que para rompermos com as dicotomias, com as classificações que abarcam apenas um percentual de pessoas – que bem construídas e reguladas pelas normas, ousam se denominar de maioria e tem seus direitos garantidos – é necessário que as bases sociais, econômicas e políticas de nosso país sejam revistas. É preciso que acima das hierarquias esteja estabelecido o respeito às pessoas e, assim, às diferenças.

Porém, pode-se questionar: *se retirarmos sexo, gênero e orientação sexual do plano das dicotomias, o que nos restará? Como serão definidas mulheres e homens? E as orientações sexuais? Como serão definidos os papéis sociais?* Eis o caminho desafiador para as superações das dicotomias, postas como oposições, e que certamente regulam os pilares da ordem social estabelecida. Perguntamos, então: *o patriarcalismo, o capitalismo, o racismo, a misoginia, o sexismo e a homofobia têm espaço em uma sociedade que respeita, aceita e valoriza a diversidade?*

Novamente a resposta é negativa, na medida em que aceitar as diversidades, reconhecer as pessoas como cidadãos e como sujeitos de direitos exige que haja o abalo ou, porque não, a destruição de crenças engessadas que supostamente contemplam e direcionam uma maioria, mas que rejeitam, invisibilizam e excluem tantas outras pessoas. E, é neste contexto que optamos pelas verdades construídas e derrubadas a cada dia e por cada um. Optamos por negar o que nos é dito como verdadeiro, como correto e como natural para buscar o respeito e, para assim, construir uma sociedade em que, de fato, seja vivido aquilo que hoje se apresenta apenas em papel, em que *todas as pessoas sejam consideradas iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e em que todas sejam livres e iguais em dignidade e direito.*

## REFERÊNCIAS

- ABGLT (2010). *Manual de Comunicação LGBT*. (ABGLT, Ed.) (p. 52). ABGLT.
- Abric, J. C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. Em A. Paredes & D. Oliveira (Eds.), *Estudos Interdisciplinares de representações sociais* (pp. 27-38). Goiânia-GO: AB editora.
- Almeida, A. (2001). A pesquisa em representações sociais: fundamentos teóricos metodológicos. *Ser Social*, 9, 129-158.
- Almeida, A., Santos, F. & Trindade, Z. (2011). Apresentação. *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 17-20). Brasília: Technopolitik.
- Assemblée Nationale Française (1789). Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen (DDHC). Retirado em 2011, de <http://www.assemblee-nationale.fr/histoire/dudh/1789.asp>
- Bandeira, L. & Siqueira, D. (1997). A Perspectiva Feminista no Pensamento Moderno e Contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 12(2), 263-281.
- Beauvoir, S. de. (1967). *O Segundo Sexo (vol.2): A Experiência Vivida*. (S. Milliet, Ed.) (2 ed., p. 501). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Beauvoir, S. de. (1970). *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. (S. Milliet, Ed.) (4 ed., p. 310). São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Bento, B. (2006). *A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (p. 256). Rio de Janeiro: Garamond.
- Borges, Z. N. & Meyer, D. E. (2008). Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 16(58), 59-75. doi:10.1590/S0104-40362008000100005
- Borrillo, D. (2009). A Homofobia. Em T. Lionço & D. Diniz (Eds.), *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 15-46). Brasília: Editora UnB.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: história e crítica de um preconceito* (p. 141). Belo Horizonte: Autêntica.
- Bourdieu, P. (2010). *A dominação masculina* (8 ed., p. 160). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bouton, R. A., Gallaher, P. E., Garlinghouse, P. A., Leal, T., Rosenstein, L. D. & Young, R. K. (1987). Scales for measuring fear of AIDS and homophobia. *Journal of Personality Assessment*, 51(4), 606-614.
- Bouton, R. A., Gallaher, P. E., Garlinghouse, P. A., Leal, T., Rosenstein, L. D. & Young, R. K. (1989). Demographic-variables associated with fear of AIDS and homophobia.

*Journal of Applied Social Psychology*, 19(11), 885-901.

- Brasil. (1988). Constituição Federal do Brasil. Retirado em Janeiro 2011, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)
- Brasil. (2004). Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à violência e à discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Combate à Discriminação.
- Brasil. (2006). PLC 122/2006. Brasília: Diário do Senado Federal de 15 de Dezembro de 2006.
- Brasil. (2009). Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Butler, J. (1993). Extracts de Gender as Performance: An Interview with Judith Butler. *Radical Philosophy*. Retirado em Março 2011, de <http://www.theory.org.uk/but-int1.htm>
- Butler, J. (2000). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo.” Em G. Louro (Ed.), *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade* (2 ed., p. 176). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2003). *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. (R. Aguiar, Ed.) (p. 236). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CFP. (2008). Apresentação. *Adoção: um direito de todos e todas* (pp. 11-12). Brasília: CFP.
- Campo-Arias, A., Herazo, E. & Cogollo, Z. (2010). Homofobia em estudantes de enfermagem. *Rev Esc Enferm USP*, 44(3), 839-843.
- Carrara, S. & Vianna, A. R. B. (2006). “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 16(2), 233-249. doi:10.1590/S0103-73312006000200006
- DaMatta, R. (1997). Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina. Em D. Caldas (Ed.), *Homens* (pp. 31-49). São Paulo: Editora SENAC.
- Descarries, F. (2011). O que são os Estudos Feministas? *Labrys*, 18(1).
- Dupras, A. (1994). Internalized homophobia and psychosexual adjustment among gay men. *Psychological Reports*, 75(1), 23-28.
- D’Angelo, R. J., McGuire, J. M., Abbott, D. W. & Sheridan, K. (1998). Homophobia and perceptions of people with AIDS. *Journal of Applied Social Psychology*, 28(2), 157-170.
- Eagly, A. & Chaiken, S. (1998). Attitude structure and function. *The Handbook of Social*

- Psychology* (pp. 269-322). New York: McGraw-Hill.
- Escorel, S. (1993). Exclusão social fenômeno totalitário na democracia brasileira. *Saúde Soc. São Paulo*, 2(1), 41-57.
- Ewing, V., Stukas Jr., A. & Sheehan, E. (2003). Student Prejudice Against Gay Male and Lesbian Lecturers. *Journal of Social Psychology*, 143(5), 569-579.
- Fiske, S. (1998). Stereotyping, Prejudice and Discrimination. Em D. Gilbert, S. Fiske & G. Lindzey (Eds.), *The Handbook of Social Psychology* (pp. 357-411). New York: McGraw-Hill.
- Foucault, M. (2004). Sexualidade e Poder. *Ditos & Escritos: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2006). *História da Sexualidade: a vontade de saber*.
- Foucault, M. (2009a). Sobre a História da Sexualidade. Em M. Foucault (Ed.), *Microfísica do Poder* (27 ed., p. 295). São Paulo: Graal.
- Foucault, M. (2009b). Nietzsche, a Genealogia e a História. *Microfísica do Poder* (27 ed., p. 295). São Paulo: Graal.
- Foucault, M. (2009c). Verdade e Poder. Em M. Foucault (Ed.), *Microfísica do Poder* (27 ed., pp. 1-14). São Paulo: Graal.
- Foucault, M. (2009d). *A ordem do Discurso* (19 ed., p. 79). São Paulo: Edições Loyola.
- Fundação Perseu Abramo. (2011). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e Privado. Opinião Pública* (p. 301). Retirado de <http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opiniao-publica/pesquisas-realizadas/pesquisa-mulheres-brasileiras-nos-es>
- Fyfe, B. (1983). Homophobia or homosexual bias reconsidered. *Archives of Sexual Behavior*, 12(6), 549-554.
- G1. (2010). “Pensei que ia morrer”, diz jovem agredido com lâmpada na Paulista. Retirado em Janeiro 2011, de <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/12/pensei-que-ia-morrer-diz-jovem-agredido-com-lampada-na-paulista.html>
- GGB. (2011a). Relatório Anual de Assassinato de Homossexuais de 2010. *Grupo Gay da Bahia*. Retirado em Março 2011, de [http://www.ggb.org.br/Assassinatos de homossexuais no Brasil relatorio geral completo.html](http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html)
- GGB. (2011b). *Assassinato de homossexuais no Brasil no ano de 2010*. Salvador - BA. Retirado de [www.ggb.org.br](http://www.ggb.org.br)
- Gaines, S. O., Henderson, M. C., Kim, M., Gilstrap, S., Yi, J., Rusbult, C. E., Hardin, D. P., et al. (2005). Cultural value orientations, internalized homophobia, and

- accommodation in romantic relationships. *Journal of Homosexuality*, 50(1), 97-117.  
doi:10.1300/J082v50n01\_05
- Gencoz, T. & Yuksel, M. (2006). Psychometric properties of the turkish version of the internalized homophobia scale. *Archives of Sexual Behavior*, 35(5), 597-602.  
Doi:10.1007/s10508-006-9063-1
- Gouges, O. de. (1791). Déclaration des Driots de la Femme et de la Citoyenne. Retirado em 2011, de [#De\\_Gouges\\_et\\_la\\_R.C3.A9volution\\_fran.C3.A7aise](http://pt.wikipedia.org/wiki/Olympe_de_Gouges)
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. (T. T. da Silva & G. L. Louro, Eds.) (11 ed., p. 102). Rio de Janeiro: DP&A.
- Haslam, N. & Levy, S. (2006). Essentialist Beliefs About Homosexuality: Structure and Implications for Prejudice. *Personality and social psychology bulletin*, 32, 471-485.
- Hernández, L. O. & Torres, M. I. G. (2005). Opressão internalizada y prácticas sexuales de riesgo en varones homo-y bi-sexuales de México. *Rev Saúde Pública*, 39(6), 956-64.
- Hudson, W. W. & Ricketts, W. A. (1980). A strategy for the measurement of homophobia. *Journal of Homosexuality*, 5(4), 357-372.
- ILGA. (2011). The international Lesbian and Gay Association. *online*. Retirado em 2011, de [www.ilga.org](http://www.ilga.org)
- Jodelet, D. (1986). Representação social: fenômeno, conceito e teoria. Em S. Moscovici (Ed.), *Psicologia Social*. Spain: Paidós.
- Jodelet, D. (1998). A Alteridade como um produto e processo psicossocial. Em D. Jodelet (Ed.), *Representando a Alteridade* (pp. 47-68). Petrópoles-RJ: Vozes.
- Jodelet, D. (2001). Representações Sociais: um domínio em expansão. Em D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e Representações Sociais*. Petrópoles-RJ: Vozes.
- Junqueira, R. (2007). Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas*, 1(1), 1-19.
- Kaufmann, R. (2003). A "dicotomia" direito público-direito privado. Em A. Frazão, M. Santos & J. Romão (Eds.), *Estudos de Direito Público: Direitos Fundamentais e Estado Democrático de Direito*. (pp. 17-43). Porto Alegre: Editora Síntese.
- Katz, J. N. (1996). *A invenção da Heterossexualidade*. (p. 272). Rio de Janeiro: Ediouro.
- Klamen, D. L., Grossman, L. S. & Kopacz, D. R. (1999). Medical student homophobia. *Journal of Homosexuality*, 37(1), 53-63.
- Kronberger, N. & Wagner, W. (2002). Palavras-chave em contexto: análise estatística de

- textos. Em M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Lacerda, M., Pereira, C. & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e crítica*, (15), 165-178.
- Lauretis, T. de. (1994). A Tecnologia do Gênero. Em H. B. de Holanda (Ed.), *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura* (pp. 8-19). Rio de Janeiro: Rocco.
- Lemos, F. C. & Cardoso Jr, H. (2009). A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 353-357.
- Lima, L. C. (2008). Programa Alceste, primeira lição: a perspectiva pragmatista e o método estatístico. *Revista de Educação Pública*, 17(33), 83-97.
- Lionço, T. (2008). Que Direito à Saúde para a População GLBT? Considerando Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos em Busca da integralidade e da Equidade. *Saúde Soc. São Paulo*, 17(2), 11-21.
- Lionço, T. (2009). Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(1). doi:10.1590/S0103-73312009000100004
- Lionço, T. & Diniz, D. (2009). Qual a diversidade sexual dos livros didáticos? Em T. Lionço & D. Diniz (Eds.), *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 9-14). Brasília: Editora UnB.
- Long, W. & Millsap, C. (2008). Fear of AIDS and Homophobia Scales in an Ethnic Population of University Students. *Journal of Social Psychology*, 148(5), 637-40.
- Louro, G. (1998). *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Louro, G. (2001). Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*, 9(2), 541-553.
- Louro, G. (2009). Heteronormatividade e Homofobia. Em R. Junqueira (Ed.), *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 85-93). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO (Coleção Educação para Todos, vol. 32).
- Machado, N. J. (2005). A maioria sempre tem razão: ou não. *Estudos Avançados*, 19(55), 271-285. doi:10.1590/S0103-40142005000300020
- Madureira, A. F. (2007). *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. Universidade de Brasília, Brasília.

- Malta, M. (2008). Evangélicos  Invadem  Congresso e reivindicam direito de criticar homossexualismo. *online*. Retirado em 2011, de [www.magnomalta.com](http://www.magnomalta.com)
- Malyon, A. K. (1982). Psychotherapeutic implications of internalized homophobia in gay men. *Journal of Homosexuality*, 7(2-3), 59-69.
- Marinho, C. D. a, Marques, E. F. M., Almeida, D. R. D., Menezes, A. R. B. D. & Guerra, V. M. (2004). Adaptação da escala de homofobia implícita e explícita ao contexto brasileiro. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14(29), 371-379. doi:10.1590/S0103-863X2004000300012
- Matchinsky, D. J. & Iverson, T. G. (1996). Homophobia in heterosexual female undergraduates. *Journal of Homosexuality*, 31(4), 123-128.
- McGregor, B. A., Carver, C. S., Antoni, M. H., Weiss, S., Yount, S. E. & Ironson, G. (2001). Distress and internalized homophobia among lesbian women treated for early stage breast cancer. *Psychology of Women Quarterly*, 25(1), 1-9.
- Miskolci, R. (2007). Comentário do artigo “A Epistemologia do Armário” de Eve Sedgwick. *Cadernos Pagu*, 28(1), 55-63.
- Miskolci, R. (2009a). A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio da uma analítica da normalização. *Sociologias*, 11(21), 150-182.
- Miskolci, R. (2009b). O vértice do triângulo: Dom Casmurro e as relações de gênero e sexualidade no fin-de-siècle brasileiro. *Estudos Feministas*, 17(2), 547-567.
- Moscovici, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise* (p. 291). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Moscovici, S. (2003). *Representações Sociais: investigação em Psicologia Social* (2 ed., p. 404). Petrópolis-RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2009). Os ciganos entre perseguição e emancipação. *Sociedade e Estado*, 24(3), 653-678.
- Moscovici, S. & Vignaux, G. (2003). O conceito de themata. Em S. Moscovici (Ed.), *Representações Sociais: investigação em Psicologia Social* (2 ed., pp. 215-250). Petrópolis-RJ: Vozes.
- Mott, L. (2001). A revolução homossexual: o poder de um mito. *Revista da USP (Dossiê Política & Participação)*, (49), 40-59.
- Mott, L. (2006). Homo-afetividade e direitos humanos. *Revista Estudos Feministas*, 14(2), 509-521. doi:10.1590/S0104-026X2006000200011
- Mott, L. (2010). Del malo pecado al pecado intrínsecamente malo: la radicalización fundamentalista de la homofobia católica desde los tiempos de la inquisición hasta

- Nenedicto XVI. *História*, 29(1), 4-23.
- Murphy, M. K. (2006). "The fire will not consume us": Exploring the link between homophobia and sexism Em US feminism. *Journal of Gender Studies*, 15(3), 209-221. doi:10.1080/09589230600861978
- Nagoshi, J. L., Adams, K. A., Terrell, H. K., Hill, E. D., Brzuzy, S. & Nagoshi, C. T. (2008). Gender differences Em correlates of homophobia and transphobia. *Sex Roles*, 59(7-8), 521-531. doi:10.1007/s11199-008-9458-7
- Nardi, H. C. (2008). O estatuto da diversidade sexual nas políticas de educação no Brasil e na França: a comparação como ferramenta de desnaturalização do cotidiano de pesquisa. *Psicologia & Sociedade*, 20 (Edição Especial), 12-23. doi:10.1590/S0102-71822008000400004
- Nascimento, A. & Menandro, P. (2006). Análise Lexical e Análise de Conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ)*, 6(2), 72-88.
- Navarro-Swain, T. (2000). *O que é Lesbianismo? (Coleção Primeiros Passos)*. São Paulo: Brasiliense. Retirado de <http://www.tanianavarroswain.com.br/>
- Navarro-Swain, T. (2002). Feminismo e lesbianismo: quais os desafios? *Labrys*, 1(2). Retirado de [http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/femles.html](http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/femles.html)
- Navarro-Swain, T. (2011). Estudos feministas, desafio teórico e institucional. Retirado em 2011, de [http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/estudos\\_feministas.htm](http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/estudos_feministas.htm)
- Nolasco, S. (1997). Um "Homem de Verdade." Em Dário Caldas (Ed.), *Homens* (pp. 14-29). São Paulo: Editora SENAC.
- O Globo. (2011). Bolsonaro diz que MEC abre as portas para a pedofilia. *online*. Retirado de <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/03/31/bolsonaro-diz-que-mec-abre-as-portas-para-pedofilia-estimula-homossexualismo-924132578.asp>
- Oliveira, J. M. de & Amâncio, L. (2006). Teorias Feministas e Representações Sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Estudos Feministas*, 14(3), 597-615.
- Organização das Nações Unidas. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948* (Vol. 20). doi:10.1590/S0103-56652008000200015
- Plasek, J. W. & Allard, J. (1984). Misconceptions of homophobia. *Journal of Homosexuality*, 10(1-2), 23-37.

- Pocahy, F. A. & Nardi, H. C. (2007). Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. *Estudos Feministas*, 15(1), 45-66.
- Princípios de Yogyakarta. (2007). Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Retirado em Março 2011, de [ewww.clam.org.br/publique/cgi](http://www.clam.org.br/publique/cgi)
- Reinert, M. (n.d.). Alceste Un logiciel d'aide pour l'analyse de discours: Notice simplifiée (de la version de base commune aux versions 4.x).
- Revista Época. (2011). Jair Bolsonaro: sou preconceituoso com muito orgulho. *Online*. Retirado em 2011, de <http://revistaepoca.globo.com>
- Ribeiro, A. (2005). *Os homossexuais em busca de visibilidade social*. Universidade de Brasília.
- Rosik, C. H. (2007). Ideological concerns in the operationalization of homophobia, Part I: An analysis of Herek's ATLG-R scale. *Journal of Psychology and Theology*, 35(2), 132-144.
- Rowen, C. J. & Malcolm, J. P. (2002). Correlates of internalized homophobia and homosexual identity formation in a sample of gay men. *Journal of Homosexuality*, 43(2), 77-92.
- Royse, D. & Birge, B. (1987). Homophobia and attitudes towards AIDS patients among medical, nursing and paramedical students. *Psychological Reports*, 61(3), 867-870.
- STF. (2011). Supremo reconhece união homoafetiva. *online*. Retirado em 2011, de <http://www.stf.jus.br>
- Santos, F. (2009). Representações Sociais e Psicologia Social. Em A. Almeida & D. Jodelet (Eds.), *Representações Sociais: interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas* (pp. 51-62). Brasília: Thesaurus editora.
- Scherer, Y. K., Wu, Y. W. B. & Haughey, B. P. (1991). AIDS and homophobia among nurses. *Journal of Homosexuality*, 21(4), 17-27.
- Scielo. (2011, December). Scielo.br. Retirado em Março 2011, de [www.scielo.br](http://www.scielo.br)
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.
- Sedgwick, E. K. (2007). A Epistemologia do Armário. *Cadernos Pagu*, 28(1), 19-54.
- Sena, T. (2007). *Os Relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das Ciências Humanas*. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Siebert, D., Chonody, J., Rutledge, S. & Killian, M. (2008). The index of Attitudes Toward

- Homosexuals 30 Years Later: A Psychometric Study. *Research on Social Work Practice Online*, 1, 1-7.
- Siliprandi, E. (2011). Mulher ainda ganha menos que homem em quase todo o mundo. *Rádio ONU*. Retirado em Março 19, 2011, de [www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/192842.html](http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/192842.html)
- Silva, J. R. P. da. (2008). A parentalidade de cara nova: quando os homossexuais se decidem por filhos. *Adoção: um direito de todos e todas* (pp. 17-22). Brasília: CFP.
- Simões, J. & Facchini, R. (2009). *Na Trilha do Arco-íris: do Movimento Homossexual ao LGBT* (p. 196). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Smith, K. T. (1971). Homophobia: tentative personality profile. *Psychological Reports*, 29(3), 1091-1094.
- Sophie, J. (1987). Internalized homophobia and lesbian identity. *Journal of Homosexuality*, 14(1-2), 53-65.
- Spink, M. J. (1993). O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. *Cad. Saúde Públ.*, 9(3), 300-308.
- Szymanski, D. M. & Chung, Y. B. (2001). The Lesbian internalized Homophobia Scale: A rational/theoretical approach. *Journal of Homosexuality*, 41(2), 37-52.
- Sá, C. (1996). *O núcleo central das representações sociais*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories*. Cambridge: Cambridge.
- Taylor, D. & Moghaddam, F. (1994). *Theories of intergroup relations: international social psychological perspectives* (2 ed.). New York: Praeger.
- Tigert, L. M. (2001). The power of shame: Lesbian battering as a manifestation of homophobia. *Women & Therapy*, 23(3), 73-85.
- Trindade, Z. & Nascimento, A. (2004). O Homossexual e a Homofobia na construção da masculinidade hegemônica. Em L. Souza & Z. Trindade (Eds.), *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp. 146-162). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Trindade, Z., Santos, F. & Almeida, A. (2011). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. Em A. Almeida, F. Santos & Z. Trindade (Eds.), *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 101-122). Brasília: Technopolitik.
- Uol (2011). Marcha da Família. *online*. Retirado em Novembro 2011, de <http://noticias.uol.com.br>
- Walch, S. E., Orlosky, P. M., Sinkkanen, K. A. & Stevens, H. R. (2010). Demographic and Social Factors Associated with Homophobia and Fear of AIDS in a Community Sample. *Journal of Homosexuality*, 57(2), 310-324.

- Weinberger, L. E. & Millham, J. (1979). Attitudinal homophobia and support of traditional sex-roles. *Journal of Homosexuality*, 4(3), 237-246.
- Welzer-Lang, D. (1994). L'Homophobie: La face cachée du masculin. Em D. Welzer-Lang, P. Dutey & M. Dorais (Eds.), *La peur de l'autre en soi, du sexisme à l'homophobie*. Québec: VLB. Retirado de [http://www.europrofem.org/contri/2\\_07\\_fr/livr\\_dwl/peur/dwlpour1.htm](http://www.europrofem.org/contri/2_07_fr/livr_dwl/peur/dwlpour1.htm)
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, 9(2), 460-482.
- Wilkerson, A. (1994). Homophobia and the moral authority of medicine. *Journal of Homosexuality*, 27(3-4), 329-347.
- Wittig, M. (2007). *La pensée straight*. Paris: Editions Amsterdam.
- Young, R. K., Belasco, J., Barr, A., Gallaher, P. & Webber, A. W. (1991). Changes in fear of AIDS and homophobia in a university population. *Journal of Applied Social Psychology*, 21(22), 1848-1858.
- Young, R. K., Gallaher, P. E., Marriott, S. & Kelly, J. (1993). Reading about AIDS and cognitive coping style: their effects on fear of AIDS and homophobia. *Journal of Applied Social Psychology*, 23(11), 911-924.